

PLANO

Desenvolver e Servir





Governo do Estado do Acre

Desenvolver e Servir

PLANO PLURIANUAL 2012 - 2015

Acre, 2011



Tiã Viana
Governador do Estado do Acre

César Messias
Vice-Governador do Estado do Acre



// SECRETARIAS E ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Márcio Veríssimo Carvalho Dantas

Secretário de Estado de Planejamento

Mâncio Lima Cordeiro

Secretário de Estado da Fazenda

Wolvenar Camargo Filho

Secretário de Estado de Habitação e de Infraestrutura e Obras Públicas

Marcus Alexandre Médici Aguiar

Diretor-Presidente do Depart. de Estradas de Rodagem, Infraestrutura, Hidroviária e Aeroportuária do Acre

Ilmara Rodrigues Lima

Secretária de Estado de Turismo e Lazer

José Carlos Reis da Silva

Secretário de Estado de Pequenos Negócios

Mauro Jorge Ribeiro

Secretário de Estado de Agropecuária

Emylson Farias da Silva

Secretário de Estado de Polícia Civil

Flora Valladares Coelho

Secretária de Estado de Gestão Administrativa

Maria da Conceição Maia de Oliveira

Secretária de Estado de Políticas para Mulheres

Nilson Moura Leite Mourão

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Antônio Torres

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Presidente da Fundação do Bem-Estar Social

José Fernandes do Regô

Secretário de Estado de Articulação Institucional

Gildo César Rocha Pinto

Diretor-Presidente do Depart. Estadual de Pavimentação e Saneamento

Edvaldo Soares de Magalhães

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia

Lourival Marques de Oliveira Filho

Secretário de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

Ildor Reni Graebner

Secretário de Estado de Segurança Pública

João Paulo Santos Mastrangelo

Secretário de Estado de Floresta

Carlos Edegard de Deus

Secretário de Estado de Meio Ambiente

Daniel Queiroz de Sant'Ana

Secretário de Estado de Educação e Esporte

Márcia Regina de Sousa Pereira

Casa Civil do Gabinete do Governador

Suely de Souza Melo da Costa

Secretária de Estado de Saúde

Leonildo Rosas Rodrigues

Secretário de Estado de Comunicação

// FUNDAÇÕES E INSTITUTOS

Eufran Ferreira do Amaral

Diretor-Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais

Felismar Mesquita Moreira

Diretor-Presidente do Instituto de Terras do Acre

Vanuza da Silva Lima de Messias

Diretora de Proteção e Defesa do Consumidor

Dimas da Silva Sandas

Diretor-Presidente do Instituto Socioeducativo do Estado do Acre

Adauto Ferreira de Albuquerque

Diretor-Presidente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Social do Acre

Vanderlei Freitas Valente

Diretor-Presidente da Agência Estadual Reguladora de Serviços Públicos

Dircinei Francisco Lima de Souza

Diretor-Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour e da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Estado do Acre

Irailton de Lima Sousa

Diretor-Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento de Educação Profissional Dom Moacir Grechi

Sebastião Fernando Ferreira Lima

Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre

Carlos Eduardo Alves

Superintendente do Hospital das Clínicas do Acre

José de Anchieta Batista

Diretor-Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Acre

Miguel Antonio Felix de Andrade

Diretor-Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Acre

Dirceu Augusto da Silva

Diretor-Presidente do Instituto de Administração Penitenciária

Luiz Augusto Ribeiro do Vale

Diretor-Presidente do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre

Luiz Augusto Mesquita de Azevedo

Diretor-Presidente da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

// DEMAIS INSTITUIÇÕES

Edson Américo Manchini

Controlador Geral da Controladoria Geral do Estado

Rodrigo Fernandes das Neves

Procurador Geral do Estado da
Procuradoria Geral do Estado

Cel. João de Jesus Oliveira da Silva

Coordenador Geral da Defesa Civil

Cel. BM Flávio Ferreira Pires

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros

Carlos Alberto Santiago de Melo

Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Acre

Dion Nóbrega Leal

Defensor Público Geral da Defensoria Pública
Geral do Estado

Cel. José dos Reis Anastácio

Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Acre

Silvia Helena Macedo Neves Paiva

Presidente da Junta Comercial do Estado do Acre

Sawana Leite de Sá Paulo Carvalho


Diretora-Presidente do Departamento Estadual
de Trânsito

Ten. Cel Francisca Margarete de O. Melo

Chefe do Gabinete Militar

Carlos Alberto Rebello de Sousa Filho

Coordenador da Representação do Governo do
Estado do Acre em Brasília e da Área de Tecnologia
da Informação



“Os construtores do mundo, os verdadeiros construtores do mundo, não estão assentados nas assembleias, não são os juízes, não fazem as leis, não são as autoridades, mas são aqueles que pegam no terçado, são aqueles que pegam no chão pra fazer a verdura, pra fazer os alimentos, são os que aram as terras, são os que cuidam da vida das crianças na hora de fazer a comida, na hora de fazer o bem coletivo. Que nós sejamos humildes o suficiente pra reafirmarmos o valor da convivência fraterna e da modernidade implantada”.

Trecho do discurso de posse do governador Tião Viana em 1º de janeiro de 2011.



ESTADO DO ACRE

LEI Nº 2.524 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2012- 2015 e em conformidade com o disposto no art. 151 da Constituição do Estado do Acre estabelece a orientação estratégica do Governo para as despesas de capital e outras delas decorrentes neste período, bem como as relativas aos programas de duração continuada, de acordo com os apêndices que a integram de forma mais detalhada, a saber:

- I. Plano Desenvolver e Servir;
- II. Programas Especiais;
- III. Programas Temáticos;
- IV. Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado;
- V. Programas Complementares;
- VI. Referencial Orçamentário;
- VII. Projeção das Receitas para o período de 2012-2015.

Art. 2º As ações governamentais serão organizadas em eixos estratégicos, áreas de resultado, programas temáticos, programas especiais, programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado e programas complementares. Neste sentido, o PPA 2012-2015 terá como diretrizes:

- I. Economia sustentável como vetor de geração de trabalho, renda, promoção da igualdade social, fortalecimento da cultura própria e identidade e conservação do ambiente natural;
- II. Garantia de acesso universal e qualidade nos serviços públicos de saúde;
- III. Educação de qualidade para a construção de uma sociedade sustentável;
- IV. Desenvolvimento social e garantia de direitos como elementos orgânicos do desenvolvimento;
- V. Igualdade racial, étnica, de gênero e respeito às gerações;
- VI. Socialização dos bens culturais e valorização da produção cultural;
- VII. Esporte e lazer como condição para o desenvolvimento humano e social;
- VIII. Participação popular e controle social;
- IX. Gestão democrática do território;
- X. Cidadania e condições dignas de habitabilidade;
- XI. Universalização dos serviços de saneamento ambiental;
- XII. Gestão ética, democrática, eficiente, eficaz e efetiva.



ESTADO DO ACRE

LEI Nº 2.524 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Seção II Da Estrutura e Organização do Plano

Art. 3º O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, apresentados como Temáticos; de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado; Especiais e Complementares, assim definidos:

- I. Programa Temático: aquele que expressa à agenda do Governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade;
- II. Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: aquele que reúne as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação do Governo;
- III. Programas Especiais: representam os programas de investimentos, oriundos de operações de crédito, convênios e outros instrumentos congêneres previstos pelo Governo;
- IV. Programas Complementares: aqueles que representam as ações de integração aos programas temáticos do Governo Federal que são complementares as ações do Governo Estadual.

CAPÍTULO II DA GESTÃO DO PLANO

Seção I Aspectos Gerais

Art. 4º O Plano Plurianual poderá sofrer revisões e posteriores alterações anuais, mediante Projeto de Lei submetido à aprovação do Poder Legislativo do Estado do Acre, tendo em vista a necessidade de promoção de ajustes, conforme:

- I. As circunstâncias emergentes ao contexto social, econômico e financeiro;
- II. O processo gradual de reestruturação do gasto público estadual e federal;
- III. Dinâmica da implementação dos programas do governo e da economia regional.

Art. 5º O Plano Acre Sem Miséria integra as prioridades da Administração Pública estadual e terá tratamento diferenciado durante a execução do PPA 2012-2015.

Parágrafo único. O Poder Executivo definirá os requisitos, os critérios e as condições diferenciadas para cumprimento do disposto no caput.



ESTADO DO ACRE
LEI Nº 2.524 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Seção II
Do Monitoramento e Avaliação

Art. 6º O monitoramento do Plano Plurianual é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa e orientada para o alcance das metas prioritárias do Governo.

Art. 7º A avaliação do PPA 2012-2015 consiste na análise das políticas públicas e dos Programas, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e sua implementação.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º Durante a vigência do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, os programas temáticos deverão guardar estrita coerência com as diretrizes, objetivos e metas constantes dos Apêndices II, III, IV e V desta lei, ressalvadas as alterações ocorridas nas revisões previstas no art. 4º desta lei.

Art. 9º O Poder Executivo fica autorizado a suplementar dotações orçamentárias para o atendimento dos programas constantes nesta lei, até o limite de trinta por cento do montante das dotações alocadas nas Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 10 Ficam autorizados nas Leis Orçamentárias Anuais a reprogramação e o remanejamento dos programas, projetos e atividades entre os órgãos do Poder Executivo, para a consecução das diretrizes desta Lei.

Art. 11 Os valores consignados a cada eixo ou ações no Plano Plurianual são referenciais e não se constituem em limite à programação das despesas expressas nas Leis Orçamentárias Anuais e seus Créditos Adicionais.

Parágrafo único. Os valores previstos nesta lei estão orçados segundo preços vigentes em agosto de 2011.

Art. 12 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios e/ou contratar, operações de crédito internas e externas ou outros instrumentos congêneres para o financiamento deste Plano Plurianual.

Art. 13 Para consecução de seus Objetivos Estratégicos e viabilização de seus Programas Temáticos o Governo do Estado poderá atuar através de Parcerias Público Privada – PPP e/ou Parceiras Público Comunitária – PPC.

Art. 14 Na elaboração dos Projetos de Leis Orçamentárias Anuais e quando de sua execução deverão ser observadas as políticas públicas específicas, de acordo com:

- I. A territorialidade definida no Zoneamento Ecológico e Econômico do Acre – ZEE/AC;
- II. As prioridades para Zonas de Atendimento Prioritário – ZAP's;
- III. As possibilidades e oportunidades das Zonas Econômicas de Desenvolvimento – ZED's.



ESTADO DO ACRE

LEI Nº 2.524 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Art. 15 Fica autorizada a realização de concursos públicos para provimento de cargos, observando-se o disposto nas legislações pertinentes.

Art. 16 A data de início dos programas e projetos poderá ser ajustada por ato específico do Poder Executivo, em função da disponibilidade de recursos.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – AC , 20 de dezembro de 2011. 123º da República, 109º do Tratado de Petrópolis e 50º do Estado do Acre.

TIÃO VIANA

Governador do Estado do Acre

APÊNDICE I

Plano Desenvolver e Servir

// SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

I. Introdução	07
II. Dimensão Estratégica	08
III. Planejamento Territorial	16
IV. Modelo de Gestão	20
V. Grandes Números	28

DOS PROGRAMAS

1. EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL	31
1.1 Programa: Industrialização	32
1.2 Programa: Desenvolvimento das Cadeias Produtivas nas Zonas Especiais de Produção	36
1.3 Programa: Comércio e Turismo	39
1.4 Programa: Gestão Ambiental	41
1.5 Programa: Economia de Baixo Carbono	45
2. EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	47
2.1 Programa: Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Social para a Juventude (PROGRIDA)	48
2.2 Programa: Atenção aos Povos Indígenas	49
2.3 Programa: Valorização da Cultura	52
2.4 Programa: Proteção e Valorização da Mulher	54
2.5 Programa: Promoção e Valorização dos Direitos Humanos	56
2.6 Programa: Inclusão e Proteção Social	58
3. EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	61
3.1 Programa: Pavimentação e Saneamento Integrado	62
3.2 Programa: Habitação Popular	65
3.3 Programa: Infraestrutura de Transporte e Energia	67
3.4 Programa: Obras Públicas	73
4. EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA	75
4.1 Programa: Promoção da Educação Básica de Qualidade para Todos	76
4.2 Programa: Desenvolvimento da Educação para o Trabalho	80
4.3 Programa: Esporte e Lazer	83
4.4 Programa: Promoção à Saúde	85
4.5 Programa: Segurança Pública	88
5. EIXO GESTÃO PÚBLICA	91
5.1 Programa: Comunicação e Tecnologia da Informação	92
5.2 Programa: Humanização da Gestão Pública	94
5.3 Programa: Formação e Capacitação de Servidores Públicos	96
5.4 Programa: Inovação da Gestão	97
5.5 Programa: Modernização da Gestão Fazendária	99
5.6 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Legislativo: Assembléia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC e Tribunal de Contas do Estado - TCE	101
5.7 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Judiciário: Tribunal de Justiça do Estado do Acre	109
5.8 Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: Ministério Público Estadual	111

Considerações Iniciais

I. INTRODUÇÃO

Na última década houve uma grande transformação econômica, social e política na história da Região Amazônica elevando o Estado do Acre a uma posição de destaque e respeito no cenário regional, nacional e internacional. Isso se dá pela escolha de um Modelo de Desenvolvimento Sustentável baseado em uma Economia de Baixo Carbono, que permite ao mesmo tempo gerar e distribuir riquezas, melhorar os indicadores sociais e conservar a floresta.

A leitura dos números revela que os avanços alcançados são surpreendentes colocando o Estado entre os mais competitivos e atrativos a investimentos públicos e privados da Região Norte. O Acre saiu de uma economia estagnada em 1998 para galgar altas taxas de crescimento econômico e níveis elevados de confiança e credibilidade junto ao Governo Federal, bancos e organismos multilaterais de financiamento interno e externo.

Essas parcerias foram decisivas e imprescindíveis para reverter o quadro de inércia da economia local por meio da atração e da captação de recursos que permitiram entre outros resultados:

- ✓ Melhorar os níveis de educação;
- ✓ Revitalizar o Patrimônio Histórico;
- ✓ Resgatar a autoestima do povo acreano;
- ✓ Recuperar, estruturar e modernizar a máquina estatal;
- ✓ Ampliar a cobertura e melhorar o atendimento de saúde;
- ✓ Ampliar a infraestrutura das cidades e espaços públicos de lazer;

- ✓ Consolidar a integração do território por meio da construção de pontes, rodovias, ramais, aeródromos e aeroportos;
- ✓ Elevar o efetivo de policiais e reaparelhar o sistema de segurança pública.

Outro resultado importante foi a criação de mecanismos legais e de infraestrutura para induzir a instalação de empreendimentos industriais, com alicerce no desenvolvimento da economia florestal.

Nesse contexto está inserido o **Plano Desenvolver e Servir** (Plano Plurianual - PPA 2012-2015) que visa potencializar oportunidades e resolver problemas com planejamento estratégico diferenciado pensando os desafios governamentais expressos em eixos, programas, indicadores, metas e iniciativas considerados determinantes para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre nos próximos quatro anos.

O Plano vislumbra um salto de qualidade que depende de um amplo envolvimento e mobilização da sociedade pelo crescimento econômico do Acre. Isto requer o desenvolvimento de capacidades, tecnologias, inovações e espírito empreendedor para romper paradigmas, padrões atuais da economia e da iniciativa social e construir uma gestão pública moderna, que contribua na geração de resultados e indicadores dignos de um Estado amazônico influente não pujante e democrático à altura do espírito libertário, da operosidade, da criatividade do seu povo e do seu gigantesco capital natural que se ergue como base da economia do futuro.

II. DIMENSÃO ESTRATÉGICA

II.1 Cenário Atual

Imagem Objetivo

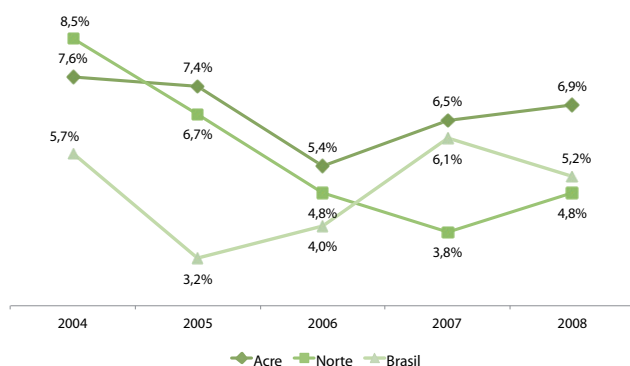
Melhoria contínua e progressiva do padrão e qualidade de vida da população, com elevação da produtividade, do produto da economia e distribuição justa da riqueza produzida; numa situação de oferta regular e satisfatória de emprego, de inclusão e mobilidade social, de redução das desigualdades, de dignidade dos grupos abaixo da linha de pobreza; em que se reafirmam e se fortalecem a identidade do povo acreano, os valores da democracia e da conservação dos recursos ambientais, favorecendo o aprofundamento do desenvolvimento econômico e social sustentável.



Economia

A economia do Acre experimentou um crescimento médio anual de 5,4% entre 1999 e 2008, mesmo em uma época de baixo desempenho da economia nacional. Recentemente, a taxa de crescimento manteve-se acima das taxas do Brasil e da Região Norte conforme ilustrado no gráfico 1.

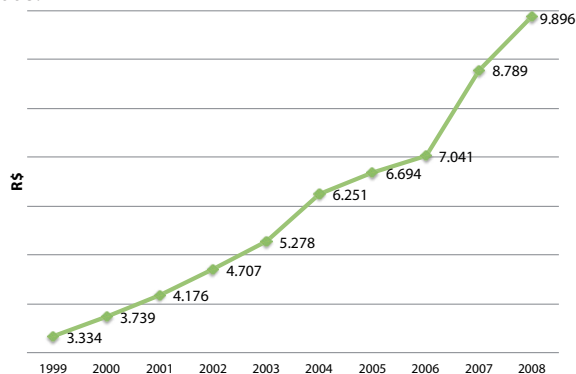
Gráfico 1 - Taxa de Crescimento Real do PIB do Brasil, Região Norte e Acre, 2003 - 2008.



Fonte: IBGE/Contas Regionais; SEPLAN/AC/DEPAG.

O bom desempenho da economia acreana foi seguido de vários efeitos positivos destacando a elevação do PIB *per capita* de R\$ 3.334 em 1999 para R\$ 9.896 em 2008 (gráfico 2) e a melhoria na distribuição regional da riqueza produzida, visto que o índice de Gini dos PIBs dos municípios acreanos é o segundo melhor do país apresentando a maior queda (5,4%) entre as unidades da federação no período de 2002 a 2008.

Gráfico 2 - Evolução do PIB *per capita* do Estado do Acre, 1999 - 2008.



Fonte: IBGE/Contas Regionais; SEPLAN/AC/DEPAG.

Constatou-se ainda o fortalecimento do setor

privado com o ganho de participação de atividades como: Indústria de Transformação, Serviço de Informação, Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal. Por outro lado houve uma redução da participação da maior atividade econômica do Estado (Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social) de 36,0% para 33,4%.

Isso demonstrou que apesar da expressiva participação da administração pública na economia do Estado, essa relação de dependência do setor privado tem apresentado uma tendência decrescente.

A expansão econômica também está associada a fatores como a criação de novos postos de emprego e a melhoria dos salários especialmente no setor público. Mostrou-se fundamental o aumento do poder aquisitivo da população mais carente com a valorização do salário mínimo e a criação de programas de transferência de renda.

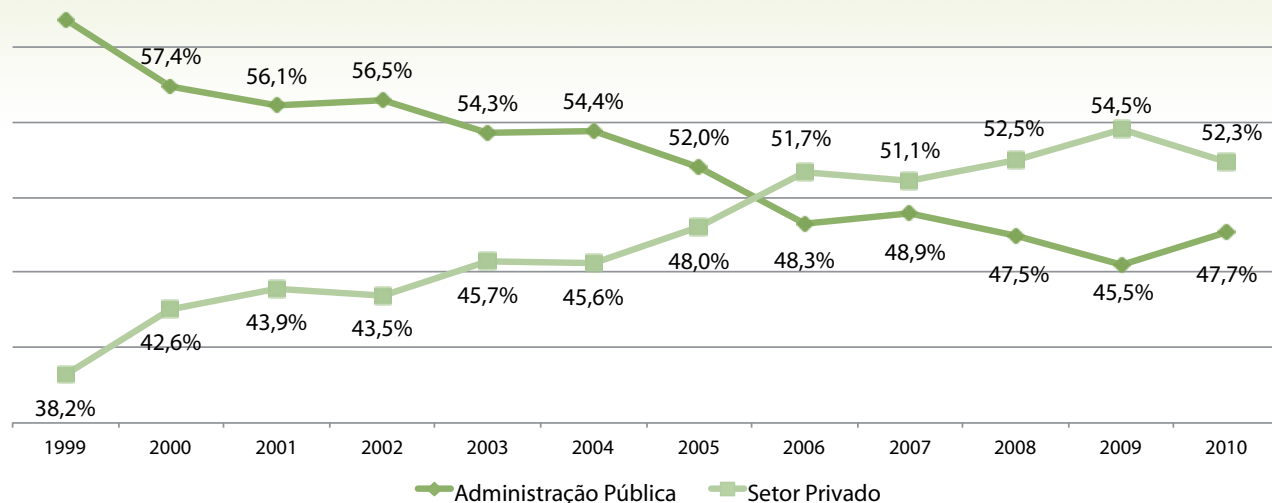
No Estado várias medidas foram tomadas para incentivar a geração de trabalho e renda, pois além dos incentivos dado as empresas o Governo assegurou aos servidores a regularidade e pontualidade no pagamento de salários e a criação de política de valorização da carreira para os servidores. A folha de pagamento mensal que em 1998 era de R\$ 22 milhões chegou próximo a R\$ 105 milhões em julho de 2011 (SEPLAN).

Nos últimos doze anos foram criados mais empregos formais que em toda a história do Acre até então. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o número de postos de trabalho formais em 1999 era de 58.074. Em 2010 passou para 121.187 resultando em uma geração de mais de 63.000 empregos (mais de 108% de crescimento). O setor privado cresce em maior proporção que a administração pública e, desde 2006, emprega mais trabalhadores, conforme indica o gráfico 3.

Os resultados observados estão diretamente vinculados a medidas e iniciativas implementadas pelo governo do Estado que, ao estimular as empresas com incentivos fiscais, locacionais e participação no capital, promove a geração de emprego. Este cenário cria a oportunidade de consolidação do crescimento da economia local a partir de um forte programa de industrialização com efeitos multiplicadores em todo o setor produtivo do Estado.

Para continuar com o crescimento robusto e sustentado o Estado enfrentará o desafio da industrialização dando ênfase em grandes investimentos na área de construção civil visando ampliar e melhorar a infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento tais como a conclusão da BR-364 (Rodovia da Integração), a pavimentação de todas as ruas das

Gráfico 3 - Participação da Administração Pública e do Setor Privado no Total de Empregos Formais no Acre, 1999 - 2010.

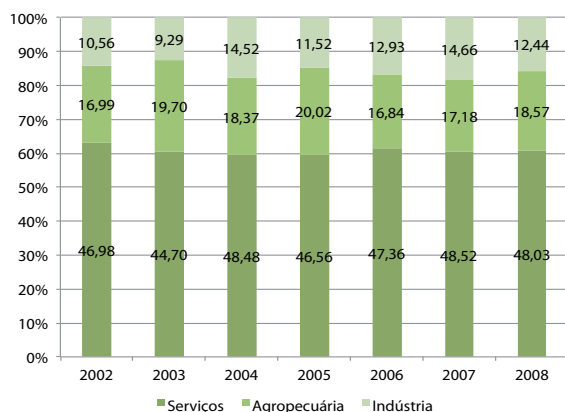


Fonte: MTE/RAIS.

idades do Acre, construção de unidades habitacionais, ampliação do parque energético e a qualificação de vias estruturantes nas cidades. Estão previstos ainda maciços investimentos para alavancar a indústria de transformação, que obteve um crescimento médio anual de 8,6% entre 2000 a 2008.

Mesmo sendo o menor dos três setores econômicos, a indústria vem crescendo a altas taxas e ganhando participação no valor adicionado saindo de 10,6%, em 2002, para 12,4%, em 2008 (gráfico 4). Esta evolução esboça a tendência de transformação da economia na direção da industrialização.

Gráfico 4 - Participação dos Setores Econômicos no Valor Adicionado do Estado do Acre, 2002 - 2008.

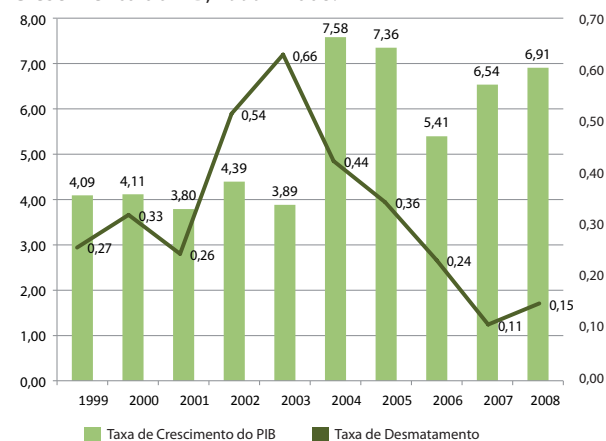


Fonte: IBGE; SEPLAN/AC/DEPAG.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Acre mostra que é possível desenvolver e preservar, pois o período em que a economia mais mos-

trou pujança com as maiores taxas de crescimento (2004-2008) foi o mesmo período que o estado apresentou uma queda contínua na taxa de desmatamento (gráfico 5).

Gráfico 5 - Evolução da Taxa de Desmatamento e da Taxa de Crescimento do PIB, 1999 - 2008.

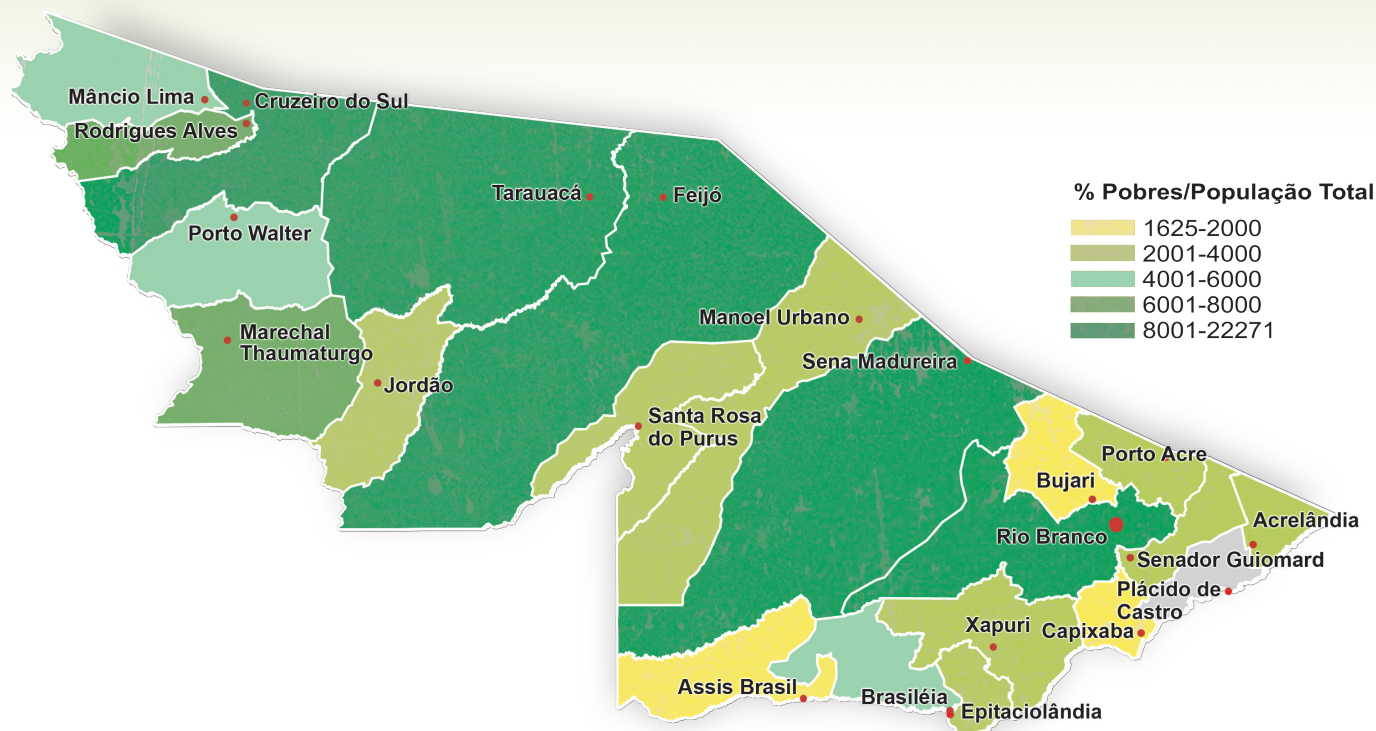


Fonte: INPE; IBGE; SEPLAN/AC.

Desenvolvimento Social

A melhoria da qualidade de vida, a ascensão social, a redução das desigualdades, a garantia dos direitos fundamentais e o combate à pobreza são bandeiras de luta do projeto de Desenvolvimento Sustentável do Estado. Assim, em dez anos, o Acre conseguiu tirar 113 mil pessoas da condição de pobreza e 57 mil da extrema pobreza.

Figura 1 – Distribuição espacial da população extremamente pobre do Estado do Acre, 2010.



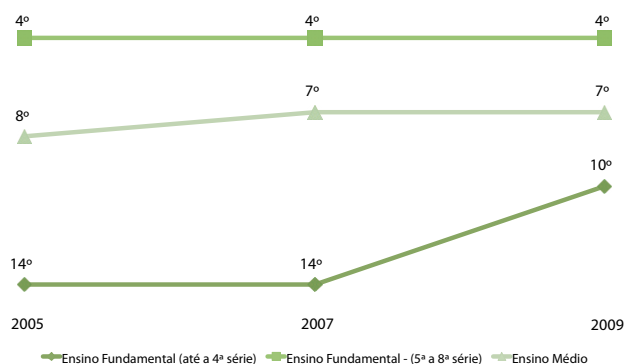
Fonte: IBGE, 2010 / UCEGEO, 2011.

Em 2000, a extrema pobreza atingia 25,9% da população caindo para 18,2% em 2010. Isto significa que atualmente ainda existem 133.410 pessoas no Estado que vivem privados das condições mínimas de bem-estar. O mapa (figura 1) indica a distribuição por município da população extremamente pobre, que se concentra em maiores quantidades em Rio Branco, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

O Governo Federal ampliou os esforços para erradicar a miséria no país ao apresentar o Plano Brasil Sem Miséria. No Acre, o Governo endossa e expande esse esforço com o Plano Acre Sem Miséria, cujo objetivo é tornar residual o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza promovendo a inclusão de todas as famílias extremamente pobres em empreendimentos produtivos e renda básica e possibilitando o seu acesso aos serviços públicos para consolidar a sua ascensão social.

Importantes avanços também foram verificados nas áreas de educação, saúde e segurança, fundamentais para o desenvolvimento da população. Na Educação, o Estado do Acre saiu das últimas posições nas avaliações do MEC para ser o décimo no ranking do IDEB da rede estadual, de 1ª a 4ª série em 2009; o quarto lugar, de 5ª a 8ª série e o sétimo no ensino médio (gráfico 6) superando estados como o Rio de Janeiro.

Gráfico 6 - Evolução da Posição do Acre no Ranking Nacional do IDEB, 2005 - 2009.



Fonte: MEC/INEP.

A taxa de evasão no ensino fundamental caiu de 17,10% em 1999, para 4,1% em 2009. No mesmo período a redução no ensino médio foi de 21,7% para 13,1% e a taxa de analfabetismo da população de 15 a 64 anos teve uma queda de 24,5% para 12,7%. Já entre 2004 e 2009 a taxa de analfabetismo funcional decresceu de 16,5% para 11%.

Na saúde, a estrutura de serviços de alta e média complexidade teve substancial ampliação e melhoria da resolutividade. A taxa de mortalidade infantil declinou de 31,26 por mil nascidos vivos em 2000 para 19,28 em 2009. Em parte, esse resultado está

relacionado à política de fortalecimento da saúde preventiva com a ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família - PSF de 26,9% para 63,3% no mesmo período (gráfico 7).

Gráfico 7 - Evolução da Cobertura do PSF e do Coeficiente de Mortalidade Infantil, 2000 - 2009.



Fonte: Ministério da Saúde - MS.

Na segurança pública, a estrutura disponível foi fortalecida e modernizada com a ampliação do quadro de policiais, melhoria dos salários, estrutura física das delegacias de polícia, capacitação, reaparelhamento da Polícia Militar e a implantação de um novo modelo de gestão de segurança pública que prima pela atuação sistêmica com integração das polícias e foco na redução dos indicadores da criminalidade a partir da territorialização. Na continuidade desse esforço, o desafio é a desempenho na área de fronteira com fortalecimento do sistema de inteligência, atuar no policiamento ostensivo e de combate a droga e, ao mesmo tempo, ter uma forte ação preventiva e próxima à sociedade.

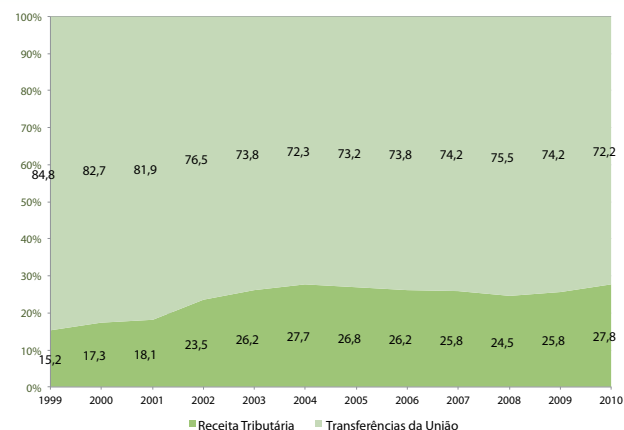
Finanças Públicas

Os avanços das áreas econômica, social, ambiental e de infraestrutura só foram possíveis em função da capacidade do Estado em captar recursos para financiar a política de desenvolvimento sustentável local por meio de convênios, operações de crédito e aumento da arrecadação.

O orçamento estadual cresceu 609% em 12 anos passando de R\$ 536 milhões em 1999 para R\$ 3,804 bilhões em 2011. A relação entre a arrecadação própria e as transferências da União

passou de 15,2% em 1999 para 27,8% em 2010 (gráfico 8).

Gráfico 8 - Relação entre a Receita Tributária e as Transferências da União - Acre, 1999 - 2010.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

O esforço de arrecadação tributária representa um avanço significativo na redução da dependência do Estado. Todavia, a participação da receita própria no orçamento total ainda é baixa motivando a captação de recursos por meio de convênios e operações de crédito.

O saneamento das contas públicas, o compromisso e a credibilidade do Estado possibilitaram captar recursos acima de R\$ 1 bilhão nos anos de 2009 e 2010. Em 1998 este montante atingia R\$ 18,3 milhões. Com isso foi possível ampliar a base de investimento nas mais diversas áreas. Na última década vários organismos de crédito nacionais e internacionais aportaram recursos no Estado.

II.2 Portfólio de Investimento

O Governo do Acre estima investimentos em torno de R\$ 4,72 bilhões com projetos integrados e multissetoriais advindos de várias fontes (figura 2), na gestão 2011-2014. O principal apoiador e investidor é o Governo Federal, através de seus Ministérios que financiam projetos nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento social, energético e produtivo. O volume de recursos alocados provenientes dessa parceria é de aproximadamente R\$ 2,84 bilhões, ou seja, 60,1% dos recursos captados.

Outro aspecto relevante é a obtenção de recursos através de operações de créditos internas e ex-

ternas, que vêm com apoio técnico-institucional de instituições como: BIRD, BNDES, CAIXA, BID e KfW por meio de suas expertises em áreas sociais, de infraestrutura e preservação ambiental. Estes investimentos são da ordem de R\$ 1,62 bilhão (34,4%), impactando de forma positiva e direta no desenvolvimento do Acre.

Os demais recursos previstos são oriundos do setor privado e do Governo Estadual, com investimentos diretos e contrapartidas de projetos que impactam no fortalecimento da economia, totalizando mais de R\$ 820 milhões.

Figura 2 - Portfólio de Investimento do Estado do Acre 2011 - 2014.



Fonte: SEPLAN/AC, 2011.

II.3 Oportunidades e Desafios

Na nova geografia econômica da Amazônia o Acre possui uma posição estratégica diferenciada, pois está localizado no centro da América do Sul (figura 3) e próximo aos principais Polos de Desenvolvimento da Região, como:

- ✓ Industrial e Tecnológico de Manaus (faturamento de US\$ 35,1 bilhões em 2010);
- ✓ Agronegócio do Centro-Oeste (33% do PIB brasileiro do Setor);
- ✓ Turístico de Cuzco, no Peru (visitação de 700.000 turistas ao ano);
- ✓ Petrolífero da Venezuela (reservas de 300 milhões de barris);
- ✓ Complexo Hidrelétrico do rio Madeira (potencial energético de 6.450 MW).

No entorno do Acre (Peru, Bolívia, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia) estima-se um PIB superior a US\$ 200 bilhões e um mercado consumidor de quase 50 milhões de pessoas.

Cabe destacar as vantagens comparativas da logística e da infraestrutura instalada no Estado que facilitam o acesso e possibilitam a realização de negócios com os mercados andinos e asiáticos, por meio da implantação e consolidação dos eixos de integração econômica sul-americana:

- ✓ Rodovia da Integração (BR-364);
- ✓ Rodovia do Pacífico (BR-317);
- ✓ Prolongamento da Ferrovia Transcontinental (EF-354) no trecho Vilhena (RO) a Boqueirão da Esperança (AC), em estudos de viabilidade.

Outro importante instrumento de integração econômica é a consolidação da Zona de Processamento de Exportações - ZPE, pois com a conclusão da Rodovia do Pacífico o Acre estreita seus laços comerciais com os países vizinhos (Bolívia e Peru) e tem acesso aos portos do Pacífico como porta de saída para as exportações destinadas à Ásia e parte dos EUA (figura 4).

Figura 3 - Localização geográfica do Estado do Acre.



Fonte: SEPLAN/AC, 2011.

A ZPE possibilita explorar comercialmente o potencial da riqueza e localização geográfica do Acre visto que, apesar das exportações terem saltado de US\$ 1,3 milhões em 1999 para US\$ 20,7 milhões em 2010, elas ainda são consideradas tímidas diante do potencial apresentado.

Ademais, a ZPE terá sólidas conexões com o resto da economia do Acre, especialmente com os setores florestal e agropecuário localizados nas Zonas Especiais de Desenvolvimento - ZEDs, exercendo um poderoso efeito multiplicador na geração interna de emprego e renda.

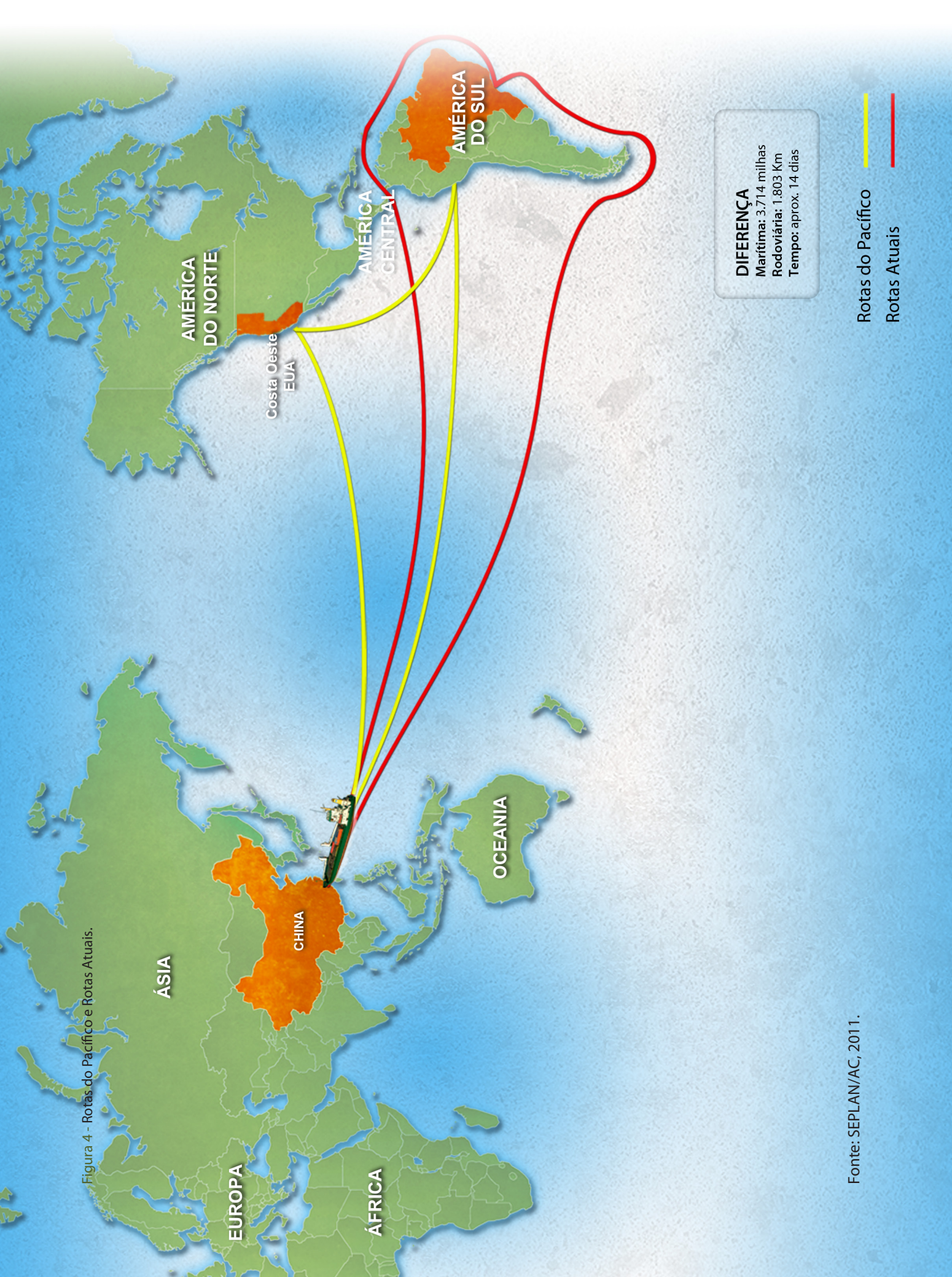


Figura 4 - Rotas do Pacífico e Rotas Atuais.

Fonte: SEPLAN/AC, 2011.

III. PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Contextualização

Em 2000, o Governo do Acre concluiu a primeira fase do seu Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, que se constitui numa síntese socioambiental na escala de 1:1.000.000. O componente “participação social” é o que o diferencia dos demais zoneamentos feitos no Brasil. De maneira inovadora o Governo do Acre adotou uma construção essencialmente participativa envolvendo todos os atores do processo.

O Ordenamento Territorial recorre a instrumentos essenciais para o conhecimento e gestão do território e suas territorialidades. São instrumentos de gestão territorial do Acre:

- ✓ Etnozoneamento;
- ✓ Ordenamento Territorial Local - OTL;
- ✓ Zoneamento Ecológico e Econômico - ZEE;
- ✓ Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP;
- ✓ Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLERH;
- ✓ Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos;
- ✓ Zonas Especiais de Desenvolvimento - ZEDs;
- ✓ Zonas de Atendimento Prioritário - ZAPs.

A gestão territorial não é uma política pública isolada e estanque, mas depende do plano normativo de governo. Ela obedece e depende da estratégia de desenvolvimento. Está em nível abstrato do planejamento governamental. A manifestação concreta dessa política pode servir tanto a um projeto de desenvolvimento sustentável quanto ao desenvolvimento predatório. No Acre, o desdobramento da agenda estratégica de governo é representado pelo Plano de Governo. Sem embargo de serem abstratas são abordagens setoriais e regionais por definição. É um elemento de continuidade da proposta de desenvolvimento sustentável da Frente Popular do Acre. Começa com o ZEE - Fase I e conclui-se com ZEE - Fase II e os diversos instrumentos de ordenamento territorial dele derivados.

Os territórios, assim como as zonas e subzonas de gestão territorial, são o espaço de ação dos programas de governo que remetem à estratégia de desenvolvimento. De modo que há uma integração orgânica entre Plano de Governo, Colheita de

Resultados e os instrumentos de gestão territorial.

Os instrumentos de Ordenamento Territorial têm sido aplicados com base na concepção e execução de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado do Acre.

Zoneamento Ecológico e Econômico

O Estado do Acre vem consolidando os instrumentos de gestão territorial ambiental com destaque para a conclusão do ZEE – Fase II, no ano de 2007, em escala 1:250.000 (um para duzentos e cinquenta mil) que, além de orientar o planejamento e a implementação dos programas do governo, estabelece zonas específicas para conservação e proteção ambiental, identifica as zonas destinadas ao ordenamento territorial e define as de intensificação e consolidação de uso das áreas já alteradas para produção sustentável.

O Mapa de Gestão Territorial como um instrumento vivo e participativo é o principal resultado da segunda fase do ZEE e contempla as visões do governo e da sociedade impulsionando um novo modo de desenvolvimento local e regional para o Estado, pautado na valorização do patrimônio socioambiental e na participação popular.

O ZEE do Acre - Fase II revolucionou o método de zoneamento brasileiro, definindo e implementando uma análise em três eixos:

- ✓ recursos naturais;
- ✓ socioeconômico;
- ✓ cultural-político.

Rompeu com o paradigma do tradicional comprometido com uma abordagem objetiva e positivista, inserindo a subjetividade (valores, crenças, costumes, tradições, modos de vida, conhecimento tradicional, poder e projetos políticos das comunidades) no conhecimento e decisão do uso do território ao processo de zoneamento.

Trata-se de um instrumento que define as potencialidades, vulnerabilidades do território, as aspirações e projetos sociais a partir de tendências, in-

clinações, projetos sociopolíticos das diferentes frações sociais e de uma sólida base de conhecimento científico, empírico e simbólico. Com fundamento nas características sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais daquele modo determinadas estabelece o uso do espaço em zonas, subzonas, unidades de manejo, conforme diretrizes de gestão e políticas públicas visando o desenvolvimento sustentável.

Foram definidas quatro grandes zonas no âmbito do ZEE:

- ✓ Zona 1 - destinada à consolidação de sistemas de produção sustentáveis (24,7% do estado);
- ✓ Zona 2 - destinada ao uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental (49% do estado);
- ✓ Zona 3 - definida como área prioritária para Ordenamento Territorial (26,2% do estado);
- ✓ Zona 4 - áreas urbanas das cidades do Acre (0,2% do estado).

Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas

O Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP foi criado pela Lei Estadual nº 1.426 de 27 de dezembro de 2001 e tem como objetivos principais:

- ✓ Manter amostras ecologicamente representativas e viáveis dos ecossistemas naturais do Estado e da biodiversidade;
- ✓ Proteger as paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- ✓ Preservar o funcionamento dos processos ecológicos naturais garantindo a manutenção dos serviços ambientais;
- ✓ Promover o aproveitamento dos recursos naturais renováveis e o ecoturismo nas unidades de conservação de uso sustentável;
- ✓ Contribuir para a pesquisa científica, assim como para a educação, cultura, esporte e recreação do cidadão;
- ✓ Coordenar o funcionamento das unidades de conservação - UCs e estabelecer diretrizes para o monitoramento da utilização dos recursos naturais nestas áreas.

O Acre possui hoje 45,6% de seu território em

áreas protegidas, sendo 9,5% representado por UCs de Proteção Integral; 14,5% são Terras Indígenas e 21,6% compreendem UCs de Uso Sustentável (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Estaduais).

Plano Estadual de Recursos Hídricos

O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre - PLERH foi elaborado tendo como base:

- ✓ Gerenciamento integrado dos recursos hídricos;
- ✓ Sistema de gerenciamento de recursos hídricos;
- ✓ Sistema de informações sobre recursos hídricos.

Para a elaboração do PLERH foram definidas seis Unidades de Gestão de Recursos Hídricos - UGRHs consideradas como recortes espaciais de referência para o estabelecimento dos objetivos estratégicos correspondentes às bacias dos principais rios do Estado: Alto Juruá, Alto Purus, Tarauacá, Envira, Acre e Abunã, alguns dos quais compartilhados com Peru, Bolívia, além dos Estados do Amazonas e Rondônia.

Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos

Durante o *Estudo de Regionalização para Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos* foi discutido e concebido o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Acre, o qual remete a aspectos ambientais, de saúde pública e de cadeias produtivas da reciclagem.

O Plano tem como principal função indicar as diretrizes gerais territorializadas para os serviços de manejo dos resíduos sólidos, reaproveitamento, reciclagem e comercialização, bem como garantir sustentabilidade para a disposição final dos dejetos traçando ações estratégicas que viabilizem processos capazes de nortear o Estado e seus municípios para a adequada gestão de resíduos sólidos.

Ordenamento Territorial Local

O Ordenamento Territorial Local - OTL é um processo mediante o qual se orienta a ocupação e utilização do território municipal. O OTL tem por finalidade

orientar a ocupação e utilização do território viabilizando uma melhor ocupação do espaço geográfico, da infraestrutura física e as atividades socioeconômicas levando em consideração as suas características culturais, sociais, ambientais e políticas.

O OTL é uma ferramenta de planejamento que objetiva orientar o uso do território e ações políticas nos níveis federal, estadual e municipal de maneira que as comunidades locais tenham condições de alcançar sua emancipação e estar diretamente envolvidas em todas as etapas do processo.

Etnozoneamento

É um instrumento da gestão territorial e ambiental de terras indígenas que visa integrar informações socioambientais das TIs que serão traduzidos em planos de gestão territorial participativos. Este é o mecanismo mediador entre os interesses da comunidade e a execução de políticas públicas por parte das diferentes esferas governamentais.

Zonas Especiais de Desenvolvimento

As ZEDs referem-se a áreas que já possuem infraestrutura que garanta a acessibilidade e energia, além de investimentos consolidados e uma ocupação territorial definida, associada com um significativo capital social. Estão distribuídas, predominantemente, na Zona 1 do ZEE, denominada Zona de Consolidação de Sistemas de Produção Sustentável.

- ✓ **ZED 1** - corresponde à região que se estende da sede do município de Capixaba até Assis Brasil onde estão implantados empreendimentos como a fábrica de tacos, fábrica de camisinhas, fábrica de polpas, abatedouro de frangos e de suínos e outros que precisam de consolidação e uma ação produtiva integrada para que se obtenham as matérias-primas necessárias.
- ✓ **ZED 2** - está no eixo das BRs 317 e 364 compreendendo área dos municípios de Bujari, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guiomard, Plácido de Castro e Acrelândia, onde se concluiu a pavimentação da BR-317 até a fronteira com o Estado do Amazonas e já existem assentamentos, médias e grandes propriedades em estágio de consolidação e grande parte do desmatamento existente no leste do

estado.

- ✓ **ZED 3** - concentra-se na área de influência de Sena Madureira, que é uma fronteira de expansão do processo de ocupação com um capital social já estabelecido.
- ✓ **ZEDs 4 e 5** - estão localizadas no eixo da BR-364 de Feijó até Cruzeiro do Sul, onde o asfaltamento está concluído.

Nestas cinco zonas, o Governo do Estado pretende intensificar suas ações de forma a mudar a realidade atual e avançar rumo ao desenvolvimento humano sustentável. Estas áreas demandam informações territoriais mais detalhadas e novos estudos como aqueles ligados às cadeias produtivas de produtos prioritários, estruturando a nova visão integrada nas Zonas Especiais de Produção.

As atividades a serem implementadas têm como objetivo principal a conservação do ativo florestal e a recuperação de áreas alteradas mediante a sua inserção no sistema produtivo ou recuperação ambiental daquelas mais vulneráveis.

Zonas de Atendimento Prioritário

A definição das Zonas de Atendimento Prioritário – ZAPs utilizou como variáveis-chave: a vulnerabilidade ambiental e o potencial social. Estas áreas são caracterizadas por uma alta vulnerabilidade ambiental e um baixo capital social.

As ZAPs se distribuem por todo o Estado, porém com territórios que ocupam limites bem definidos que são:

- ✓ **ZAPs Indígenas** - concentradas em sua maioria nas bacias do Purus, Envira, Tarauacá e Juruá;
- ✓ **ZAPs Unidades de Conservação** - localizadas nas bacias do Juruá, Purus e Acre;
- ✓ **ZAPs Assentamentos** – constituem-se nas áreas mais frágeis no perímetro de cada assentamento tradicional e estão mais concentradas nos eixos da BR-364 e BR-317;
- ✓ **ZAPs Assentamentos Diferenciados** - distribuem-se nos eixos das BRs com maior concentração nas bacias do Juruá, Purus e Acre.
- ✓ **ZAP Cidades** - São as cidades isoladas do Estado do Acre.

- ✓ ZAP Urbana - São os fundos de vales das cidades.

Políticas de Gestão Territorial e Desenvolvimento Sustentável do Acre

O Governo cria políticas públicas tendo como base seu delineamento e uso de informações técnicas com visão espacial produzidas no âmbito dos seus instrumentos de Ordenamento Territorial.

A eficiência das políticas públicas reflete com maior precisão a realidade das diferentes localidades existentes no território do Estado. Dentre elas pode-se destacar:

- ✓ Política de valorização do Ativo Ambiental Florestal do Estado do Acre: é desenvolvida por meio de estratégia conjunta de secretarias e autarquias que compõem o eixo de Economia Sustentável do Governo. Esta política, construída participativamente, está alicerçada em dois planos: o plano de recuperação de áreas alteradas focado nas áreas que já foram convertidas e alteradas e o plano do ativo florestal focado nas áreas florestadas;
- ✓ Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento: tem como objetivo garantir reduções expressivas, consistentes e duradouras nas taxas de desmatamento do Estado, a partir do fortalecimento da capacidade do governo e sociedade para gestão ambiental compartilhada e consolidação de uma economia limpa, justa e competitiva com forte base florestal e agroecológica, pautado na implementação do ZEE, com preservação e conservação de seu ativo socioambiental e florestal;
- ✓ Política Estadual de Incentivos aos Serviços Ambientais: a meta é valorizar o ativo ambiental como fonte de serviços ambientais enfatizando inicialmente a manutenção dos estoques de carbono florestal. Os mecanismos de incentivos aos serviços ambientais buscam estabelecer fluxos financeiros para os provedores deste serviço visando a sua provisão contínua pautada no fortalecimento de sistemas produtivos, valorização cultural e mitigação e adaptação às mudanças climáticas globais;
- ✓ Sistema Estadual de Gestão de Riscos Ambientais: propõe e avalia programas, ações e atividades voltadas para a prevenção, controle e mitigação dos impactos decorrentes de queimadas, secas, desmatamentos, enchentes, acidentes com produtos químicos perigosos e outros eventos de riscos ao meio ambiente e às pessoas decorrentes das atividades antrópicas e dos efeitos das mudanças climáticas globais. Está vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA (Decreto nº 3.415 de 12 de setembro de 2008).

IV. MODELO DE GESTÃO

IV.1 O Sistema de Planejamento

Planejamento Público

A ineficácia do modelo neoliberal, que se apresentava como único caminho para o desenvolvimento, ficou evidente na crise financeira dos países desenvolvidos e demonstrou a necessidade da intervenção ativa do Estado, nos diversos domínios sociais, para a superação do atraso, fomento do crescimento econômico, redução das desigualdades e promoção do bem estar social.

No Brasil, nos últimos oito anos, iniciou-se a restauração da capacidade de planejamento do Estado para, frente a um quadro de estagnação, retomar o caminho do crescimento econômico e do desenvolvimento social.

Coube ao Estado, nos níveis federal, estadual e municipal, a tarefa de recriar um modelo de planejamento público. Muitos optaram pela adaptação de avanços do planejamento corporativo. Mas, para ser efetivo, o planejamento estatal deve obedecer à lógica própria da gestão pública. A corporação e o Estado apresentam realidades essencialmente diferentes. A essência da empresa é a produção e a realização de riqueza pela mediação da mercadoria acumulando mais valor que se transforma em lucro.

O fundamento do Estado é o exercício do poder político, refletindo as relações de força da sociedade para produzir bem-estar comum e reproduzir a sua legitimidade. O processo da empresa é o negócio com clientes e fornecedores, em relação de compra e venda; o processo do Estado é o serviço público, relacionando-se com cidadãos que têm direitos assegurados na constituição e na lei. É preciso repensar o planejamento público como instrumento e método específicos.

O governo do Estado do Acre, durante o período 2011-2014, construirá um modelo de gestão com característica essencialmente pública. Para isto não se restringirá a aplicação de teorias já estabelecidas, mas avançará na inovação, criação e elaboração de nova metodologia, valendo-se, apenas pontualmente, da remodelação de conhecimentos e instrumentos já experimentados para composição do método. Nesta abordagem, integram-se objetividade e subjetividade, razão e empiria; técnica e política.

Método de planejamento

Planejamento não é predição. O futuro não existe no presente e não é previsível. O essencial do planejamento é exercer a capacidade humana de construir o futuro. Neste sentido, é um instrumento de liberdade, de escolha do futuro. É pensar antes de agir, imaginando possibilidades de solução no hiato entre a situação existente e a aspiração humana.

A tarefa do planejamento público é desenhar a trajetória que evolui do ponto (estado) em que se acha a sociedade até o destino desejado. O primeiro passo do planejamento é decidir o destino. Depois, compreender o estado atual, pensar os caminhos possíveis, escolher o trajeto e palmilhá-lo até alcançar o ponto de chegada, verificando a cada instante, se o avanço está conforme o pensado, corrigindo o rumo diante das barreiras e obstáculos, visando o ponto de chegada.

Como disse Carlos Matus: “Planejamento é o cálculo que precede e preside a ação”. É, por consequência, um processo circular que supõe participação social, diagnóstico (explicação da situação atual), elaboração do plano, execução, monitoramento, avaliação de impacto e replanejamento constante.

Um ator singular não elabora planejamento que se resolve em efetividade. O Estado não deve se arvorar no protagonismo isolado do planejamento. O pensamento autoritário do planejamento tradicional pressupõe o Estado como único ator. E, acima de todos, um ator capaz de controlar todas as forças sociais. Este pensamento não corresponde à realidade social. A sociedade é o conjunto de relações de forças sociais contraditórias. O Estado é simplesmente a condensação material específica dessas relações. De sorte que o planejamento público tem como sujeito principal a sociedade. O planejamento é situacional.

A formulação das possibilidades sobre o futuro, a ação e a implementação dependem das relações de poder na sociedade, o que Carlos Matus chama de *situação*.

Da *situação* depende a viabilidade política do planejamento. O plano é uma aposta estratégica.

O requisito essencial do planejamento não é a

objetividade científica, mas a subjetividade, a política e a efetividade. Esta diz respeito à produção, usufruto dos benefícios e satisfação da necessidade social. A política refere-se ao balanço de forças sociais e à relação democrática, justa e harmoniosa do Estado com a sociedade, no ato de gestão. A pertinência da política não exclui o requisito de consistência técnica. Significa, tão somente, que o vetor técnico-científico não é a determinação única, nem a principal, do planejamento.

O planejamento público exige na sua feitura ampla participação social. Estado, governo, sociedade, experiência técnica são os atores do planejamento público.

A abordagem deste Plano obedece a todos esses princípios: teoria, métodos e práticas do planejamento estratégico situacional participativo.

O Plano do Governo, a Colheita de Resultados e o PPA tiveram ampla participação social, mediação e debate dos gestores públicos, consideração do legado de políticas públicas, diálogo com os outros poderes e o aporte técnico de especialistas e constituem os instrumentos da gestão estadual no desenvolvimento da governança.

Momentos do planejamento

Uma trajetória circular do estado atual ao estado desejado e do abstrato ao concreto no mesmo espaço e tempo. O processo de planejamento é caracterizado por momentos. É iterativo e só termina com a finalização da execução e avaliação do plano.

Os processos do Plano de Governo e do PPA fizeram-se segundo os momentos: explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional. O explicativo consiste no diagnóstico da situação atual: *o que é ou tende a ser*. O normativo, no campo do *deve ser*, dos princípios, dos valores e das macropolíticas que correspondem às aspirações sociais. O estratégico, em *pode ser e como vai ser*, o domínio das limitações institucionais, políticas, de recursos, de tempo e de capacidade operacional. Envolve o espaço das relações de forças sociais: as relações de poder que determinam a viabilidade política do plano. O tático-operacional incide sobre a esfera do *será*: a ação concreta onde desenrolam-se a execução e a produção dos resultados. Os momentos expressam a trajetória do abstrato ao concreto. São momentos de concretizações: o normativo é o mais abstrato, o tático-operacional, o mais concreto. A iteração modula esses movimentos do estado atual ao estado desejado e do normativo-estratégico ao tático-operacional.

O PPA 2012-2015 é um instrumento estratégico-operacional da gestão porque explicita elementos do Plano de Governo e Colheita de Resultados (normativo-estratégico) e dos orçamentos anuais (programas e projetos).

Construídos a origem e o destino, a situação atual e a situação desejada, resta ao planejamento o desenho da trajetória que leva de um ponto ao outro. A trajetória opera a mudança de um estado (o atual, não desejado) para o outro estado (o desejado). A distância, a tensão, a defasagem entre as duas situações caracterizam o problema do planejamento. O planejamento estratégico situacional público parte de problemas. A abordagem tradicional tem o seu ponto de partida em setores ou áreas temáticas. Este método fragmenta e analisa a realidade para construir blocos estanques de soluções. O procedimento setorial termina sedimentando “ilhas de implementação”. A setorialização não favorece a cooperação e a gestão matricial.

Diversos problemas no mesmo programa ou um único problema atravessando diversas áreas temáticas facultam a concepção de soluções que criam a matricialidade da gestão e o trabalho coletivo das instituições e pessoas. Isto otimiza recursos, aumenta a produtividade do trabalho pelo efeito sinérgico da cooperação, acelera o ritmo das ações e reduz o tempo de realização dos resultados.

Por essa razão, os problemas tornam-se o critério, os elementos constitutivos da organização das soluções em programas. O passo seguinte é a sua classificação em áreas de resultado e eixos estratégicos que, categorias estratégicas, são *a priori* da programação. O PPA 2012-2015 obedeceu a esses processos de formulação do planejamento.

Instrumentos de planejamento

Todo sistema de planejamento exige ferramentas que correspondam e operem o método para conceber e formular o conjunto do planejamento da organização.

Os instrumentos correspondem aos níveis de planejamento: o explicativo, o normativo, o estratégico e o tático-operacional.

O *Plano de Governo* é uma agenda normativo-estratégica. É o maior nível de abstração do planejamento. Declara os valores e diretrizes do governo. Identifica e analisa os problemas e propõe soluções. Concebe a estratégia e delimita os seus eixos de ação. Escolhe áreas de resultado e formula o programa de gover-

no em programas e projetos.

A *Colheita de Resultados* é uma expressão do Plano de Governo com mais detalhes, tendo, portanto, maior nível de concretização. Vai além do plano na explicitação dos projetos e formulação dos principais processos e metas. É uma síntese poderosa do Plano de Governo, com funções de gerenciamento e acompanhamento da gestão. É um instrumento estratégico-operacional de uso indispensável na prática dos gestores.

O PPA é uma ferramenta estratégico-operacional que explicita todo o conteúdo do Plano de Governo e da Colheita de Resultados e acrescenta o Orçamento Plurianual. É elaborado com ampla participação social, em oficinas regionais contando com todos os segmentos organizados da sociedade civil, além de ser uma disposição constitucional, se institui como Lei Estadual.

O PPA 2012-2015 foi construído com a participação de 770 lideranças em oficinas realizadas em

cinco Regionais abrangendo todos os municípios do Estado.

Unidades Setoriais de Planejamento

O fortalecimento das Unidades Setoriais de Planejamento sob coordenação imediata administrativa dos órgãos da administração direta e indireta e coordenação geral normativa da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN e Secretaria de Articulação Institucional - SAI facultou ao governo, tendo definidos a concepção de planejamento público, o método, os níveis e momentos de planejamento, os instrumentos de planejamento, por em funcionamento o Sistema Estadual de Planejamento. O planejamento do Estado integra todos os gestores estratégicos e os assessores setoriais de planejamento, o que permite a elaboração dos instrumentos e o monitoramento e avaliação de forma coletiva.

Figura 5 – Colheita de Resultados.



Fonte: SAI, 2011.

IV.2 Financiamento das Políticas Públicas



O termo finanças públicas tem sido aplicado ao conjunto de políticas econômicas que abrangem a captação de recursos, sua gestão e gastos para atender às necessidades da coletividade e do próprio Estado.

Esse termo apresenta dois lados: um que é a Receita Pública, originada da captação de recursos, cujo montante total é recolhido pelo Tesouro e incorporada ao patrimônio do Estado. O outro lado diz respeito às despesas públicas e as necessidades de investimentos que são custeados com o montante da receita recolhida.

Existe a necessidade de equilíbrio entre o que se obtém e que se pode pagar. Entretanto, as demandas da sociedade são ilimitadas e o Estado busca fortalecer seu papel regulador e coordenador do

processo. Quanto mais ações governamentais demandadas, mais o Estado exerce esse papel.

Para financiamento dessas ações o Estado dispõe de diversas formas de se obter recursos sendo as principais e concedidas de forma legal a arrecadação tributária e transferências obrigatórias. Contudo, esses recursos não são suficientes para atender todas as demandas, exigindo do Estado a execução de estratégias e modalidades de financiamento público que não comprometam as receitas futuras.

O Governo do Estado desenvolveu estratégia própria, que já está consolidada, de captar recursos junto ao Governo Federal através de transferências voluntárias e a organismos de fomento nacionais e internacionais, por meio de antecipação de receitas para financiamento de projetos que vise a geração de ganhos futuros.

IV.3 Central de Resultados

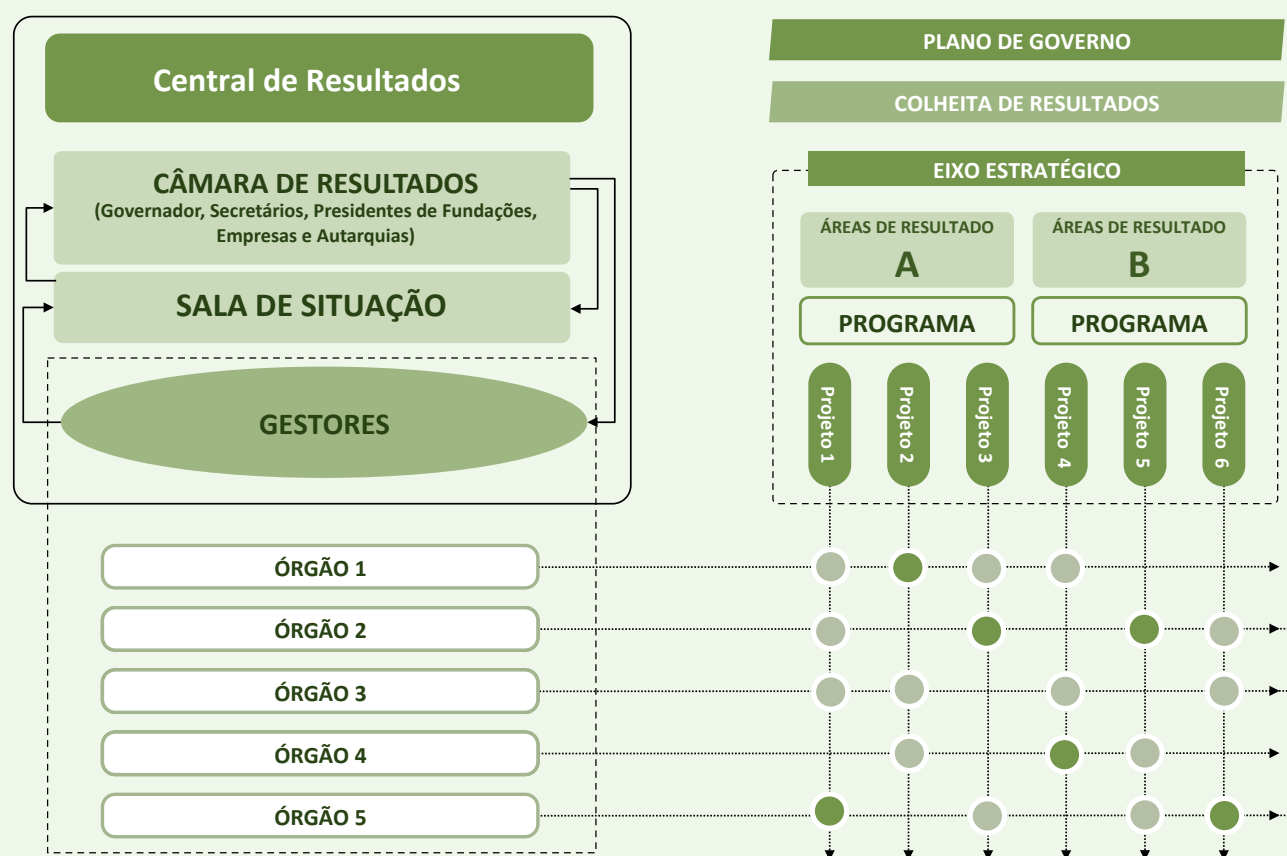
Matricialidade

É frequente na gestão pública a prática de individualização institucional, de execução de ações isoladas, de operações estanques. Na implementação de projetos, o compartilhamento da ação é uma necessidade técnica, mas a divisão do trabalho não está prevista no planejamento e, por esta razão, a articulação das ações é feita em geral de forma improvisada resultando em desperdício de recursos.

A otimização de recursos tem na integração das tarefas dos diferentes órgãos o seu principal requisito. A gestão precisa ter característica matricial. O desenho da integração das ações faz parte do projeto na forma de arranjo institucional. A matricialidade é um requisito para otimização dos recursos, eficiência e eficácia dos programas e projetos.

O Governo concebeu e adotou um modelo de gestão matricial (figura 6) traduzindo na Colheita de Resultados o arranjo institucional dos projetos que passa a fazer parte orgânica do PPA.

Figura 6 - Modelo de Gestão Matricial.



Fonte: SAI, 2011.

Monitoramento e avaliação

O planejamento tem uma característica circular porque o contexto do plano é dinâmico. Mudam a situação, os ambientes interno e externo, os meios e os resultados parciais da organização. O monitoramento, a avaliação e o replanejamento são momentos do planejamento.

O monitoramento é um instrumento de gerenciamento. Consiste no acompanhamento dos programas e projetos pelos gestores estratégicos com o propósito de verificar a evolução da execução, as etapas, as tarefas, o cumprimento do cronograma, os resultados alcançados, as metas físicas e financeiras, de modo a permitir a correção de falhas de processos, desvios nos resultados programados e melhoria de desempenho. É um processo objetivo, técnico e interno à organização.

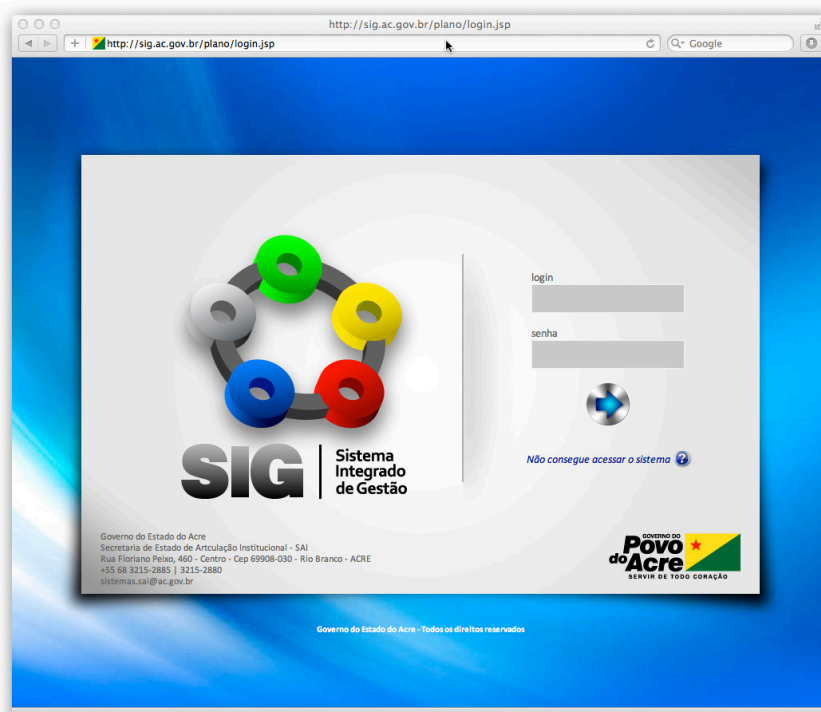
A finalidade do monitoramento é a medição, por meio de indicadores, da eficácia e eficiência da gestão. Os indicadores são formulados conforme a história e cultura da gestão. O acompanhamento opera mediante a coleta e o processamento de informações sobre a evolução do processo de implementação e o cálculo dos indicadores que são comparados em intervalo de tempo determinado.

No período entre 2011-2015, a referência do monitoramento e avaliação serão a Colheita de Re-

sultados e o PPA. No procedimento opera uma ferramenta específica que unifica o Sistema Integrado de Gestão - SIG. O governo faz anualmente três seminários de monitoramento para conhecimento, debate dos resultados e definição de planos de correção. O último seminário inclui também a avaliação.

Avaliação distingue-se de monitoramento. É um processo de verificação de impacto, subjetivo, predominantemente sociopolítico e externo à gestão. Este procedimento verifica se a ação de governo efetivou a mudança na situação atual prevista no planejamento. O propósito geral da avaliação é o conhecimento do desempenho da gestão. Para isto, recorre à integração de três conceitos: eficácia, eficiência e efetividade. A efetividade consiste no cumprimento dos objetivos de programas e projetos e diz respeito às dimensões social e política da gestão pública. A social refere-se aos benefícios sociais gerados, experimentados pela sociedade e à satisfação da necessidade social. O político prende-se à relação política do governo com a sociedade no ato de gestão.

O sujeito da avaliação é a população que avalia a efetividade da gestão mediante informações coletadas em pesquisa de opinião. Processadas, em sistema apropriado, as informações retornam os indicadores de efetividade social e político. A avaliação de impacto também abrange a aferição do cumprimento dos objetivos de programas por meio do acompanhamento de indicadores.



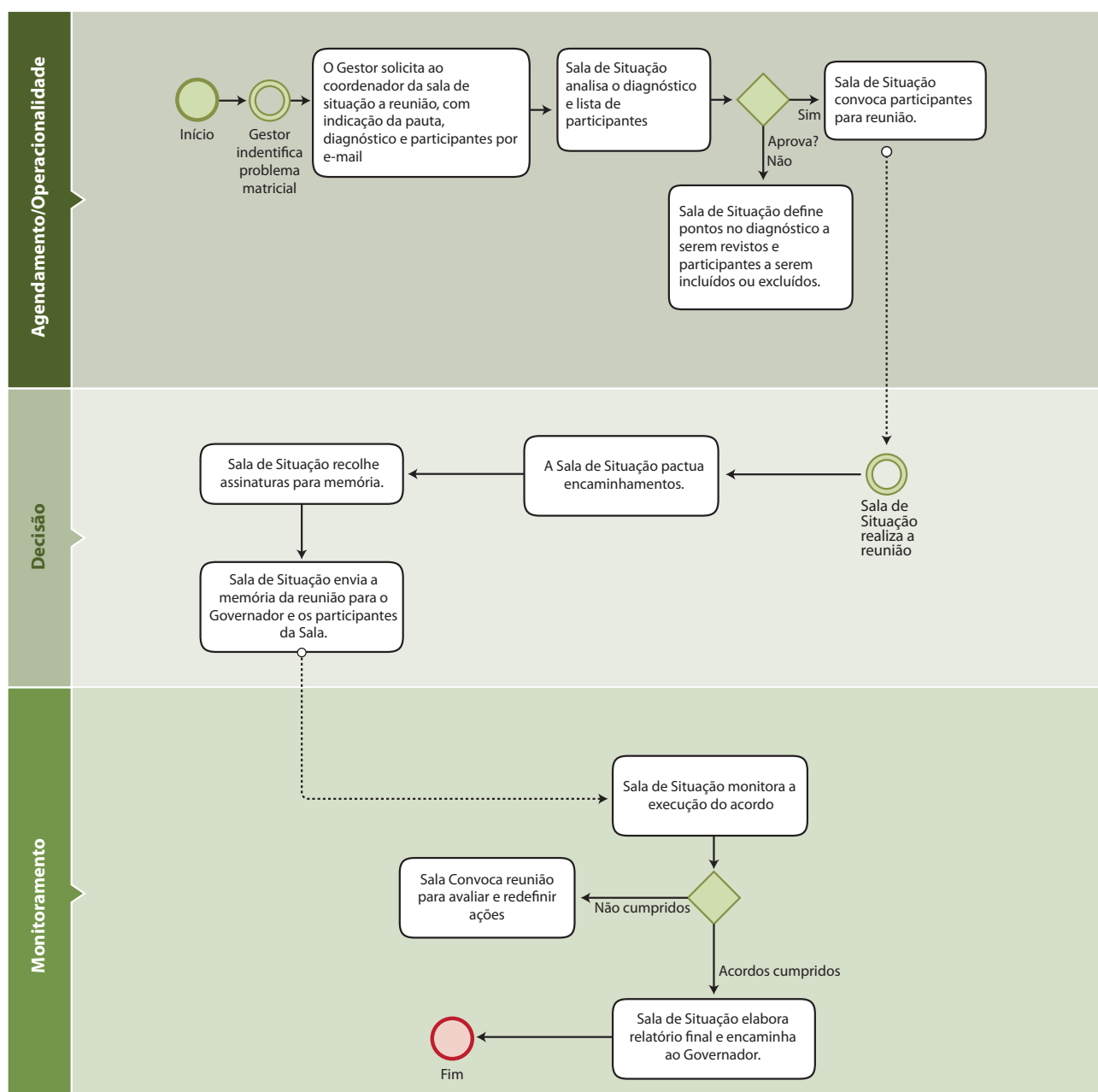
IV.4 Sala de Situação

O exercício da gestão pública matricial importa no uso de instrumentos com capacidade de realizar a integração das ações dos órgãos envolvidos na execução de programas e projetos. A ferramenta adequada à função de integração é a Sala de Situação. Ela se destina a identificar “situações”, problemas conjunturais e estruturais que representam gargalos no processo de gestão e cuja resolução comporta a ação coordenada de vários gestores estratégicos setoriais, como ordinariamente acontece

na administração pública. Situações de coordenação dessa ordem aparecem com muita frequência, pois fazem parte da agenda coletiva dos gestores estratégicos.

A Sala de Situação é a mediação entre o gestor singular e a complexidade do problema ou situação identificada que exige um arranjo institucional coletivo. O processo permite um grande avanço no ritmo e na qualidade da gestão.

Figura 7 - Fluxo da atividade de sala de situação.



Fonte: SAI, 2011.

IV.5 Participação Social

A participação da sociedade na gestão é uma prática do Governo já realizada no Plano que teve a mais ampla participação envolvendo 7.400 lideranças da sociedade civil, 27 segmentos sociais, em todos os municípios do Estado e no PPA com 770 lideranças nas cinco regionais de desenvolvimento. A colheita de resultados, uma síntese do Plano de

Governo numa imagem simples, foi elaborada com participação interna dos gestores.

O próximo passo do governo foi aprofundar o controle social com a organização de foros regionais que teve a participação dos gestores governamentais e de lideranças de organizações da sociedade civil.

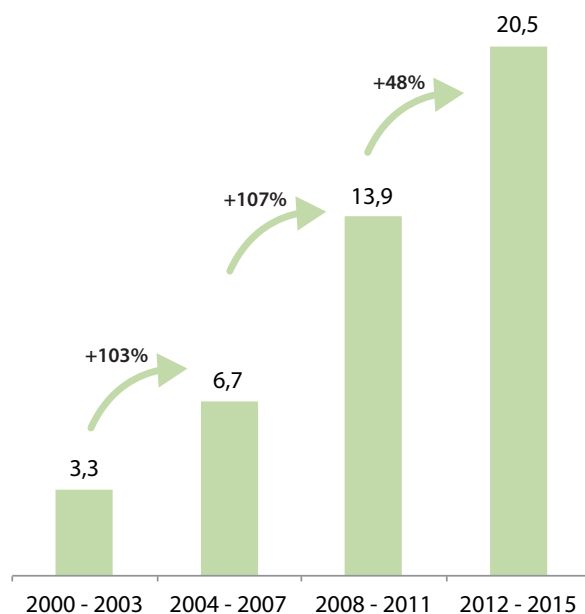


V. GRANDES NÚMEROS

O planejamento expresso em grandes números é o resultado que incorpora e identifica os desafios governamentais, justificando as ações do Governo por meio de programas considerados determinantes para o desenvolvimento sustentável do Estado do Acre.

Os valores presentes neste Plano são para os próximos quatro anos (2012-2015) disseminados em Programas, Objetivos, Metas e Iniciativas, perfazendo investimentos superiores a R\$ 20,5 bilhões. O gráfico 9 faz uma comparação da evolução da previsão dos dispêndios dos últimos três Projetos de Lei do Plano com o atual.

Gráfico 9 – Evolução dos dispêndios do Plano Plurianual do Estado do Acre com início em 2000, 2004, 2008 e 2012.



* Valores nominais expressos nas respectivas Leis.

Fonte: SEPLAN/AC, 2011.

As fontes de recursos financiadoras do PPA 2012-2015 são:

- ✓ Orçamento fiscal e da seguridade social;
- ✓ Orçamento de investimento das estatais;
- ✓ Recursos Extraorçamentários (Parcerias com o Setor Privado).

A tabela 01 a seguir mostra os valores especificados por fonte de recursos, bem como a participação

relativa de cada fonte no total de recursos para o período do Plano.

Tabela 01 – Distribuição das Fontes de Recursos no PPA 2012-2015

FONTES DE RECURSOS	VALOR R\$ (1,00)	PARTICIPAÇÃO (%)
Fiscal e da Seguridade Social	15.806.020.008,7	76,7%
Outras Fontes	4.469.912.669,3	21,6%
Extraorçamentários	259.000.000,0	1,3%
Investimentos das Estatais	100.000,00	0,0%
TOTAL	20.535.032.677,95	100%

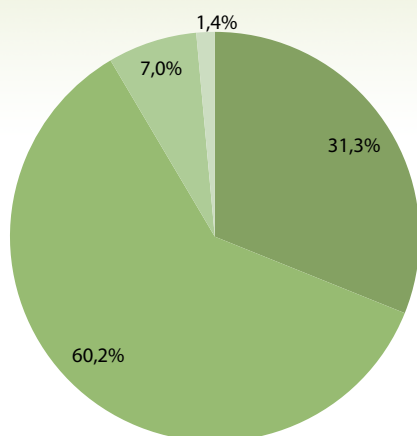
Fonte: SEPLAN/AC, 2011.

O PPA 2012-2015 é organizado por Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Os Programas Temáticos retratam a agenda de governo organizada pelos temas das políticas públicas e orientam a ação do Governo e são estruturados com os objetivos, metas, indicadores, caracterização, iniciativas e estrutura referencial orçamentária. Enquanto os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado reúnem um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Do montante dos recursos previstos no **Plano Desenvolver e Servir**, os Programas Temáticos representam 31,3%, o que significa um total de R\$ 6.435.936.681,24. Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo representam 60,2% da estimativa, totalizando R\$ 12.359.013.879,75 e do Legislativo e Judiciário apontam 7,0% dos montantes, perfazendo um total de R\$ 1.443.082.116,96. Estão também previstos os Programas Complementares, com representação de 1,4%, no total de R\$ 297.000.000,00.

Ressalta-se que além dos programas citados, este Plano contempla Programas Especiais, que estão de maneira representativa no Apêndice II, pois os valores orçados encontram-se alocados nos Programas Temáticos.

Gráfico 10 – Alocação dos Recursos no PPA 2012-2015



- Programas Temáticos
- Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (Executivo)
- Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (Legislativo e Judiciário)
- Programa Complementares

Fonte: SEPLAN/AC, 2011.

A análise da aplicação de recursos por eixos estratégicos fornece uma visão ampla da concentração dos investimentos considerando apenas os Programas Temáticos do Plano. A tabela 02 a seguir apresenta o valor estimado para os cinco eixos estratégicos que agregam todos os Programas Temáticos.

Tabela 02 - Valores estimados por Eixo Estratégico para o PPA 2012-2015

Eixos Estratégicos	Quantidade de Programas Temáticos	Valor R\$ (1,00)	Participação (%)
Economia Sustentável	5	1.416.804.981,72	22,0
Desenvolvimento Social	7	254.101.335,81	3,9
Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano	4	2.945.071.480,20	45,8
Educação, Saúde e Segurança	4	1.685.637.599,26	26,2
Gestão Pública*	5	134.321.284,25	2,1
TOTAL	25	6.435.936.681,24	100,0

* Apenas os Temáticos, excluindo os de Manutenção, Especiais e Complementares.

Fonte: SEPLAN/AC, 2011.

Dos Programas

1. EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

O Estado do Acre apresenta resultados significativos nos indicadores econômicos dos últimos anos destacando-se pela escolha de um modelo de desenvolvimento sustentável que garanta a emancipação financeira do Estado com ganhos socioambientais, oportunizados pela escolha de uma economia de baixo carbono.

O destaque é o PIB que passou de R\$ 1,86 bilhão em 1999 para R\$ 6,73 bilhões em 2008 correspondendo a uma variação de 261%. Já o PIB *per capita* cresceu mais de 196%, passando de R\$ 3.334 para R\$ 9.896.

No mesmo período, o desmatamento variou de 53.600ha para 27.300ha representando uma redução de 49%, resultado associado à intensificação do uso nas áreas desmatadas e a valorização da floresta através do manejo florestal de uso múltiplo.

O Governo do Acre vislumbra o futuro, conhece a importância e dimensão do problema da produção e estabeleceu como o grande desafio do desenvolvimento econômico a industrialização e o fortalecimento das cadeias produtivas locais. Sendo assim, promoverá a integração da produção familiar nas indústrias de escala onde houver presença governamental, inclusive pela participação dela no negócio através do investimento público. O pequeno negócio, as comunidades frágeis e isoladas, urbanas e rurais, e os grupos em situação de pobreza representam a prioridade na geração de ocupação e inclusão produtiva. Isto faz parte da estratégia da formação de trabalho, ocupação produtiva, renda e redução das desigualdades sociais. O setor privado será um elemento indissociável e primordial da política de indução de investimentos, geração de emprego e aumento das exportações.



1.1 Programa: Industrialização

Contextualização

O Governo do Acre vêm implantando uma série de ações e políticas de incentivos ao desenvolvimento da indústria no Estado, dentre as principais destacam-se:

- ✓ Reorganização das leis tributárias;
- ✓ Constituição do Programa de Promoção de Negócios - PPN;
- ✓ Criação da Comissão de Política Industrial do Estado do Acre - COPIAI;
- ✓ Criação das florestas públicas estaduais para concessão empresarial de exploração de madeira e, através dela, implantar as indústrias florestais;
- ✓ Investimentos em infraestrutura (aeroportos, rodovias e energia elétrica);
- ✓ Implantação de Parques Industriais e Pólos Moveleiros.

Nos próximos anos, o governo estadual promoverá um salto na estrutura industrial do Acre no investimento, na base tecnológica, na diversificação e escala de produção. Para isto adotará uma política de atração de investimentos com a divulgação das oportunidades de negócios diante da situação estratégica que o Estado ocupa em relação aos mercados da América do Sul, da costa Oeste dos Estados Unidos e da Ásia, além dos incentivos fiscais, locacionais e a proximidade com os grandes projetos de infraestrutura e polos econômicos regionais.

Com a implantação do Programa Estadual de Incentivo às Atividades Industriais foram instaladas 90 indústrias até 2010 ligadas ao setor extrativista, construção civil, alimentício, florestal e agropecuário movimentando recursos privados da ordem de R\$ 148 milhões.

Dado o volume de água doce na região e espécies nativas de alto valor comercial (pintado, pirarucu e tambaqui) a piscicultura é, atualmente, uma das atividades mais importantes para o fortalecimento da economia local. Projeções indicam para os próximos 20 anos a plena expansão do mercado de pescado no Brasil e no exterior.

O Governo do Acre investirá R\$ 53 milhões na implantação do Complexo Industrial da Piscicul-

tura, que prevê a construção de Unidade de Alevinagem, Fábrica de Ração e Frigorífico em Rio Branco e Cruzeiro do Sul. O Ministério da Pesca e a área de Fundos e Capitais do BNDES elegeram o Projeto do Acre como referência no Brasil por seu Modelo de Gestão que garante a participação do pequeno produtor no negócio. A proposta é elevar a produção para 20 mil ton./ano até 2015, bem como diversificar a produção das espécies cultivadas, conforme tabela 03.

Tabela 03 – Projeção de produção anual por espécie ano no Estado do Acre, no período de 2011 - 2015.

PRODUÇÃO TOTAL PROJETADA (ton./ano)					
Produção Estimada Anual	6.500	9.000	13.000	17.000	20.000
ESPÉCIES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Tambaqui	45%	40%	40%	35%	30%
Pintado	35%	35%	30%	30%	30%
Pirarucu	10%	15%	20%	25%	30%
Espécies secundárias	10%	10%	10%	10%	10%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: SEDICT, 2011.

Outra atividade importante é a indústria de reciclagem que, além de gerar renda aos catadores e aumentar a vida útil das Unidades de Tratamento de Resíduos Sólidos - UTRE e Aterros Sanitários, contribui para a implementação de uma economia limpa e pautada no uso eficiente dos recursos.

O principal segmento da indústria de reciclagem no Acre é o plástico, aproveitado para a fabricação de produtos da construção civil (eletrodutos, telhas e outros). Segundo o IBGE, a reciclagem do plástico economiza até 90% de energia de fontes poluentes. Sendo assim, 100 toneladas de plástico reciclado evita a extração de uma tonelada de petróleo.

Em Rio Branco, o mercado de reciclados tem potencial para movimentar cerca de R\$ 14,7 milhões/ano considerando uma geração de 168 ton. lixo/dia sendo que a produção de plástico representa 30% desse potencial (50,4 ton. plástico/dia), como demonstra a tabela 04.

Tabela 04 - Projeção anual de volume de lixo produzido e potencial receita em municípios do Acre.

Municípios	Vol. de lixo (ton./dia)	Lixo Plástico (ton./dia)	Rec. diária c/ Plástico Est. (R\$ 1,00)	Rec. Anual c/ Plástico Est. (R\$ 1,00)
Brasília	10,7	3,2	2.560,00	934.400,00
Tarauacá	17,8	5,3	4.240,00	1.547.600,00
Sena Madureira	19,0	5,7	4.560,00	1.664.400,00
Cruzeiro do Sul	39,3	11,8	9.440,00	3.445.600,00
Rio Branco	168,0	50,4	40.320,00	14.716.800,00
TOTAL	254,8	76,4	61.120,00	22.308.800,00

Fonte: SEPLAN/AC, 2011.

Com relação à produção agropecuária para fins de merenda escolar, o Governo garante a compra de produtos agrícolas *in natura*. O objetivo é que as escolas possam oferecer uma merenda saudável, com a introdução de produtos regionais como peixes, frutas, grãos, macaxeira, leite, frango e outros.

Este programa é assegurado por meio da Lei nº 11.947/2009, que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE garantindo que 30% da merenda escolar seja adquirida diretamente das cooperativas e associações da agricultura familiar, entre outras organizações sociais.

Este percentual representa em torno de 29 mil toneladas de frutas e 25 mil toneladas de grãos (tabela 05), entre outros alimentos que terão a sua compra garantida fortalecendo as cadeias produtivas locais.

Tabela 05 - Quantidade produzida e compra garantida de alimentos, 2009.

Produtos	Produção	Compra Garantida
Frutas (ton.) ¹	97.972	29.392
Grãos (ton.) ²	83.558	25.067
Macaxeira (ton.)	561.466	168.440
Leite (1000 l)	42.595	12.779
Frango (cabeça)	1.436.000	430.800

¹ Melancia, Abacate, Banana, Laranja, Limão, Mamão, Manga, Maracujá, Tangerina

² Arroz, Feijão, Milho, Soja

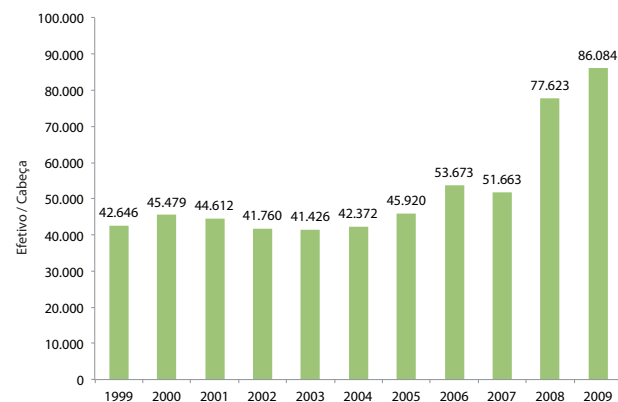
Fonte: PAM/IBGE e SEPLAN/AC, 2009.

Outro fator de incremento da renda da pequena propriedade familiar é o investimento no setor da ovinocultura. A vantagem é sua taxa de ocupação

que varia de 11 a 22 animais/ha quando comparada com a bovinocultura, que tem uma utilização de 1 a 2,5 animais/ha. Como forma de fomentar o setor, o Governo do Estado desenvolve o projeto “Ovinocultura: Rentabilidade Rentável para Agricultura Familiar”. Até agora (2011) foram distribuídos quase dois mil animais, beneficiando diretamente 150 produtores rurais das regionais do Alto Acre, Baixo Acre e Purus.

Segundo o IBGE, entre 1999 e 2009 a evolução da ovinocultura no Estado teve um incremento na ordem de 102% (gráfico 11), passando de 42,6 mil para 86,0 mil cabeças demonstrando o grande potencial econômico deste segmento.

Gráfico 11 - Efetivo do rebanho de Ovinos no Estado do Acre, 1999 - 2009.



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal - PAM.

Estes dados estimulam o Estado a investir na ovinocultura como um importante aliado na diversificação da produção nas unidades familiares permitindo a ampliação da produção e do consumo da carne de carneiro, além de elevar a renda e reduzir os riscos econômicos dos produtores.

O fortalecimento das cadeias produtivas locais permitirá aumentar a escala e a oferta de produtos a serem processados pelos empreendimentos industriais que o Governo está incentivando com a instalação do(a):

- ✓ Pólo Oleoquímico;
- ✓ Frigorífico de suíno;
- ✓ Polos Industriais no interior;
- ✓ Agroindústria de fruticultura;
- ✓ Fábrica de Fécula de Macaxeira;
- ✓ Reestruturação do setor moveleiro;
- ✓ Central de incubação e microagroindústrias.

A proposta é investir mais de R\$ 100 milhões na consolidação do setor industrial do Estado aproveitando as oportunidades geradas pela localização estratégica do Acre no centro de uma área em plena expansão econômica.

Nesse contexto, a ZPE surge como um grande instrumento para aumentar as exportações do Acre, que no período entre 1999 a 2010 cresceu mais de 1.500%. Existem 36 empreendimentos interessados em instalarem-se na Zona, com investimentos privados de mais de R\$ 200 milhões e geração de 5.200 empregos diretos e 12.100 indiretos.

É a primeira ZPE alfandegada no Brasil com 80% da produção destinada ao mercado externo e 20% ao nacional e possui vantagens comparativas de localização e processamento, tais como:

- ✓ A única com acesso direto ao Oceano Pacífico facilitando a ligação aos mercados asiáticos, costa oeste americana e canadense;
- ✓ Incentivo do uso de matérias-primas regionais de forma sustentável;
- ✓ Utilização da marca Amazônia “ZPE Verde”;
- ✓ Posição estratégica em região de tríplice fronteira (Brasil, Peru e Bolívia).

O objetivo é ampliar o Modelo das Parcerias Público-Privadas Comunitária - PPC que vem sendo executado com êxito na região garantindo a participação mais efetiva do setor privado e do pequeno produtor familiar nesse processo. Com isso, mais trabalho e renda são gerados criando condições básicas para a emancipação dos empreendimentos industriais voltados à exportação de produtos processados internamente como: suíno, peixe e frutas,

por exemplo. É a implantação das bases e da infraestrutura necessária ao crescimento econômico sustentável do Acre.

Objetivo

Promover a industrialização do Estado ampliando consideravelmente a participação do setor industrial no produto da economia.

Caracterização

- ✓ Ampliação da produção, produtividade, geração de renda e competitividade;
- ✓ Implementação de instrumentos legais e fiduciários de incentivo a política industrial;
- ✓ Inserção de mais agricultores familiares no mercado possibilitando a elevação da renda;
- ✓ Agregação do valor ao produto agropecuário, por meio da industrialização da produção local;
- ✓ Implementação e desenvolvimento de estruturas de industrialização, visando a potencialização das competências locais;
- ✓ Apoio as estratégias de organização comunitária visando agregação de valor as atividades produtivas com foco na inclusão socioeconômica.

Metas

- ✓ 1ª ZPE do Brasil em funcionamento;
- ✓ 30% de ampliação do consumo da carne de carneiro;
- ✓ Instalação de pequenas indústrias de reciclagem de plástico em 6 municípios do Estado;
- ✓ 400% de elevação da produção de pescado (passando de 5 mil ton./ano para 20 mil ton./ano), garantindo o processamento de toda a produção;
- ✓ Infraestrutura física e equipamentos da indústria de compensados instalados;
- ✓ Infraestrutura física e equipamentos da indústria de lâmina faqueados instalados;
- ✓ Duplicação da capacidade instalada de produção de preservativos masculinos da fábrica de preservativos masculino Xapuri, passando a produzir 200 milhões de unidades por ano.

Iniciativas

- ✓ Desenvolvimento da Agroindústria;
- ✓ Fortalecimento de Indústrias Comunitárias;
- ✓ Consolidação dos Polos Industriais Regionais;
- ✓ Fortalecimento da Economia Florestal Sustentável;
- ✓ Implantação do Complexo Industrial de Piscicultura;
- ✓ Valorização de Políticas de Incentivo à Industrialização.

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Taxa de crescimento real da indústria de transformação	4,8	2008	%	IBGE/Coord. das Contas Nacionais; SEPLAN/DEPAG
Participação de empregos formais na indústria de transformação	5,6	2010	%	MTE/RAIS

1.2 Programa: Desenvolvimento das Cadeias Produtivas nas Zonas Especiais de Produção

Contextualização

O processo de desenvolvimento econômico brasileiro tem fortes raízes junto ao setor do agronegócio considerado um dos mais rentáveis segmentos econômicos do país. Em 2010 gerou R\$ 350 bilhões ou 26% do PIB nacional. No Acre movimentou R\$ 1,15 bilhão ou 19,3% do PIB local.

Para competir neste mercado, os produtores acreanos têm que se adequar às novas regras de gestão da propriedade rural priorizando o planejamento de suas áreas em uma estratégia integrada que inclui conservação do meio ambiente, capacitação e a implantação de novas técnicas operacionais e gerenciais.

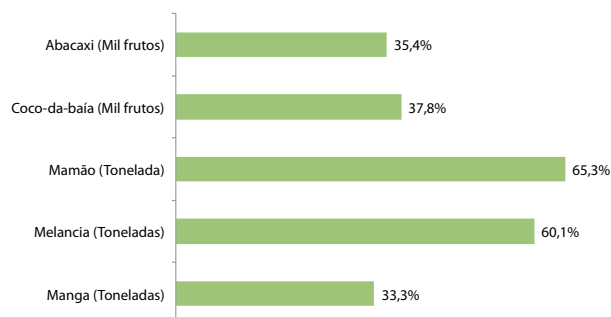
Diante dessa realidade e dada a importância do agronegócio na composição do Valor Agregado do Estado, a estruturação e a modernização das cadeias produtivas prioritárias são estratégias para o incremento das atividades econômicas ligadas ao setor principalmente nas ZEDs, que configuram áreas territoriais especiais para investimentos em infraestrutura, tecnologia e serviços básicos. A proposta envolve a identificação, de acordo com o mapa de aptidão agrícola, a definição e a ampliação de áreas especializadas de produção agrícola e florestal para fomento à produção.

Com relação à cadeia produtiva do leite, a produção caiu mais de 30% desde 2005. Mesmo assim, em 2009, ficou em torno de 42,5 milhões de litros gerando um valor bruto de R\$ 26,1 milhões. É de fundamental importância para o desenvolvimento do setor, o incremento tecnológico para alcançar aumento da produtividade e da produção e a agregação de valor ao produto final.

O setor da fruticultura no Acre, em 2009, participou com 10,5% no total da produção agrícola, ou seja, aproximadamente R\$ 23 milhões. Em relação a 2005 o valor cresceu 22%.

Os produtos que apresentaram grandes variações entre 2005 e 2009 em termos de quantidade produzida foram: mamão (65,3%), coco-da-bahia (37,8%) e abacaxi (35,4%), conforme ilustração no gráfico 12. Vale ressaltar que o valor unitário dessas frutas, no mesmo período, cresceu 15,3%, 73,3% e 22,4%, respectivamente.

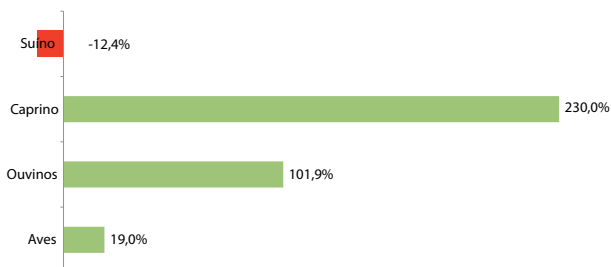
Gráfico 12 - Variação (%) da quantidade produzida de frutíferas no Estado do Acre, no período de 2005 e 2009.



Fonte: PAM/IBGE, 2005-2009.

Outra atividade impactante para o desenvolvimento da agricultura familiar é a criação de pequenos e médios animais. No Estado, o desempenho de algumas espécies apresentou uma grande variação, como a de ovino com aproximadamente 102% e de caprino com 230%, conforme gráfico 13. Em termos numéricos essas criações movimentaram mais de R\$ 90 milhões em 2009.

Gráfico 13 - Variação (%) do efetivo dos rebanhos (cabeça), 1999 - 2009.



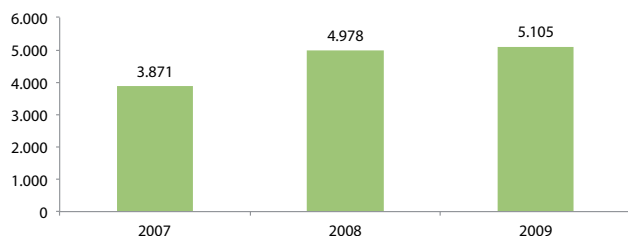
Fonte: PPM/IBGE, 1999-2009.

Quanto à piscicultura, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar - POF (IBGE, 2008/2009), o consumo médio domiciliar *per capita* anual de pescado no Acre é de 10,69 kg, abaixo da média da região Norte (17,54 kg) e acima da média brasileira (4,03 kg). O consumo ideal preconizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO é de 20 quilogramas por pessoa ao ano.

A produção estimada de pescado no Estado é de

5.105 toneladas em 2009, apresentando uma variação de 31,9% em relação a 2007 (gráfico 14). Entretanto, a produção ainda é insuficiente para atender a demanda local que é de aproximadamente 7.835 toneladas.

Gráfico 14 - Produção estimada de pescado no Acre, em toneladas, 2007-2009.

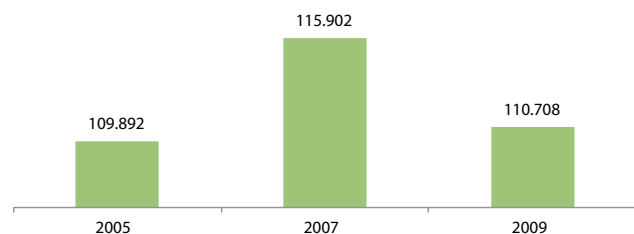


Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA.

A proposta é intensificar a construção de tanques e açudes (2.500/ha de lâmina d'água) e industrializar a cadeia da piscicultura (alevinagem, ração e filetagem) para fazer do pescado um dos principais produtos da pauta de exportação do Acre.

Com relação à mandioca e seus derivados, considerados um dos principais produtos do Acre, representam 35% do PIB agropecuário do Estado. Com o volume da produção de mandioca, que supera as 110 mil toneladas ao ano, a proposta é modernizar a cadeia produtiva com a construção de indústria para produção de fécula na Regional do Juruá (maior polo produtor), conforme gráfico 15.

Gráfico 15 - Quantidade produzida de mandioca no Estado do Acre, nos anos de 2005, 2007 e 2009.



Fonte: PAM/IBGE, 2005, 2007 e 2009.

Outra ação importante para consolidação do agronegócio no Acre é o Plano de Certificação da Produção Rural, que permite o fortalecimento das práticas de usos e conservação do capital natural e que já contemplou mais de 2.560 famílias perfazendo uma área total de mais de 250 mil hectares. O

plano busca a valorização dos ativos florestais e a intensificação do uso em áreas desmatadas que serão prioritárias para a inserção nos novos sistemas de pagamentos por serviços ambientais.

O setor do agronegócio no Acre será fortemente impactado com investimentos de R\$ 200 milhões no fomento às principais cadeias produtivas locais (bacia leiteira, piscicultura, grãos, fruticultura e outros).

A mecanização e modernização dos processos produtivos promoverão mais qualidade ao setor tornando-o competitivo com o aumento da produção, melhoria na qualidade, introdução de tecnologias, ampliação da capacidade de armazenagem e comercialização dos produtos.

Esses investimentos, além de aumentar o abastecimento do mercado interno permitirão dobrar a atual produção de grãos e elevar em 200% o incremento sobre a capacidade de armazenagem passando de 7,8 mil para 23,4 mil toneladas.

Objetivo

Estruturar e fortalecer as cadeias produtivas estratégicas para o abastecimento dos mercados interno e externo com o intuito de criar ocupação produtiva e elevar a renda dos produtores familiares, médios produtores e comunidades indígenas.

Caracterização

- ✓ Inserção de mais agricultores familiares no mercado possibilitando a elevação da renda;
- ✓ Ampliação da produção de frutas tropicais para melhorar o abastecimento interno e o suprimento de matéria-prima destinada à indústria gerando oportunidade de emprego e renda;
- ✓ Estabelecimento de política de fomento e de acesso ao microcrédito para os pequenos negócios, a fim de reduzir o número de empresas falidas impulsionando a formalização desse segmento priorizando o atendimento aos beneficiários do Programa Bolsa Família;
- ✓ Apoio à consolidação da produção de pequenos e médios animais com integração da produção primária à agroindústria;
- ✓ Fortalecimento da infraestrutura e do sistema de produção agroflorestal indígena.

Metas

- ✓ 5.000 tanques construídos para produção de peixes
- ✓ 1.600.000 alevinos produzidos na estação de piscicultura de Rio Branco-AC
- ✓ 5.600 hectares de frutas plantadas (açaí, abacaxi, banana, maracujá, manga e coco)
- ✓ 4.000 famílias de agricultores familiares incorporadas no programa certificação de produção rural
- ✓ 5.000 pessoas físicas e jurídicas (urbanas e rurais) contempladas com microcrédito/recursos financeiros

Iniciativas

- ✓ Incentivo à Produção de Frutas
- ✓ Promoção de Pequenos Negócios
- ✓ Desenvolvimento da Produção Familiar
- ✓ Incentivo à Criação de Pequenos e Médios Animais

Indicadores

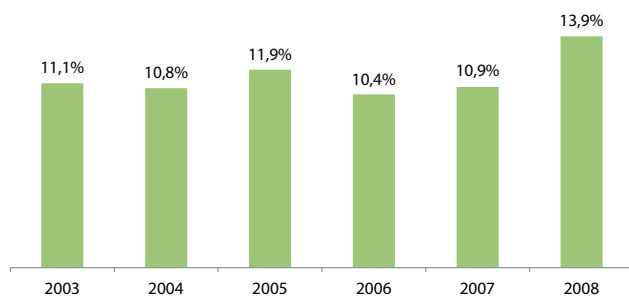
Indicador	Referência Índice	Ano	Unidade de Medida	Fonte
Taxa de crescimento real da agropecuária	14,7	2008	%	IBGE/Coord. das Contas Nacionais; SEPLAN/DEPAG
Produtividade da produção de grãos (milho, feijão e arroz)	1.655	2009	ton/ha	IBGE/PAM

1.3 Programa: Comércio e Turismo

Contextualização

O setor do comércio injetou aproximadamente R\$ 860 milhões na economia acreana em 2008 correspondendo a uma participação de 14% no PIB, o 2º maior percentual (abaixo apenas da Administração Pública). Essa participação vem crescendo desde 2003, conforme gráfico 16.

Gráfico 16 - Participação do Setor de Comércio no PIB Acreano, 2001 - 2008.



Fonte: IBGE/Coord. das Contas Nacionais; SEPLAN/AC/DEPAG.

A expansão do setor só foi possível graças ao papel desempenhado pelo Estado que induziu o desenvolvimento da economia com investimentos estratégicos que permitiram:

- ✓ Prestar serviços públicos de qualidade;
- ✓ Ampliar a infraestrutura dos municípios;
- ✓ Gerar postos de trabalho e elevar a renda da população.

Para alavancar ainda mais o setor é necessário potencializar o mercado local, principalmente através de formação, treinamento e capacitação dos trabalhadores direta e indiretamente envolvidos no comércio, a fim de oferecer produtos e serviços de qualidade. O setor destaca-se por ser o 3º maior em absorção de empregados com carteira assinada (16% do total ou 19.281 postos de trabalhos preenchidos).

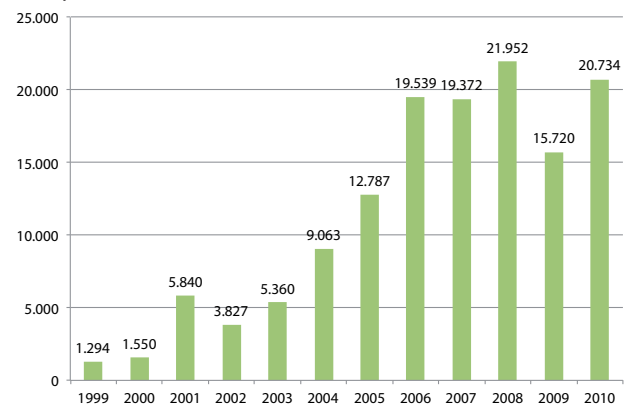
Outra ação importante para o comércio é a melhoria na logística de carga na área urbana de Rio Branco, tendo em vista o intenso fluxo de veículos utilitários e as restrições do Plano Diretor do município em relação à expedição de licenças e horários para carga e descarga. Os condutores de carretas têm tido grande dificuldade de movimentação, em espe-

cial no centro da cidade onde se localizam grande parte das empresas de distribuição.

É considerada prioritária a construção de um Polo Logístico com infraestrutura adequada para o fluxo de produtos e/ou matérias-primas. Além de dinamizar uma série de etapas da linha de produção e/ou transformação para armazenar e distribuir cargas e realizar procedimentos fiscais irá agilizar o transporte sem afetar o trânsito no centro de Rio Branco.

A balança estadual apresenta variação positiva no valor comercializado principalmente nas exportações, que cresceram mais de 1.500% em 12 anos (gráfico 17). Apesar da evolução, o volume negociado ainda é baixo (aproximadamente U\$ 20 milhões), o que exige ações de fortalecimento do comércio internacional, especialmente com os países andinos (Bolívia e Peru).

Gráfico 17 - Evolução do Volume de Exportações (U\$ Mil) do Acre para o resto do mundo, 1999 - 2010.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

As relações do Acre com os países andinos têm sido caracterizadas pela cordialidade nos aspectos políticos, comerciais, sociais e ambientais. Os fatores geopolíticos e os investimentos em infraestrutura de transporte e comercial têm contribuído para consolidar a integração com esses países, sobretudo com a conclusão dos seguintes empreendimentos:

- ✓ Pavimentação da BR-317 - Estrada do Pacífico
- ✓ Construção das Pontes bi-nacionais Brasil/Bolívia (Brasiléia-AC e Cobija-BO) e Brasil/Peru (Assis Brasil-AC e Iñapari-PE)
- ✓ Implantação de aduanas na área fronteira de Brasiléia e Assis Brasil

- ✓ Construção da ponte sobre o rio Madre de Dios (722 m) em Puerto Maldonado - PE.

O setor de turismo é uma atividade de destaque na economia, pois apresenta um potencial elevado para o desenvolvimento do Estado, que detém um patrimônio étnico, cultural e ambiental imensurável. Representa 4,5% do PIB nacional. No Acre, esta participação, mesmo que crescente, ainda é tímida, com aproximadamente 2,8% do PIB local.

O Governo tem oportunidades de incrementar substancialmente o setor com a atração de uma parcela significativa dos turistas que visitam Manaus durante o evento da Copa do Mundo de 2014, distante 1.440 km de Rio Branco. Além disso, pretende-se atrair parte das 700.000 mil pessoas que visitam a cidade de Cuzco – PE anualmente, a 1.070 km de distância (2 horas de voo) da capital acreana.

O fortalecimento do turismo é essencial e pretende-se atuar em ações complementares e coesas para a prática de uma atividade sustentável nas seguintes linhas:

- ✓ **Pesquisa e estudos** - oferecer incentivo para promover fluxo maior de visitantes, compreendendo melhor a demanda real e potencial, bem como propiciar o aumento de investimentos de empresas privadas aquecendo a economia do setor.
- ✓ **Sensibilização e qualificação** - desenvolver ações de melhoria contínua dos serviços prestados, buscando a excelência dos diversos tipos de profissionais que integram a cadeia produtiva, de sensibilização da população local quanto à importância da atividade turística e reconhecimento de seu papel dentro desse processo.
- ✓ **Promoção e comercialização** - participar de feiras e eventos, consolidando a imagem do Acre e Amazônia no mercado turístico estadual, nacional e internacional, aumentando o fluxo turístico, gerando negócios e tornando nosso estado uma referência em visitação.
- ✓ **Apoio à infraestrutura** - avaliar a oferta dos diversos elos da cadeia, através da criação de sinalização turística, adaptação visual dos principais portais de entrada do estado e estruturação física de comunidades com relevante potencial turístico, permitindo assim a expansão da atividade e melhoria da qualidade do produto para o turista.

O Estado do Acre considera as ações de promoção do turismo um indutor de desenvolvimento socioeconômico e fator chave de inclusão social.

Esta inclusão possibilita o desenvolvimento de um turismo de base comunitária com direcionamento na produção, através da criação de oportunidades de melhoria de geração de renda e estruturação de espaços e comunidades e do consumo, através da potencialização das rotas turísticas e fortalecimento do turismo interno.

Objetivo

Fortalecer os serviços de comércio e turismo por meio da ampliação das relações comerciais internacionais, aperfeiçoando a infraestrutura disponível dessas atividades e atraindo investimentos e turistas.

Caracterização

- ✓ Ampliação da geração de renda e a produtividade do comércio local
- ✓ Exploração do potencial das riquezas cênicas da floresta, bacias hidrográficas, patrimônio arqueológico e paisagístico

Metas

- ✓ Polo logístico de Rio Branco implantado
- ✓ 01 complexo de lazer construído (balneário do igarapé Preto em Cruzeiro do Sul)
- ✓ 13 comunidades e aldeias indígenas estruturadas e qualificadas para a prática do turismo de base comunitária como alternativa de trabalho e renda

Iniciativas

- ✓ Desenvolvimento e Incentivo ao Comércio
- ✓ Desenvolvimento e Incentivo ao Turismo

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Valor das Exportações	20.734.285	2010	US\$ F.O.B	MDIC
Taxa de crescimento real do comércio	8,1	2008	%	IBGE/Coord. das Contas Nacionais; SEPLAN/DEPAG
Número de registros de entrada de pessoas oriundas de outros países no Acre	22.020	2009	Unidade	Polícia Federal

O modelo de desenvolvimento do Acre baseado na sustentabilidade demonstra que é possível fomentar e ampliar a base produtiva com ética e responsabilidade socioambiental. O Estado possui 45,6% (7.497.948 ha) do território de áreas naturais protegidas sendo divididas conforme tabela 06.

Categoria	Área (ha)	Percentual do Estado (%)
ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS	7.497.948	45,66
→ Unidade de Conservação	5.107.836	31,10
■ Unidades de Conservação de Proteção Integral	1.563.769	9,52
■ Unidades de Conservação de Uso Sustentável	3.544.067	21,58
→ Terras Indígenas	2.390.112	14,55
ÁREA TOTAL DO ESTADO	16.422.136	100

Figura 8 – Áreas Naturais de Conservação e Desmatadas do Estado do Acre.

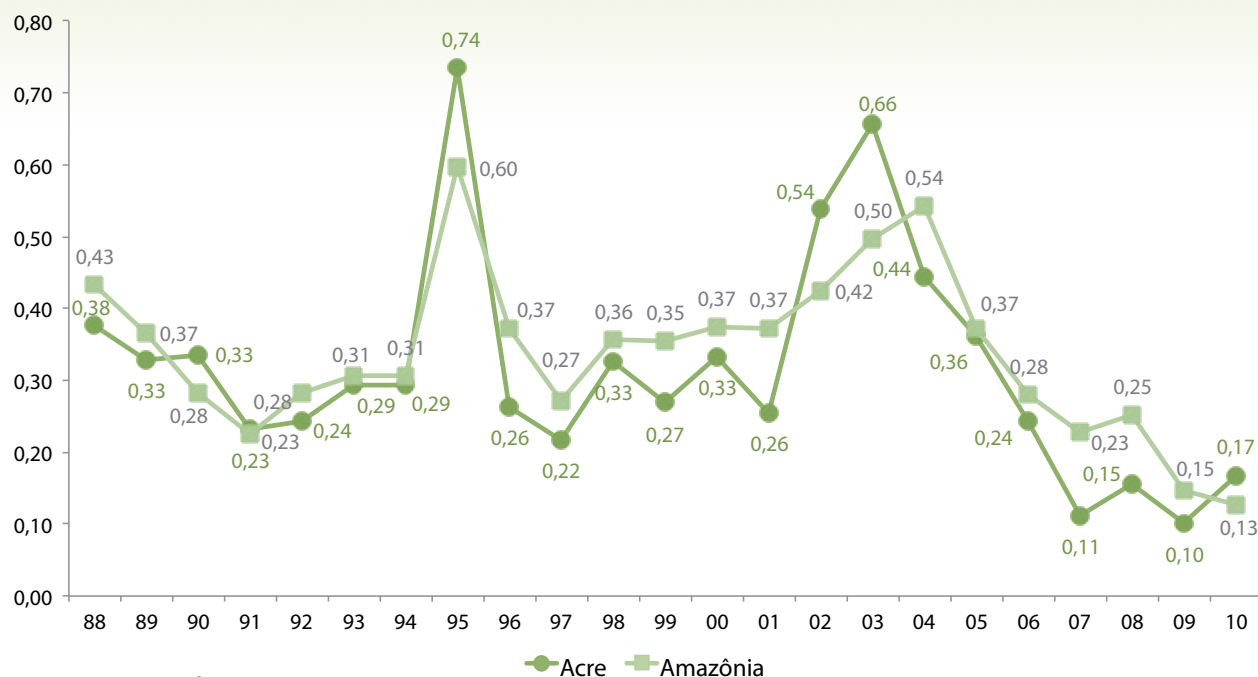
Os resultados da Gestão Ambiental no Estado podem ser melhor visualizados quando se observa o comportamento da taxa média de desmatamento, que passou de 0,33% em 2000 para 0,17% em 2010. Em dez anos, o passivo ambiental do Acre foi reduzido em 48,8%, passando de 813,7 km² em 1999 para 416,1 km² em 2009. Só entre 2007 e 2010, houve uma queda de 26%¹ (gráfico 18).

No meio rural e em terras indígenas a Gestão Ambiental conta com instrumentos poderosos de

1 FUNTAC e UCGEO.



Gráfico 18 - Taxa média de desmatamento do Acre de 1988 a 2010.



Fonte: Acre em números, 2011.

planejamento que permitem o financiamento de ações de inclusão produtiva de reduzido impacto para emancipação das comunidades.

Os Planos de Desenvolvimento Comunitário - PDC e de Gestão de Terras Indígenas - PGTI são ferramentas de gestão territorial local. Construído em conjunto com a própria comunidade, contemplam necessidades, avanços e desafios para moradores e gestores alcançarem metas de qualidade de vida e desenvolvimentos socioeconômico e ambiental (figura 9 e 10).

Ponto forte para a Gestão Ambiental, o etnozoonamento funciona como um instrumento efetivo de planejamento e indicativo para o PGTI, pois ajuda no entendimento do território e aponta os recursos naturais que podem ou não ser explorados. Acontece em três etapas:

- ✓ Levantamento de dados;
- ✓ Confeção de mapas;
- ✓ Entrega e validação do produto.

Em relação à Gestão dos Resíduos Sólidos, a proposta é apoiar a elaboração e implantação dos Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos adotando como referência o Plano Estadual já validado junto aos 22 municípios do Estado, a partir do diagnóstico situacional dos lixões para otimização das áreas e adequação da disposição dos resíduos sólidos.

A gestão ambiental é um forte aliado do Governo para promover a inclusão social das comunidades, mitigando o impacto do desenvolvimento econômico no meio ambiente, com ações integradas que envolvem a transferência de renda (Bolsa Verde), certificação das propriedades e exploração dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros.

Objetivo

Desenvolver uma gestão ambiental integrada, referenciada em processos participativos e de educação ambiental, de forma a obter o empoderamento comunitário e uso sustentável dos recursos naturais do Estado.

Caracterização

- ✓ Fortalecer a integração da gestão ambiental para o uso sustentável dos recursos naturais
- ✓ Otimizar o uso e a ocupação do território, tendo o ZEE como instrumento de planejamento da gestão territorial visando o desenvolvimento sustentável do Acre

Metas

- ✓ 200 novos Planos de Desenvolvimento Co-

Figura 9 - Linha do tempo do PDC



Fonte: UGP/SEPLAN/AC, 2011.

Figura 10 - Linha do tempo do PGTI



Fonte: UGP/SEPLAN/AC, 2011.

munitário elaborados e validados

- ✓ Realização de etnozoneamento e plano de gestão em 16 Terras Indígenas
- ✓ 2.600 hectares de área de preservação permanente - APP na bacia do rio Acre, visionários e nascentes do rio Iquiri revegetados

Iniciativas

- ✓ Implementação do ZEE como Instrumento da Gestão
- ✓ Reestruturação do Licenciamento e Monitoramento

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Taxa de desmatamento	0,17	2010	%	INPE; adaptado por SEPLAN/DEPAG e SEMA
Focos de calor	3.433	2010	Unidade	INPE

1.5 Programa: Economia de Baixo Carbono

Contextualização

Uma Economia de Baixo Carbono pode ser caracterizada por um modelo econômico baseado na produção local sustentável, que faz uso de mecanismos e recursos renováveis de forma eficiente minimizando as emissões dos gases de efeito estufa na atmosfera.

Considerando que o Acre possui 88% de sua cobertura vegetal original fica evidente a necessidade da manutenção e fortalecimento dos mecanismos de proteção e conservação do ativo ambiental, assegurando o desenvolvimento de uma Economia de Baixo Carbono.

A partir do ZEE, a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, instituída em 2008, serviu de base para construção do Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do Acre - PPCD, em execução desde 2009.

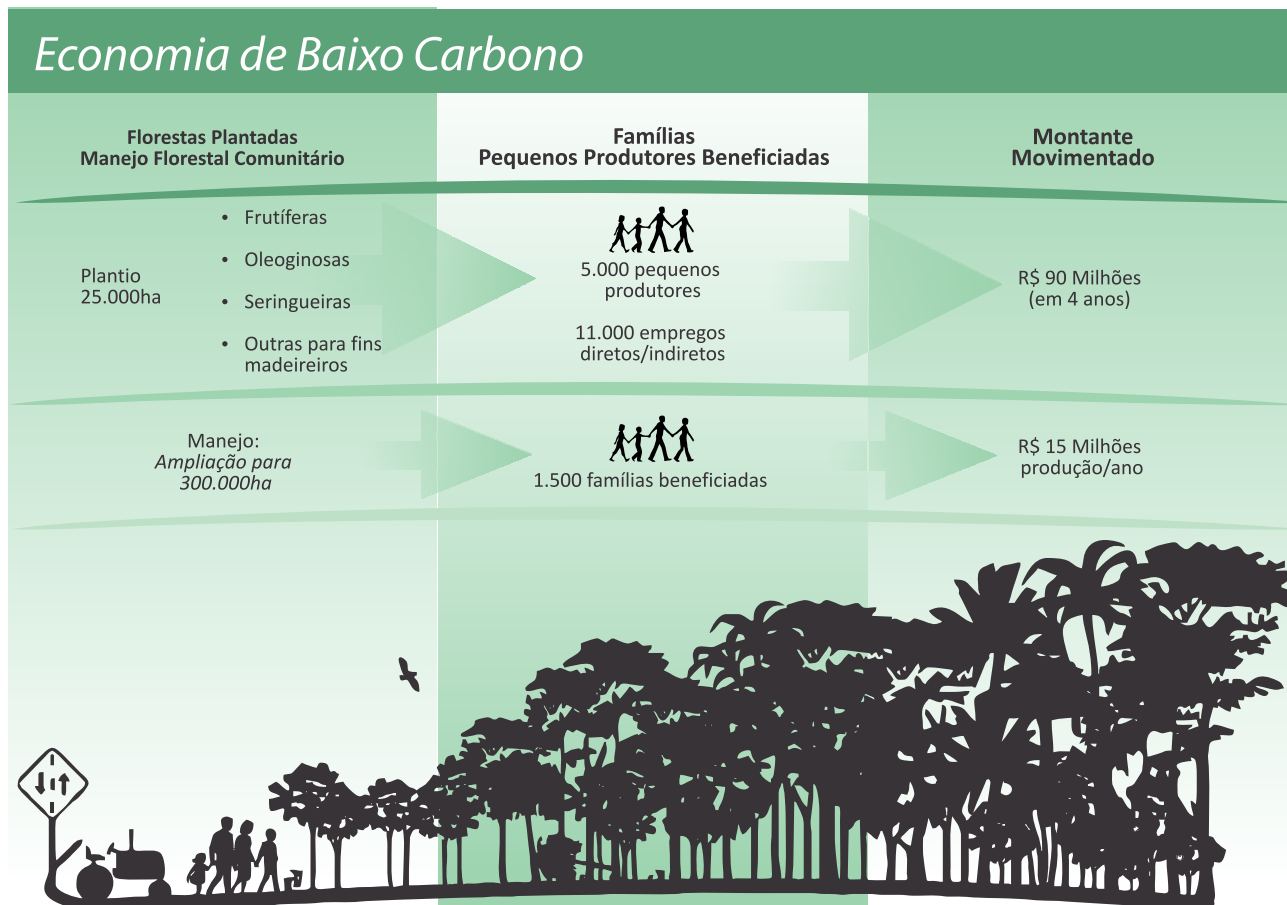
Um dos objetivos do PPCD é reduzir a taxa de

desmatamento entre 2006-2020 em 80% em relação à linha-base do período de 1996-2005, que corresponde à emissão de 22 milhões de toneladas de carbono. Entre 2011 e 2020 a meta é reduzir 133,5 milhões de toneladas de CO₂, isto é, 10% ao ano.

Dando suporte à Economia de Baixo Carbono o Estado incentiva o plantio de 25 mil hectares de florestas para uso econômico sustentável, incluindo espécies frutíferas como o açaí, seringueiras e outras para fins madeireiros. Espera-se movimentar aproximadamente R\$ 90 milhões no período de execução dos projetos gerando 11 mil empregos diretos e indiretos e beneficiando 5 mil pequenos produtores familiares. Áreas de manejo florestal comunitário serão ampliadas em cerca de 300 mil hectares significando um incremento de R\$ 15 milhões/ano no valor bruto da produção florestal comunitária beneficiando 1.500 famílias, conforme ilustrado na figura 11.

Há décadas, o Estado do Acre vem se apresentando como um ator pioneiro na formulação e exe-

Figura 11 - Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal - Economia de Baixo Carbono.



cução de políticas públicas ambientais. Mesmo antes da realização da Eco-92 o Estado já havia criado seu Conselho de Meio Ambiente. Tal conselho, em parceria com os de Floresta e de Desenvolvimento Rural Sustentável, contribuiu de forma decisiva para a criação da Lei nº 2.308/2010, que trata do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, conjunto de princípios, diretrizes, instituições e instrumentos capazes de proporcionar adequada estrutura para o desenvolvimento de um setor econômico inovador no século XXI.

O SISA inclui a possibilidade de incentivos a serviços ambientais nas suas mais diversas formas: carbono florestal nas vertentes de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa por Desmatamento Evitado - REDD ou por reflorestamento, recursos hídricos, beleza cênica, regulação do clima, conservação dos solos, dentre outros. Trata-se, assim, de um complexo sistema, com a criação de um Instituto de Normatização e Regulação, de natureza autárquica, responsável por garantir a confiabilidade técnica e científica para o Sistema de acordo com o melhor conhecimento científico disponível.

Além de uma Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais, com natureza de sociedade de economia mista, com viés de mercado, responsável por viabilizar economicamente projetos que utilizem o sistema para alcançar os objetivos sociais e ambientais que instruem o SISA, adequando-se ao futuro sistema nacional, mecanismos subnacionais internacionais ou mesmo um almejado sistema ordenado pela ONU no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

No atual estágio de normatização, alcançado em 2011, o Estado está trabalhando em um sistema subnacional com o Governo da Califórnia e com a possibilidade de certificação de 100 milhões de toneladas de carbono de desmatamento evitado no período entre 2005 a 2011 que devem ser comercializados, em parte, pela BM&F BOVESPA e também com possibilidade de construção do primeiro sub-sistema nacional com o Governo de São Paulo.

Desta forma, o Acre está iniciando a implantação de um inovador sistema de incentivo a serviços ambientais baseado em princípios e objetivos internacionalmente construídos para o fortalecimento de um mercado para “floresta em pé” e para a preservação dos diversos serviços e produtos ecossistêmicos.

Objetivo

Garantir as condições estruturais para a inserção de uma economia de baixo carbono na estratégia de desenvolvimento sustentável do Estado do Acre.

Caracterização

- ✓ Elevar a escala, competitividade e competência do setor florestal com forte inclusão social
- ✓ Regularização do passivo, promoção do uso econômico sustentável, certificação da propriedade rural e geração de renda por meio de pagamento de serviços ambientais
- ✓ Produzir e fomentar a geração de conhecimentos e soluções tecnológicas, priorizando o uso sustentável dos recursos naturais locais, para contribuir com o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população

Metas

- ✓ 3.000 títulos de regularização de posse na zona rural emitidos
- ✓ 1.500 famílias inseridas no programa de manejo florestal comunitário
- ✓ 25 mil ha de florestas plantadas (seringueira, frutíferas, oleaginosas e para fins madeireiros)
- ✓ 06 estudos realizados nas áreas de REDD, produção florestal, produtos florestais não madeireiros e produtos naturais a serem utilizados pelo setor produtivo

Iniciativas

- ✓ Expansão e Modernização da Economia Florestal
- ✓ Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- ✓ Valorização do Ativo Ambiental Florestal e Incentivo aos Serviços Ambientais

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Emissão de CO2 em função do desmatamento	17.873.776	2009	ton	CPETEC/INPE

2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL



A política de desenvolvimento social no Estado do Acre busca atender o cidadão, garantir os direitos humanos essenciais e proteger os segmentos vulneráveis com ações integradas e efetivas de combate a pobreza e a desigualdade de gênero, raça e etnia.

O propósito do Governo é servir a sociedade, dispondo de tecnologias e espaços humanizados para prestar serviços de qualidade com rapidez e cordialidade. Exemplo disso, são as Organizações das Centrais de Atendimento – OCAs, referência de atendimento público na Amazônia.

As peculiaridades e a diversidade da população

acreana exigem políticas especiais de atenção à juventude, aos povos indígenas, às mulheres e a importantes segmentos da sociedade com ações de transferência de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços básicos.

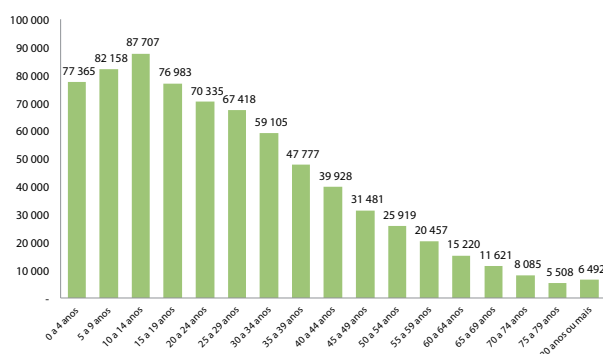
Mesmo considerando os avanços e conquistas do setor nos últimos anos, o Estado ainda demanda investimentos complementares para consolidar o desenvolvimento humano, focando em áreas cruciais para a sociedade que garantam o acesso a saúde e educação de qualidade; a geração de postos de trabalho, emprego e renda; e infraestrutura necessária de habitação, energia, saneamento e pavimentação.

2.1 Programa: Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Social para a Juventude (PROGRIDA)

Contextualização

Dados do Censo 2010, mostram que cerca de 29% da população acreana é constituída de jovens entre 15 e 29 anos, ou seja, mais de 214 mil pessoas, cuja maioria está no intervalo de 15 a 19 anos de idade (36%) (gráfico 19).

Gráfico 19 - População residente do Acre por faixa etária, 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

É inegável que essa imensa massa de jovens enfrenta dificuldades como desemprego, violência urbana e a vulnerabilidade ao mundo das drogas. No entanto, preparar os jovens para o mercado de trabalho, através da educação ou inclusão produtiva, requer ações direcionadas para estimular e fortalecer a participação social.

A gestão dos diversos programas de atenção à juventude é realizada junto às secretarias, prefeituras, organizações não governamentais e outras instituições de modo compartilhado.

É imprescindível o fortalecimento dos movimentos juvenis, com a execução de atividades para incentivar de maneira democrática a participação e envolvimento dessa importante faixa da população nas políticas públicas. Os Fóruns de Juventude e de Identidades e as Conferências Estaduais da Juventude são exemplos que se concretizam e se constituem em importantes canais de participação.

O Estado vem fomentando ações que garantam aos jovens o acesso à educação que abrange múl-

tiplos aspectos do conhecimento e da experiência humana, nos quais as escolhas sejam respeitadas e valorizadas para garantir seu protagonismo perante sua realidade e projeto de realização pessoal.

Objetivo

Criar uma política de juventude com atividades de esporte, lazer e cultura e preparação para o mercado de trabalho.

Caracterização

- ✓ Implementar política da juventude no Acre.

Meta

- ✓ 900 jovens entre 15 e 29 anos de idade qualificados

Iniciativas

- ✓ Promoção de Políticas Públicas para a Juventude

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Porcentagem de jovens de 15 a 29 anos ocupados	89,3	2009	%	IBGE/PNAD

2.2 Atenção aos Povos Indígenas

Contextualização

O Estado do Acre é uma das unidades da federação com maior diversidade étnica. Possui 733.559 habitantes (Censo IBGE, 2010) e uma população indígena estimada em 16.995 pessoas (Acre em Números, 2011), correspondendo a 2,3% do contingente populacional do Estado e 8,4% da população rural.

Outros três povos, considerados “isolados”, têm população estimada em 600 pessoas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Há ainda considerável população indígena urbanizada, de diferentes povos que vivem em sua maioria no município de Rio Branco.

Atualmente vivem no Estado 15 Povos Indígenas, falantes de línguas das famílias Pano, Aruak e Arawá. Há no Estado do Acre 36 terras indígenas (TIs) situadas em 11 municípios, oficialmente reconhecidas (figura 12). Destas, 25 estão regularizadas, 3 declaradas, 1 é de uso dominial, 5 estão em identificação, 1 em restrição de uso e 1 encontra-se ainda por identificar. Esse conjunto de terras tem extensão agregada de 2.439.982 ha (14,55% do território

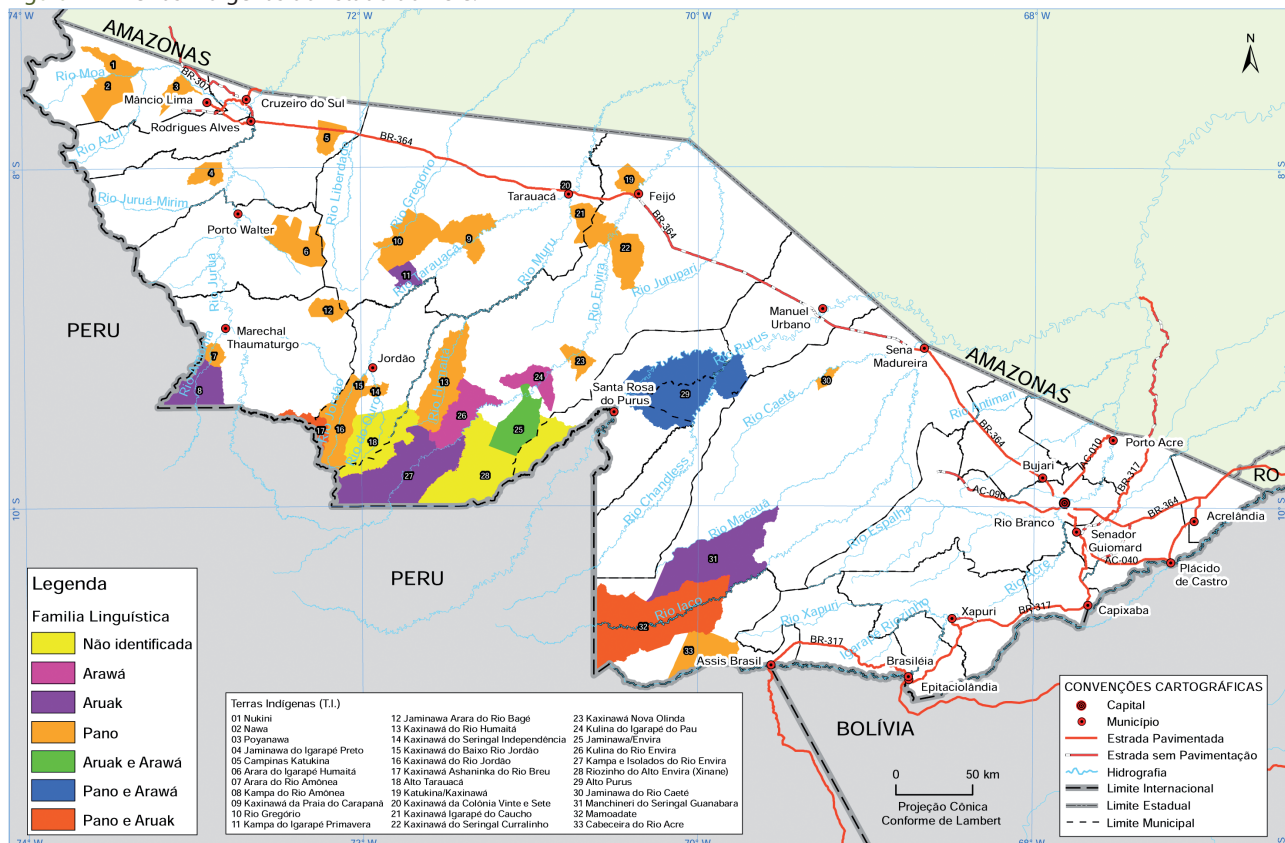
acreano), número que não contempla as terras em identificação ou sem providências.

Parte do patrimônio da União, com usufruto exclusivo destinado aos índios, as TIs integram o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP. Junto com as unidades de conservação (de proteção integral e uso direto), somam aproximadamente 45,6% da extensão total do Acre.

De um modo geral, as TIs do Acre situam-se no entorno das rodovias federais e na área de fronteira com o Peru sendo influenciadas e atingidas diretamente por esta característica, que requer ações e políticas públicas diferenciadas para minimizar o impacto a estas comunidades, sendo necessário:

- ✓ Medidas mais efetivas e de cunho permanente nas TIs nas áreas de influência direta das BRs 364 e 317;
- ✓ Intervenções integradas dos órgãos governamentais (federais e estaduais) para coibir as atividades ilegais em curso na região fronteira

Figura 12 – Terras Indígenas do Estado do Acre.



FONTE: ZEE/AC.

peruana, que em certos casos, vulneram direitos e a segurança dos povos que habitam em ambos os lados nas TIs na fronteira com o Peru.

Desde 1999, o Governo tem incorporado as demandas dos povos indígenas ao planejamento e à execução de programas que conciliam o desenvolvimento sustentável do estado com melhoria das condições de vida nas TIs e valorização cultural dos povos que nelas vivem.

A conclusão do ZEE - Fase I, em 1999, resultou em indicativos e prioridades para as TIs e para as políticas públicas e as relações do governo estadual com os povos indígenas. Dentre as diretrizes recomendadas constava o mapeamento e a construção participativa do ordenamento e da gestão dos territórios, por meio do apoio do governo ao diagnóstico e ao planejamento do uso dos recursos naturais às demandas surgidas nos planos de gestão territorial elaborados por esses povos, à formação de recursos humanos indígenas e ao fortalecimento de suas organizações.

Com base nessas indicações, desde 2001 o governo estadual tem implementado programas e ações em TIs impactadas pelo asfaltamento das BRs 364 e 317.

Definidas em diálogos e negociações entre lideranças, organizações indígenas e órgãos dos governos estadual e federal, várias ações têm apoiado a diversificação das atividades produtivas, a valorização das tradições culturais das comunidades e o fortalecimento institucional das organizações indígenas.

De 2004 a 2008, o Governo estadual promoveu ações de etnozoneamento em oito TIs impactadas pelas BRs, iniciativa que contou com ativa participação das organizações, lideranças e dos chefes de família. O resultado se deu em diagnósticos das formas de utilização dos recursos ambientais, de mapas temáticos, bem como de planos de gestão ambiental e territorial dessas áreas.

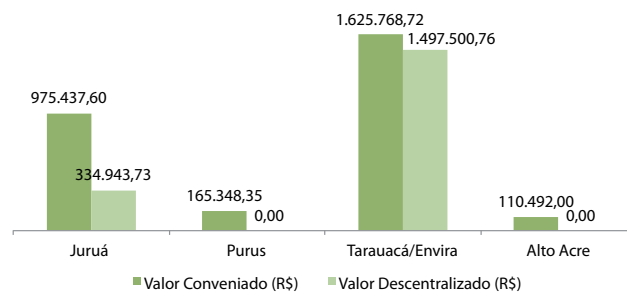
As TIs, consideradas como ZAPs, continuaram a ser atendidas com serviços básicos e com programas para promover o etnodesenvolvimento e a produção sustentável. Os Planos de Gestão Territorial ganharam importância central como instrumento de diagnóstico e planejamento estratégico das comunidades, de diálogo e negociação com órgãos de governo e outros possíveis parceiros e, ainda, de ordenamento das políticas públicas que incidem nas TIs.

Os dados resultantes das atividades de etnozoneamento subsidiaram os povos indígenas e o Governo na tomada de decisões para elaboração e

implementação de Planos de Gestão das Terras Indígenas - PGTIs, os quais são a base estrutural para as ações de inclusão socioproductiva necessária à efetivação dos resultados propostos.

Entre os anos de 2010 e 2011, 22 PGTIs, abrangendo 15 TIs, começaram a ser implementados, com descentralização de recursos para 15 associações indígenas movimentando investimentos de R\$ 1,8 milhão, beneficiando 1.535 famílias indígenas com ações de fortalecimento institucional, fomento à produção sustentável, valorização cultural (gráfico 20).

Gráfico 20 - Valor Conveniado/Descentralizado por Regional, 2011.



Fonte: UGP/PROACRE, 2011.

O Governo financiará a implantação dos PGTIs para 20 TIs nos próximos anos, com descentralização de recursos para associações indígenas, no montante aproximado de R\$ 4 milhões, beneficiando aproximadamente 1.600 famílias.

A gestão dos territórios indígenas também tem sido fortalecida nos últimos anos por ações de fomento e de assistência técnica, pelo apoio à qualificação de "agentes agroflorestais indígenas - AAFIs", cuja formação, a cargo da Comissão Pró-Índio do Acre desde 1996, tem currículo reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, e pela remuneração dos serviços ambientais prestados pelos agentes em suas aldeias.

Programas de formação de professores indígenas têm sido ofertados através de uma política de educação escolar indígena diferenciada, bilíngue e intercultural nas aldeias de todas as terras indígenas apoiada, ainda, na edição de materiais didáticos específicos, na assessoria aos professores, na construção de escolas e na melhoria de sua infraestrutura. Escolas de ensino médio foram implantadas em cinco terras indígenas.

Até o momento houve um crescimento significativo do número de vagas na rede de escolas indígenas, hoje composta por 111 unidades estaduais e 50 municipais. Em 2009, cerca de 299 professores indígenas lecionavam para um público escolar então de

6,2 mil alunos de diferentes idades.

Com base em suas atribuições específicas no subsistema de atendimento à saúde indígena, o Governo tem repassado recursos financeiros a 13 hospitais para apoiar os atendimentos de média e alta complexidade de pacientes indígenas, focados na assistência ambulatorial e hospitalar e no apoio ao diagnóstico e ao tratamento terapêutico.

As prioridades para a aplicação dos recursos destinados à assistência ambulatorial e hospitalar são discutidas e pactuadas nos conselhos dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas e no Conselho Estadual de Saúde e sua gestão é executada por meio de convênios com os conselhos gestores das unidades de saúde.

Os Encontros de Culturas Indígenas, realizados desde 2000, têm constituído importante instância para o fortalecimento das relações entre os diferentes povos, para a divulgação da diversidade cultural e para a construção de uma atitude de maior respeito e orgulho da sociedade acreana em relação aos povos indígenas.

Nos últimos três anos, editais específicos foram lançados para apoiar iniciativas apresentadas por organizações indígenas visando à promoção da valorização dos conhecimentos, expressões culturais, identidades e do patrimônio material e imaterial dos indígenas.

Desde 2007, através de iniciativa governamental e privada, tem procurado delinear ações de apoio ao etnoturismo em terras indígenas, tais como:

- ✓ Criação da rota turística *Caminho das Aldeias e da Biodiversidade*;
- ✓ Divulgação do potencial dessa rota em feiras de turismo em várias capitais brasileiras;
- ✓ Apoio prestado a atividades culturais e turísticas em diferentes terras indígenas;
- ✓ Disposição em articular parcerias entre o poder público, as comunidades e agências de turismo.

Estão em curso entendimentos com a FUNAI visando contribuir no plano nacional com a normatização de procedimentos para o etnoturismo em terras indígenas e a implementação de um projeto visando à implantação de infraestrutura turística em um conjunto de terras indígenas e a capacitação local das comunidades para a gestão de suas iniciativas.

Estratégias para aperfeiçoar o acesso aos direitos socioassistenciais e previdenciários por famílias indígenas em situação de vulnerabilidade social estão em articulação com a FUNAI. Ações têm sido empre-

endidas, junto às secretarias municipais e estaduais de Educação e Saúde, para o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, bem como para a capacitação das equipes do Programa e dos Centros de Referência de Assistência Social, básicos e especializados (CRAS e CREAS), para atuação junto aos beneficiários indígenas.

Apesar do pouco acesso dos povos indígenas aos serviços básicos e da diminuição das densidades de espécies de caça e pesca, estas comunidades buscam superar, em parte, estes desafios, através da:

- ✓ Garantia da sustentabilidade produtiva
- ✓ Preservação dos recursos naturais
- ✓ Fortalecimento das manifestações e aspectos culturais

Objetivo

Consolidar instâncias da governança da política pública para os povos indígenas, por meio do fortalecimento do papel de articulação da Assessoria Especial dos Povos Indígenas; a orientação, coordenação e integração das ações de governo para os povos indígenas executadas por várias Secretarias e Autarquias; e a manutenção de canais de diálogo com as comunidades e organizações indígenas.

Caracterização

- ✓ Consolidação de política pública de atenção aos povos indígenas

Meta

- ✓ 03 Fóruns Estaduais dos Povos Indígenas promovidos

Iniciativas

- ✓ Promoção de Políticas Públicas de atenção aos Povos Indígenas

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Percentual (%) de terras indígenas beneficiadas com implementação de PGTIs	42%	2010	Unidade	Assessoria Especial dos Povos Indígenas

2.3 Programa: Valorização da Cultura

Contextualização

O perfil cultural da sociedade acreana constitui uma mescla de valores, costumes, atitudes, crenças e conhecimentos construídos desde os primeiros contatos dos imigrantes (principalmente nordestinos e paulistas) com índios que ocupavam a região.

Neste contexto, o Governo do Acre vem incentivando a cultura de seu povo atuando em diversas frentes simultâneas relacionadas à música, à dança, ao teatro, à gastronomia, às artes visuais, à literatura e outros.

Dentre as unidades da federação, apenas os Estados do Acre e Ceará possuem sistemas de cultura criados e em fase de regulamentação. As demais trabalham na perspectiva de organização das gestões de cultura a partir da implantação do sistema estadual, para que posteriormente este sistema esteja interligado ao Sistema Nacional de Cultura - SNC.

Em 2005, ano em que foi criado o Conselho Estadual de Cultura - CONCULTURA, ocorreu a I Conferência Estadual de Cultura do Acre em preparação à I Conferência Nacional de Cultura.

A partir daí, iniciou-se um processo de implantação de sistemas e conselhos municipais de cultura. Ao todo já foram realizadas 22 conferências (02 estaduais e 20 municipais). Além da formação de redes e fóruns de debate e o desenvolvimento de uma política transparente de editais e prêmios, bem como uma maior profissionalização da gestão cultural através da modernização da Gestão da Fundação Elias Mansour - FEM.

Em paralelo a essas atividades o Governo, através da Lei Estadual de Incentivo a Cultura, investiu cerca de R\$ 9,3 milhões em 3.940 projetos culturais executados pela comunidade, assim como ampliou, construiu e/ou reformou diversos equipamentos culturais, tais como:

- ✓ 01 Usina de Arte;
- ✓ 08 casas de leitura;
- ✓ 01 escola de música;
- ✓ 12 espaços de memória;
- ✓ 238 pontos de leitura (Arcas das Letras);
- ✓ 05 teatros e 18 espaços culturais multiuso;

- ✓ 25 bibliotecas públicas (estadual e municipal);
- ✓ 01 rede acreana de Pontos de Cultura formada por 15 entidades;
- ✓ Calendário artístico cultural (Carnaval, Arraial Cultural, Bienal do Livro e da Leitura, Festival Chico Pop, Festival Varadouro e outros).

Dentre os equipamentos culturais cabe destacar dois deles devido à amplitude, qualidade e resultados gerados, inclusive com reconhecimento em nível nacional, a saber:

- ✓ Biblioteca pública/casa de leitura - desempenha papel fundamental para a sociedade ao incentivar a disseminação do conhecimento, seja por meio de livros ou através da internet.
- ✓ Usina de Arte - oferece cursos que podem ter duração de até dois anos nas mais diversas áreas de formação, como música, teatro, cinema e vídeo, além de artes visuais. Dispondo de uma estrutura que conta com auditório para cerca de 300 pessoas.

O Estado do Acre investiu aproximadamente nos últimos 13 anos, R\$ 50 milhões na revitalização de seu patrimônio histórico tendo como principal resultado a elevação da autoestima do povo acreano.

Apesar dos grandes avanços alcançados nos últimos doze anos, o Governo do Estado entende que ainda há muitos desafios a serem rompidos nesta área. Para tanto, o poder público continua aberto ao diálogo com a sociedade civil para contribuir com a valorização, preservação e fortalecimento da cultura acreana.

Objetivo

Mobilizar a sociedade acreana para conscientização do seu patrimônio cultural, norteador-se pelos princípios da compreensão ampla da cultura, respeito à diversidade cultural, sustentabilidade, busca da qualidade estética, transversalidade da cultura e gestão co-participativa com as comunidades.

Caracterização

- ✓ Tornar o livro acessível à população
- ✓ Melhorar a qualidade dos serviços prestados à população acreana
- ✓ Preservar e proteger os bens de relevante interesse histórico, arquitetônico e cultural para a sociedade acreana e tornar acessível os registros da história do povo acreano
- ✓ Valorizar os conhecimentos sobre a diversidade socioambiental da Amazônia e subsidiar as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, consolidando a Florestania no Acre
- ✓ Envolver a sociedade no processo, respeitando e atendendo seus anseios, de forma a ampliar os investimentos culturais e o acesso dos fazedores de cultura a esses investimentos
- ✓ Ampliar o acesso da população aos bens e serviços culturais de forma continuada, por meio do fortalecimento de eventos existentes que são realizados pelo governo em parceria com a sociedade civil, da institucionalização, regulamentação e estruturação da Usina de Arte e Escola Acreana de Música e do apoio financeiro às entidades da sociedade civil que realizam ações culturais

Meta

- ✓ 215 espaços culturais implantados (bibliotecas públicas, casas da escrita, casas de leitura e pontos de leitura)

Iniciativas

- ✓ Modernização da Gestão da Cultura
- ✓ Valorização da Política do Livro e da Leitura
- ✓ Formação, Fomento e Valorização das Artes
- ✓ Consolidação do Sistema Estadual de Cultura
- ✓ Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural Acreano
- ✓ Promoção da Política Estadual para a Diversidade Socioambiental

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Número de acessos aos equipamentos de cultura	238.343	2009	Visitas	Fundação de Cultura Elias Mansour

2.4 Programa: Proteção e Valorização da Mulher

Contextualização

A política para as mulheres acreanas nos últimos 12 anos foi orientada pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, universalidade, justiça social e transparência dos atos públicos.

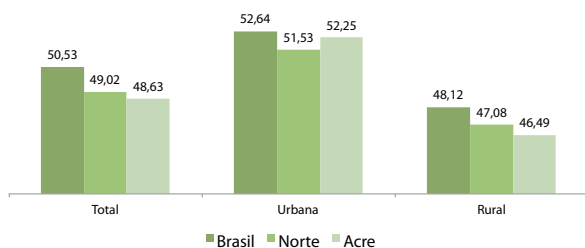
No Acre, as mulheres representam 49,8% da população ou aproximadamente 365 mil pessoas, das quais 74,7% vivem em áreas urbanas. Os municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Feijó concentram cerca de 72% delas, com destaque para a capital com 47,2% da população feminina.

O segmento de mulheres em idade reprodutiva, que pode ser ampliado para o intervalo de idades de 10 a 49 anos em virtude da incidência elevada de casos de gravidez precoce, corresponde a 65,9% das mulheres acreanas (Censo IBGE, 2010).

Sabe-se que as mulheres conquistaram avanços significativos na área social, na inserção no mercado de trabalho, em melhores condições educacionais, dentre outros. No entanto, os progressos observados ainda não são suficientes para minimizar as desigualdades que afetam um grande contingente da população.

Dados do Censo 2010 (IBGE) revelam que metade das brasileiras que se tornaram chefes de família não possuem renda ou vivem com rendimento nominal domiciliar *per capita* de 1 a 70 reais por mês, a maioria residente na zona urbana. No Acre, a situação não é muito diferente. Cerca de 48,6% das mulheres encontram-se neste mesmo *status*, abaixo da Região Norte com 49,0% conforme gráfico 21.

Gráfico 21 - Percentual da população de mulheres residentes em domicílios particulares permanentes sem e com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de 1 a 70 reais.



Apesar das políticas públicas terem como fundamento a distribuição democrática dos recursos, na prática os objetivos não se concretizam dessa forma, pois as mulheres chefes de famílias se veem com possibilidades limitadas de acesso aos benefícios dos programas, uma vez que não atendem aos critérios propostos para obtê-los.

Outro desafio ao poder público é o enfrentamento da violência contra as mulheres, em suas diferentes formas de expressão, variando do assédio moral e da violência psicológica até às manifestações extremas de agressão física e sexual.

A violência contra a mulher é um dos principais indicadores da discriminação de gênero e um grave problema de saúde pública. O Relatório Mundial da Organização das Nações Unidas - ONU sobre Violência, publicado em 2002, destaca:

- ✓ Visível custo humano;
- ✓ Elevado custo à rede de saúde pública, relativo às internações e ao atendimento físico e psicológico;
- ✓ Repercussões no mercado de trabalho, em razão dos prejuízos ao desempenho profissional da vítima.

De acordo com os registros da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República - SPM, de janeiro de 2008 a março de 2009 foram registradas 441 chamadas provenientes do Acre, pela Central de Atendimento às Mulheres - Ligue 180. Nos primeiros meses de 2009 as queixas apontam 25% de violência física, 50% de violência psicológica, 13% de violência sexual e 12% demais ocorrências. Dessas, apenas 8% das mulheres que procuraram o serviço disseram viver em área rural.

Outro dado importante mostra que as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, registraram um total de 60 homicídios de mulheres entre 2008 e junho de 2011 ocorridos em sua maioria por crimes passionais, cujos agressores foram os companheiros e ex-companheiros das vítimas (SESP/AC).

As informações disponíveis atestam que a violência contra a mulher é um fenômeno transversal que atinge mulheres de diferentes classes sociais,

origens, regiões, estados civis, escolaridades ou raças. Isto justifica a adoção de políticas de caráter universal, acessíveis a todas as mulheres, que englobem as diferentes modalidades pelas quais ela se expressa.

O Governo do Estado do Acre instituiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SEPMulheres à procura de expressar as necessidades e as expectativas das mulheres acreanas e da sociedade no que tange à formulação e à implementação de políticas públicas de promoção da igualdade e de enfrentamento dessas e de outras questões.

Objetivo

Garantir os direitos de todas as mulheres do Acre respeitando as diversidades de cor, raça, etnia, idade, opção política, religiosa, de orientação sexual, de território e situação econômica.

Caracterização

- ✓ Melhoria dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres e contribuição para inserção, com equidade, no mercado de trabalho
- ✓ Consolidação de uma política estadual de enfrentamento à violência contra a mulher
- ✓ Contribuição para a redução das desigualdades de gênero e para o enfrentamento do preconceito e discriminação de gênero
- ✓ Garantia da efetivação dos direitos das mulheres através da descentralização da política pública para as mulheres em todos os municípios do Estado

Metas

- ✓ 01 Programa de Bolsa Parteira implantado para apoiar o trabalho realizado com as mulheres nas comunidades tradicionais do Estado
- ✓ 4.500 mulheres em situação de vulnerabilidade social atendidas, por meio da assistência e das ações do Centro de Referência em 04 regionais do Estado

Iniciativas

- ✓ Consolidação da Política para as Mulheres no Estado do Acre
- ✓ Consolidação dos Direitos Humanos e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher
- ✓ Promoção de Cultura, Comunicação e Integração das Ações da SEPMulheres
- ✓ Promoção da Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho	986,00	2009	R\$	IBGE/PNAD

2.5 Programa: Promoção e Valorização dos Direitos Humanos

Contextualização

A Constituição da República Brasileira de 1988 define que é dever do Estado estimular um conjunto de políticas públicas que promovam a garantia de direitos buscando o Desenvolvimento Social.

Com base na lógica de um Estado promotor e indutor de garantias sociais e do bem-estar social, o Governo rompe com o processo histórico de ausência do poder público nesta área e impõe o desafio de inovar na implementação de políticas que alteram de forma significativa as desigualdades de gênero, raça, etnia e exclusão social, ampliando a participação social e o processo de construção de ações voltadas para o acesso aos diversos direitos humanos.

Na última década, o Governo do Acre assegurou massivos investimentos em programas sociais visando o desenvolvimento de ações articuladas nas áreas de inclusão social, atendimento aos segmentos vulneráveis, direitos humanos, política para mulheres, juventude, esporte e lazer, cultura e povos indígenas, demonstrando preocupação na construção de um governo voltado para o cidadão.

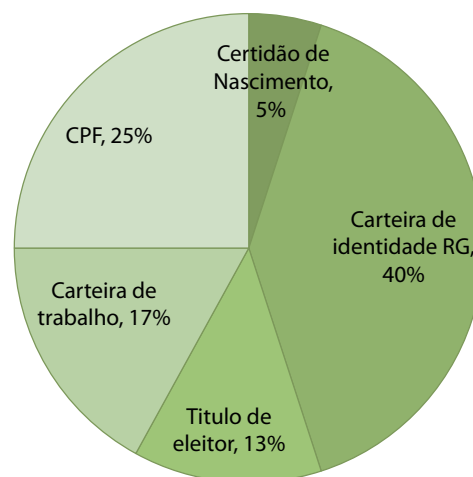
Destacam-se, nesta esfera, as Organizações das Centrais de Atendimento - OCAs, cuja finalidade é unificar os serviços públicos prestados aos cidadãos. Bastante elogiadas por diversos seguimentos sociais, as OCAs são vistas como um centro de excelência em atendimento.

No caso da OCA Rio Branco, mais de um milhão de atendimentos já foram registrados, viabilizando o acesso à documentação civil básica, possibilitando que estas pessoas e famílias sejam contempladas com programas assistenciais, serviços públicos fundamentais e demais direitos.

O grande sucesso desse programa em Rio Branco e Xapuri levaram o Governo a assumir o compromisso de implementar a OCA Juruá em Cruzeiro do Sul para atender aos moradores deste e dos municípios do entorno, que possui uma população superior a 205 mil pessoas.

O Governo estende esses serviços também às comunidades isoladas, promovendo a cidadania dos moradores da floresta. Desde 2010, já foram emitidos cerca de 7.700 documentos para este público-alvo, conforme detalhamento do gráfico 22.

Gráfico 22 - Distribuição das emissões de documentos em comunidades isoladas.



Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa, 2011.

A respeito desses avanços, diversas áreas dos direitos humanos ainda precisam ser fortalecidas, como:

- ✓ Combate à pedofilia;
- ✓ Serviços dos conselhos tutelares;
- ✓ Serviço de proteção à testemunha;
- ✓ Promoção da igualdade racial.

Desta forma, a atual gestão busca desenvolver uma política que assegure a equidade nas relações entre pessoas, o respeito à diversidade racial, étnica e religiosa de nossa população.

Objetivo

Reduzir os índices de violação dos direitos humanos e dar proteção e assistência às vítimas.

Caracterização

- ✓ Assegurar os direitos humanos previstos nas leis brasileiras e tratados internacionais
- ✓ Reduzir os índices de violência, promovendo o acesso à Justiça, a equidade de relações entre as pessoas

- ✓ Garantir o respeito à diversidade racial, étnica, sexual e o apoio na recuperação e reintegração das pessoas em conflito com a lei e em custódia do Estado

Metas

- ✓ 710 pessoas vítimas de violência atendidas (assistência social, psicológica e jurídica)
- ✓ 20% de aumento ao ano no número de atendimentos da Defensoria Pública do Estado do Acre - DPE

Iniciativas

- ✓ Promoção e valorização dos direitos humanos

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Estimativas de Subregistro de Nascimento	17,3	2008	%	SEJUD

2.6 Programa: Inclusão e Proteção Social

Contextualização

O Estado do Acre tem empenhado grandes esforços para a redução da desigualdade social e provisão de serviços públicos às populações mais carentes, dentre as quais estão incluídas as residentes em lugares de difícil acesso como comunidades extrativistas, ribeirinhos e indígenas.

Entre 1999 e 2004, o Governo deu prioridade à política de assistência social com o objetivo de garantir o atendimento às famílias e indivíduos que se encontravam em situações diversas de vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais. Para tanto foram feitos investimentos em programas locais, tais como:

- ✓ Centro Dia para Idosos;
- ✓ Adjunto da Solidariedade;
- ✓ Casa abrigo para mulheres vítimas de violência;
- ✓ Núcleo de reabilitação para pessoa com deficiência;
- ✓ Programas de combate ao abuso e exploração sexual;
- ✓ Ampliação e melhoria do atendimento aos adolescentes em conflitos com a lei.

Em 2004, os serviços e programas na área da assistência social foram reorganizados de forma articulada e de corresponsabilidade das três esferas de governo, através da implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. A partir daí, algumas ações de proteção social executadas pelo Estado passaram a ser municipalizadas. De modo que, com a redefinição do papel do Estado, ele passou a apoiar os municípios por meio de assessoria permanente, capacitação contínua das equipes e cofinanciamento das ações socioassistenciais.

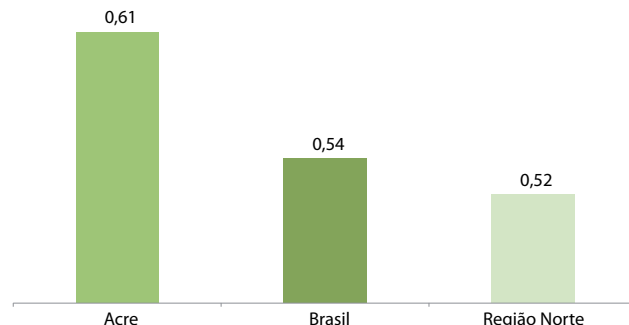
Em dez anos, o Acre conseguiu tirar 113 mil pessoas da condição de pobreza (renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo) e 57 mil da extrema pobreza (renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00). Em 2000, a extrema pobreza atingia 25,9% da população e em 2010 este número foi reduzido para 18,2%. Isto é, ainda há 133.410 pessoas no Estado que vivem privados das condições mínimas de bem-estar.

O grande desafio da área social é o enfrentamento à pobreza e à fome. O Governo do Estado em parceria com os municípios beneficiou mais de 50 mil famílias por meio do Programa Bolsa Família, garantindo a complementação do benefício às famílias que recebiam valor inferior a R\$ 60,00.

No âmbito da proteção social foram implantados em todo o Estado 27 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e 09 Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS permitindo o acompanhamento familiar e individual por meio do fortalecimento de vínculos e laços afetivos, bem como no combate à violação de direitos a todos os segmentos da sociedade.

Contudo, apesar dos avanços alcançados, o Acre ainda tem uma concentração de renda muito grande em relação à média nacional e da Região Norte, conforme o gráfico 23.

Gráfico 23 - Média do Índice de Gini, 2009.



Fonte: PNAD/IBGE, 2009.

Por fim, agora o Governo do Estado assume novos desafios para realizar a distribuição igualitária de bem-estar e direitos de cidadania ao povo do Acre, articulando as suas ações em favor da inclusão e proteção social.

Objetivo

Reduzir significativamente a pobreza e a fome, garantir uma alimentação saudável às famílias e assegurar o acesso das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social aos serviços de proteção social básica e especial.

Caracterização

- ✓ Reduzir os níveis de pobreza e extrema pobreza no Estado, emancipar as famílias e fortalecer e ampliar os centros de assistência social
- ✓ Contribuir para melhorar a qualidade de vida da população idosa do Estado

Metas

- ✓ 02 centros dia para idosos reformados e construídos
- ✓ 22 municípios habilitados para efetivação da política de assistência social e consolidação do sistema único de assistência social, através de cofinanciamento anual

Iniciativas

- ✓ Inclusão social
- ✓ Atenção integral e integrada à pessoa idosa

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Porcentagem de pessoas pobres	32,4	2009	%	IBGE/PNAD (Elaboração: Ipeadata)
Porcentagem de pessoas em extrema pobreza	12,4	2009	%	IBGE/PNAD (Elaboração: Ipeadata)
Renda domiciliar <i>per capita</i>	663,3	2009	R\$ de out/2009	IBGE/PNAD (Elaboração: Ipeadata)

3. EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO



A partir de 1999, os investimentos do Governo do Acre permitiram uma ampliação considerável na infraestrutura das cidades acreanas e na logística de transporte, tendo como principais resultados o aumento da cobertura de saneamento, a redução do déficit habitacional, a reestruturação e modernização dos prédios governamentais e a revitalização de espaços públicos. Esses resultados propiciaram a retomada da credibilidade do Estado.

O principal parceiro nesse sentido é o Governo Federal, financiando os principais Programas Estratégicos e Prioritários do Acre, por meio do OGU e do PAC 1 e 2. Além disso, as operações de crédito nacionais (BNDES e CAIXA) e internacionais (BID e BIRD) consolidam os investimentos realizados em infraestrutura, segurança, indústria e no fomento da economia florestal gerando renda e levando inclusão produtiva às comunidades isoladas. Esses investimentos foram imprescindíveis para a modernização das instituições e retomada da credibilidade do Estado.

Uma das intervenções estruturais mais expressivas e que mudaram a lógica do comércio da região com os países andinos e asiáticos foi a conclusão da pavimentação da BR-317 - Estrada do Pacífico (trecho Brasília a Assis Brasil e Senador Guiomard até a

divisa do Acre com o Amazonas), do posto alfandegário e da ponte internacional na tríplice fronteira (Brasil, Bolívia e Peru).

Outro importante marco na infraestrutura do Estado foi a revitalização de áreas insalubres e de alta vulnerabilidade ambiental (fundos de vale), inaugurando um novo conceito urbanístico, com a construção de Parques Urbanos na capital e no interior do Estado para uso da população como lazer, entretenimento ou contemplação. Um marco na qualidade de vida e na autoestima do povo acreano.

A ligação entre os vales do Acre e Juruá, antes considerada um sonho, agora é uma realidade. A BR-364 - *Estrada da Integração* - está totalmente imprimeada e/ou pavimentada (incluindo mais de 20 pontes construídas de médio e grande porte, totalizando mais de 4.000 metros de extensão). Após 43 anos de isolamento Rio Branco e Cruzeiro do Sul, os dois maiores polos econômicos do Estado, estão definitivamente interligados.

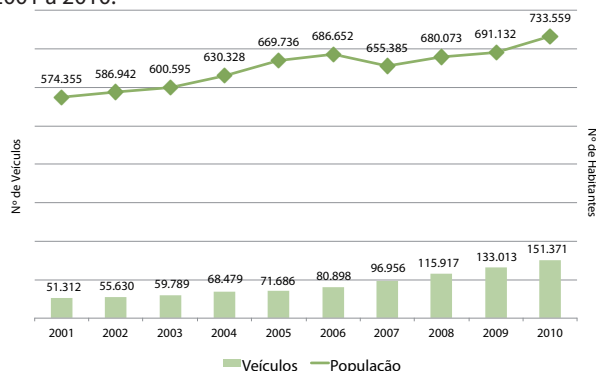
Nesse contexto, o eixo de infraestrutura e desenvolvimento urbano desponta como um forte componente da política de crescimento econômico do Estado propiciando a atração de investidores e capitais privados, dado o cenário macroeconômico da região, logística instalada e potencial energético.

3.1 Programa: Pavimentação e Saneamento Integrado

Contextualização

O desenvolvimento econômico do Acre está em plena expansão, exigindo investimentos constantes na manutenção e ampliação da infraestrutura urbana para fazer face ao crescente aumento da frota de veículos (195%) e pessoas (28%), verificados nos últimos 10 anos no Estado, conforme ilustração no gráfico 24.

Gráfico 24 - Frota de veículos e população residente no Acre, 2001 a 2010.



Fonte: Acre em Números, 2011.

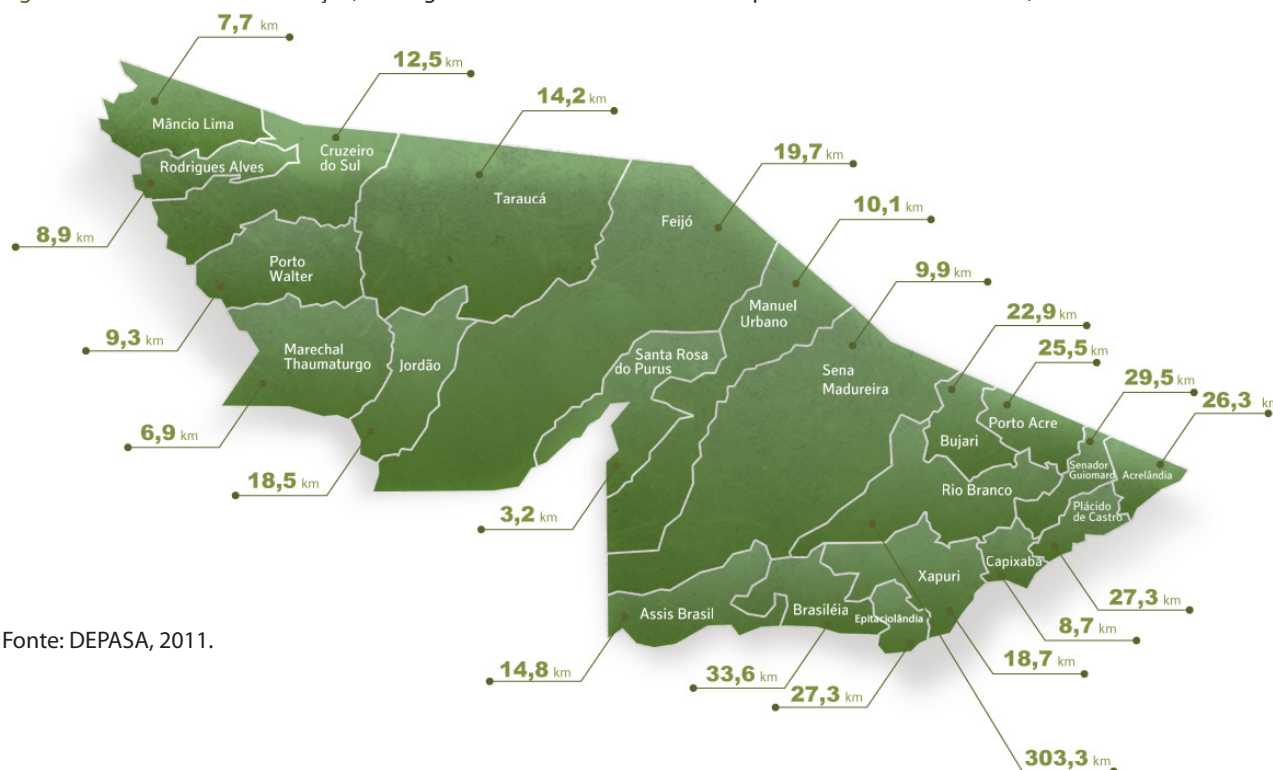
Outro fator importante a ser considerado é a elevação do poder aquisitivo da população, com aumento da renda média *per capita*, em mais de 170% em 10 anos (2000 a 2010), conforme números preliminares do Censo Demográfico 2010 - IBGE.

Atualmente, o déficit de pavimentação na zona urbana dos municípios acreanos gira em torno de 659 km ou aproximadamente 3.196 ruas. Este fato decorre, principalmente, da limitada capacidade de gestão e recursos das prefeituras para atender à demanda (informações detalhadas na figura 13).

Com a proposta de alavancar os índices referentes à pavimentação de ruas na capital e no interior, o Governo do Estado executa o programa "Ruas do Povo", que tem como meta a realização de melhorias em todas as ruas dos 22 municípios acreanos.

Com relação ao abastecimento de água, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, o Acre apresentou um acréscimo de 7,4 mil de ligações de água (11,4%) e 169 quilômetros de redes de água (12,7%) em 2009. Já em relação aos volumes verificou-se aumento de 5,9 milhões de metros cúbicos na produção de água (13,1%) e 4,9 milhões no volume de água consumi-

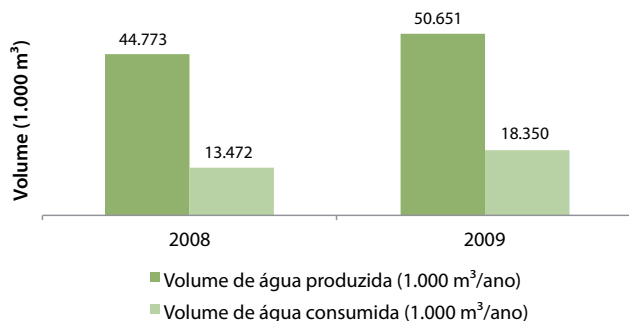
Figura 13 - Déficit de Pavimentação, Drenagem e Saneamento de vias na Capital e no Interior do Estado, 2011.



Fonte: DEPASA, 2011.

do (36,8%), melhorando o índice médio de aproveitamento (SNIS, 2009) (gráfico 25).

Gráfico 25 - Volume de água produzida e consumida, em 1.000 m³/ano, no Acre nos anos de 2008 e 2009.

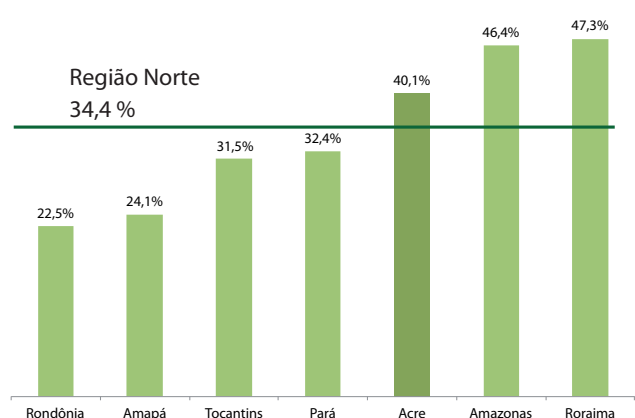


Fonte: SNIS, 2008 e 2009.

Apesar da evolução da produção e consumo de água existe a necessidade de ampliação da cobertura de domicílios particulares conectados à rede geral que, segundo o CENSO Demográfico 2010/IBGE, é de aproximadamente 60% na zona urbana. O foco é a cobertura superior à média nacional, de 91,9%.

Em relação ao sistema de esgotamento sanitário, de acordo com dados do último Censo (2010), a cobertura (rede geral de esgoto, pluvial e fossa séptica) é de 40,1% dos domicílios que possuíam banheiro ou sanitário. Esse percentual representa o 3º maior da Região Norte. Entretanto está abaixo da média nacional, que é de 68%, conforme gráfico 26.

Gráfico 26 - Percentual de domicílios particulares permanentes com banheiro que possuíam cobertura da rede geral de esgoto, pluvial e fossa séptica na Região Norte em 2010.



Fonte: IBGE, Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010.

Levando-se em consideração que ainda existem

peças não inseridas e/ou beneficiadas pelo Sistema de Água e Esgoto pode-se considerar que o Acre tem um grande desafio na área: expandir a cobertura da distribuição de água e coleta, sobretudo o tratamento de esgoto na capital e nos pequenos municípios do Estado, com investimentos de mais de R\$ 400 milhões no setor.

A mudança deste cenário continua impondo esforços. O fortalecimento da parceria entre Governo do Estado e Prefeituras Municipais é fundamental para a consolidação do setor, especialmente em relação à ampliação e manutenção dos serviços de distribuição de água tratada, coleta e tratamento de esgotos, pavimentação e drenagem.

Objetivo

Ampliar a cobertura do saneamento básico e reduzir o índice de doenças causadas pela poluição das águas e do solo além de promover ordenamento e as condições de infraestrutura adequadas das cidades garantindo o acesso aos bairros, vias urbanas e prédios públicos.

Caracterização

- ✓ Pavimentação de todas as vias urbanas dos municípios do Estado do Acre
- ✓ Melhoria das condições de saneamento, eliminando os fatores ambientais responsáveis pela ocorrência de doenças de veiculação hídrica

Metas

- ✓ 659 km de vias urbanas pavimentadas nos 22 municípios do Estado do Acre
- ✓ Ampliação de 20% para 70% em Rio Branco e de 0% para 25% no interior do Estado o índice de atendimento urbano de coleta e tratamento de esgoto
- ✓ 571 Módulos Sanitários Domiciliares - MSD implantados em unidades de assentamentos rurais
- ✓ Elevação de 59,4% para 95% o índice de atendimento urbano de água

Iniciativas

- ✓ Saneamento Integrado
- ✓ Pavimentação de vias urbanas

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Déficit de ruas não pavimentadas no Acre	3.196	2011	rua	DEPASA
Porcentagem de pessoas em domicílios com acesso adequado à água	66	2009	%	IBGE/ Estimativas obtidas com base na PNAD
Porcentagem de pessoas em domicílios com acesso adequado a esgotamento sanitário	54,71	2009	%	IBGE/ Estimativas obtidas com base na PNAD

3.2 Programa: Habitação Popular

Contextualização

O acelerado crescimento populacional verificado no Acre na última década (28%, conforme o IBGE) exige uma intervenção efetiva do Estado na área de habitação para adequar e construir novas moradias, atendendo famílias de baixo poder aquisitivo residentes em áreas de risco e em situação de vulnerabilidade social.

O déficit habitacional do Estado em 2010 foi estimado em 14,1%. Isso significa dizer que a necessidade de reposição e atendimento à demanda reprimida de mercado é de 25.545, conforme tabela 07.

Tabela 07 - Total de domicílios, por categoria de condição habitacional, no Estado do Acre, no período de 2001-2010.

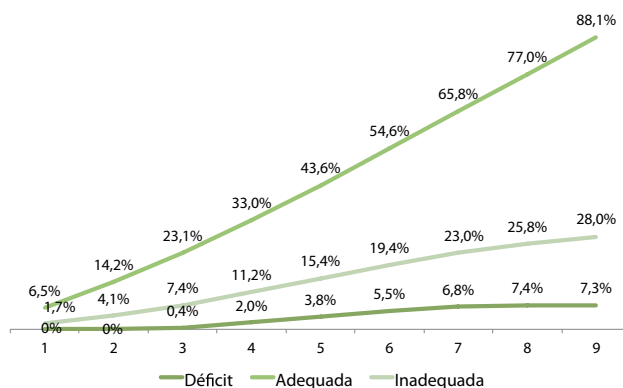
Período	Total	Condições Habitacionais					
		Déficit		Inadequada		Adequada	
		Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
2001	123.566	23.799	19,3%	52.893	42,8%	46.874	37,9%
2002	127.434	23.684	18,6%	53.808	42,2%	49.943	39,2%
2003	132.294	23.694	17,9%	55.065	41,6%	53.535	40,5%
2004	138.386	23.906	17,3%	56.786	41,0%	57.693	41,7%
2005	145.432	24.270	16,7%	58.841	40,5%	62.322	42,9%
2006	153.023	24.699	16,1%	61.034	39,9%	67.290	44,0%
2007	160.751	25.109	15,6%	63.174	39,3%	72.468	45,1%
2008	168.207	25.416	15,1%	65.066	38,7%	77.724	46,2%
2009	175.074	25.555	14,6%	66.564	38,0%	82.955	47,4%
2010	181.410	25.545	14,1%	67.701	37,3%	88.165	48,6%

Fonte: PNH, 2010.

O déficit vem, de forma absoluta, aumentando desde 2001, quando passou de 23.799 para 25.545 habitações em nove anos. Entretanto, em termos de participação, caiu de 19,3% para 14,1% do total de domicílios, ou seja, reduziu mais de 26,9% nesse período.

No período após o ano de 2001 destaca-se o incremento de unidades habitacionais consideradas adequadas que cresceu aproximadamente 88% passando de 46.874 para 88.165 casas, ou seja, a participação no total de domicílios subiu de 37,9% em 2001 para 48,6% em 2010, conforme ilustração no gráfico 27. Esse crescimento também é reflexo das políticas públicas que impactaram diretamente no aumento da renda média *per capita* aumentando mais de 170% em 10 anos.

Gráfico 27 - Evolução do percentual da característica dos domicílios no Estado do Acre, 2010.



Fonte: PNH, 2010.

O Programa de Habitação Popular do Estado está dividido em 02 fases. A primeira tem como objetivo entregar até o ano de 2012 cerca de 10.116 unidades habitacionais - UH. Destas, 2.239 já foram construídas e disponibilizadas às famílias em 2010 e as demais estão planejadas da seguinte forma: 3.838 UH em 2011 e 4.039 UH em 2012.

Já a segunda fase compreende a entrega de 13.600 UH até o ano de 2015 em parceria com o setor privado, totalizando assim 23.716 UH, que impactarão positivamente na redução do atual déficit em pelo menos 50%. A figura 14 demonstra as características e quantidades de casas que serão construídas.

Figura 14 - Programa de Habitação Social no Interior e na Capital do Estado.



Fonte: Plano de Governo 2011-2014.

- ✓ Cidade do Povo (Rio Branco-AC): construir 10.600 unidades habitacionais em um único local (complexo habitacional), com infraestrutura e equipamentos urbanos realizados em parceria com o setor privado e outros agentes. A meta é atender as famílias de baixo poder aquisitivo (0 a 3 salários mínimos). O empreendimento será realizado na capital do Estado.
- ✓ Provisão de Moradias no Interior do Estado: descentralizar o Programa de Habitação para o interior do Estado, atendendo famílias de baixa renda nas áreas urbana e rural. A meta deste subprograma é beneficiar 2.500 famílias.
- ✓ Reassentamento Habitacional: atender famílias provenientes de áreas de risco, alagadiças e de Preservação Ambiental, dando condições adequadas para integração e permanência na nova situação habitacional. O projeto prevê a construção de 500 moradias para famílias atingidas pelas enchentes em março de 2011.

As cidades acreanas foram formadas historicamente a partir das margens dos rios e igarapés, o que propiciou a criação de centenas de bairros em

áreas impróprias para habitação e de alta vulnerabilidade ambiental e social, sendo denominadas atualmente de ZAP.

Portanto, a ocupação desordenada e sem planejamento urbano das cidades acreanas requer soluções integradas para combater os problemas nessas zonas com ações urbanísticas (pavimentação, drenagem, saneamento, acessibilidade e equipamentos comunitários), sociais (participação comunitária e desenvolvimento social) e ambientais (recuperação da mata ciliar e revitalização e proteção de nascentes).

Objetivo

Reduzir o déficit habitacional, em especial das famílias com situação de vulnerabilidade social ou com moradia em áreas de risco, com padrões básicos de habitabilidade.

Caracterização

- ✓ Diminuição do déficit habitacional em moradia em áreas de risco
- ✓ Construção de habitações com padrões básicos de habitabilidade
- ✓ Redução do déficit habitacional, em especial para as famílias com situação de vulnerabilidade social

Metas

- ✓ 13.600 novas unidades habitacionais entregues
- ✓ 05 poligonais com obras de urbanização e saneamento básico contempladas

Iniciativas

- ✓ Promoção de Habitação de Interesse Social

Indicadores

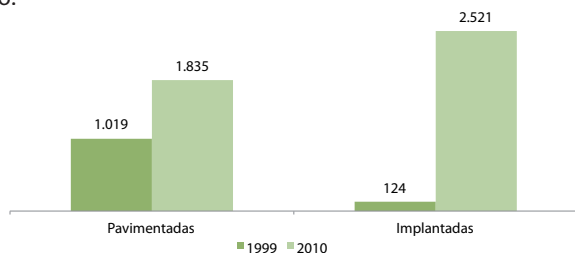
Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Porcentagem de pessoas em domicílios não rústicos na zona urbana	69,58	2009	%	IBGE/ Estimativas obtidas com base na PNAD
Porcentagem de pessoas em domicílios com até 2 moradores por dormitório	65,46	2009	%	IBGE/ Estimativas obtidas com base na PNAD

3.3 Programa: Infraestrutura de Transporte e Energia

Contextualização

A malha rodoviária estadual tem aproximadamente 9.210 km de extensão. Atualmente possui 1.835 km de estradas pavimentadas e 2.521 km implantadas com diversas melhorias, tais como: terraplanagem, galerias, etc. Já foram 3.213 km beneficiados com pavimentação e/ou implantação de melhoria, que aumentou em 12 anos mais de 280% passando de 10,9% para 47,3% do total de km, conforme gráfico 28.

Gráfico 28 - Extensão da rede rodoviária por situação e tipo de leito.



Fonte: Acre em números, 2011.

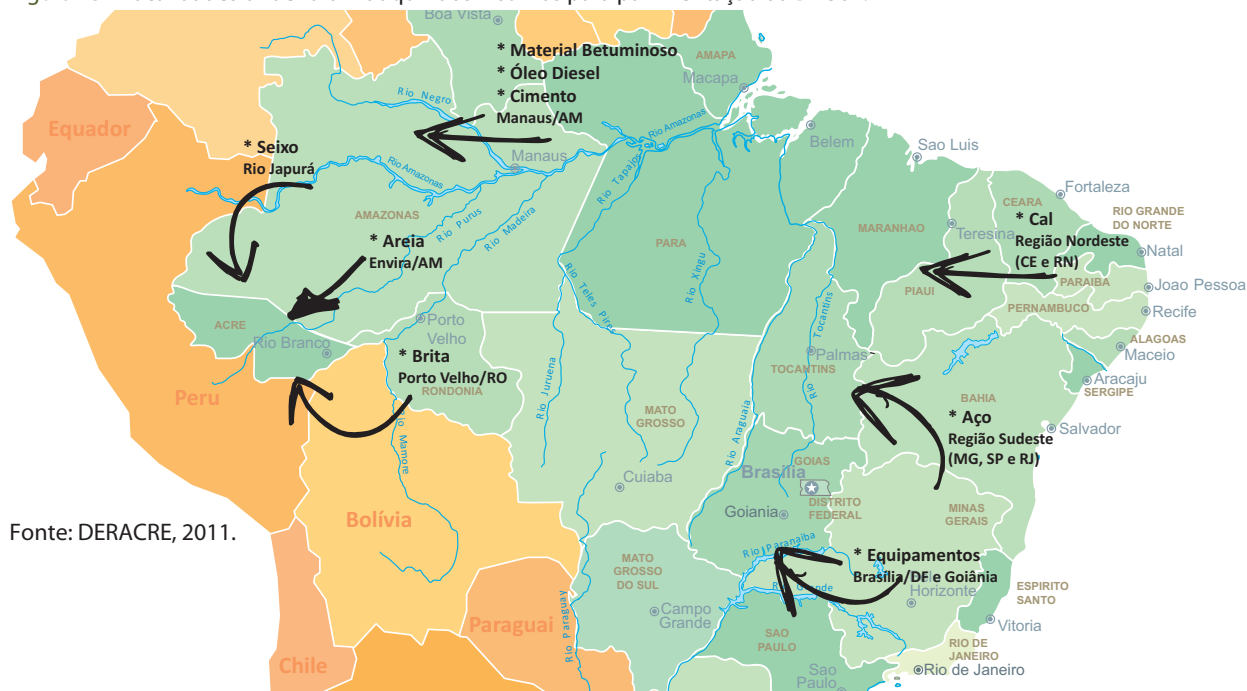
Um dos grandes desafios do Governo é a conclusão do asfaltamento da BR-364 - Rodovia da Integração ligando definitivamente as Regionais do Acre e Juruá. Em outubro de 2011, os últimos 80 metros que faltavam ser imprimados (receberam

um tratamento temporário para suportar o tráfego durante o inverno, mas que deixa a obra num estágio bem avançado para ser continuada no próximo ano) foram cobertos por uma camada de asfalto. Pela primeira vez, após 43 anos de obras, a estrada está trafegável de janeiro a janeiro. Ressalta-se ainda, a construção de 04 (quatro) grandes pontes sobre os rios Purus (Manoel Urbano), Tarauacá (Tarauacá), Envira (Feijó) e Juruá (Cruzeiro do Sul). Juntas somam mais de R\$ 300 milhões.

A realização dessa ação só foi possível graças à parceria com o Governo Federal e a inclusão da BR-364 no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que garantiu a manutenção dos investimentos no Estado. O montante de recursos necessários a pavimentação da rodovia está estimado em R\$ 1,27 bilhão.

O alto custo de implantação da obra decorre, principalmente, da dificuldade de acesso e da distância dos insumos que são adquiridos em outras regiões do país, como por exemplo: o cal é oriundo dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte e o aço dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, o transporte desses materiais é realizado, em sua grande maioria, por via fluvial e durante o período de cheias dos rios amazônicos exigindo uma logística fora do comum para viabilizar a execução das intervenções no período de seca (verão), conforme demonstra a figura 15.

Figura 15 - Localidades onde foram adquiridos insumos para pavimentação da BR 364.



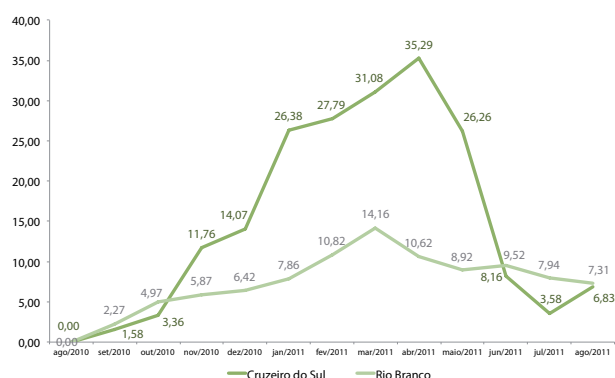
Fonte: DERACRE, 2011.

A conclusão da BR-364 impactará de maneira positiva na consolidação das atividades econômicas e no cotidiano das comunidades do entorno, que passarão a dispor de uma série de benefícios, como:

- ✓ Acessibilidade;
- ✓ Transporte;
- ✓ Oportunidades de negócios.

Isso fica evidenciado quando se analisa o comportamento dos preços dos produtos da Cesta Básica Alimentar no município de Cruzeiro do Sul, que apresenta no período chuvoso (rodovia fechada) uma variação de alta de até 36,7% em relação ao período seco (rodovia aberta). Essa variação é 175% maior que a registrada em Rio Branco no mesmo intervalo de tempo, conforme gráfico 29.

Gráfico 29 - Variação acumulada da Cesta Básica Alimentar nos últimos 12 meses nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.



Fonte: SEPLAN/AC/DEPAG, 2011.

Outro eixo importante para a integração econômica da região com o mercado andino é a BR-317, também conhecida como Estrada do Pacífico, cujo trecho no Peru foi inaugurado oficialmente em setembro de 2011 interligando definitivamente o Acre às principais cidades peruanas, como Puerto Maldonado, Cuzco e Lima. A distância da capital Rio Branco até os principais portos do Pacífico é de 1.471 km para Matarani e 1.501 km para Ilo.

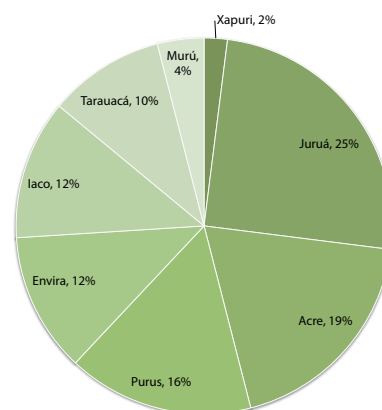
Cabe ressaltar que o Estado vem ampliando a infraestrutura no meio rural, em áreas de intensa produção agrícola e florestal, com investimentos na pavimentação e manutenção de todas as Rodovias Estaduais (AC-010, AC-090, AC-475, AC-485, AC-407, AC-405, AC-445 e AC-040), além do melhoramento, piçarramento, pavimentação e instalação de pontes e bueiros nas principais estradas vicinais (ramais) do Estado.

O prolongamento da Ferrovia Transcontinental EF-354 de Vilhena (Rondônia) até a localidade de Boqueirão da Esperança (1.946 km), na fronteira do Acre com o Departamento de Ucayalli no Peru está na pauta dos governos da Região Norte. A estratégia é dispor de um eixo ferroviário viável para exportação dos produtos amazônicos (farinha, castanha, borracha e madeira beneficiada) e do Centro-Oeste brasileiro (grãos e outros produtos ligados ao agro-negócio) via portos de Callao/Lima no Peru. E ainda, importação de fosfato, cobre, insumos, cimento e outros produtos para o Acre, que não dispõe de minérios e de matéria-prima para construção civil, importante atividade econômica no Estado.

Em território peruano faltam pouco mais de 700 km, entre Cerro de Pasco e a fronteira com o Acre (Boqueirão da Esperança) para ligar por via ferroviária o Brasil aos mercados andinos. O governo peruano tem a intenção de concluir a obra nos próximos anos, conforme a Lei nº. 29.063/2008 (detalhamento na figura 16).

Quanto ao transporte hidroviário, o Acre possui oito importantes rios (Acre, Purus, Juruá, Iaco, Envira, Tarauacá, Xapuri e Murú) que totalizam aproximadamente 4.400 km de extensão (gráfico 30). O destaque é o rio Juruá, navegável o ano inteiro e responsável pelo transporte de grande parte de mercadorias de Cruzeiro do Sul/AC a Manaus/AM e vice-versa.

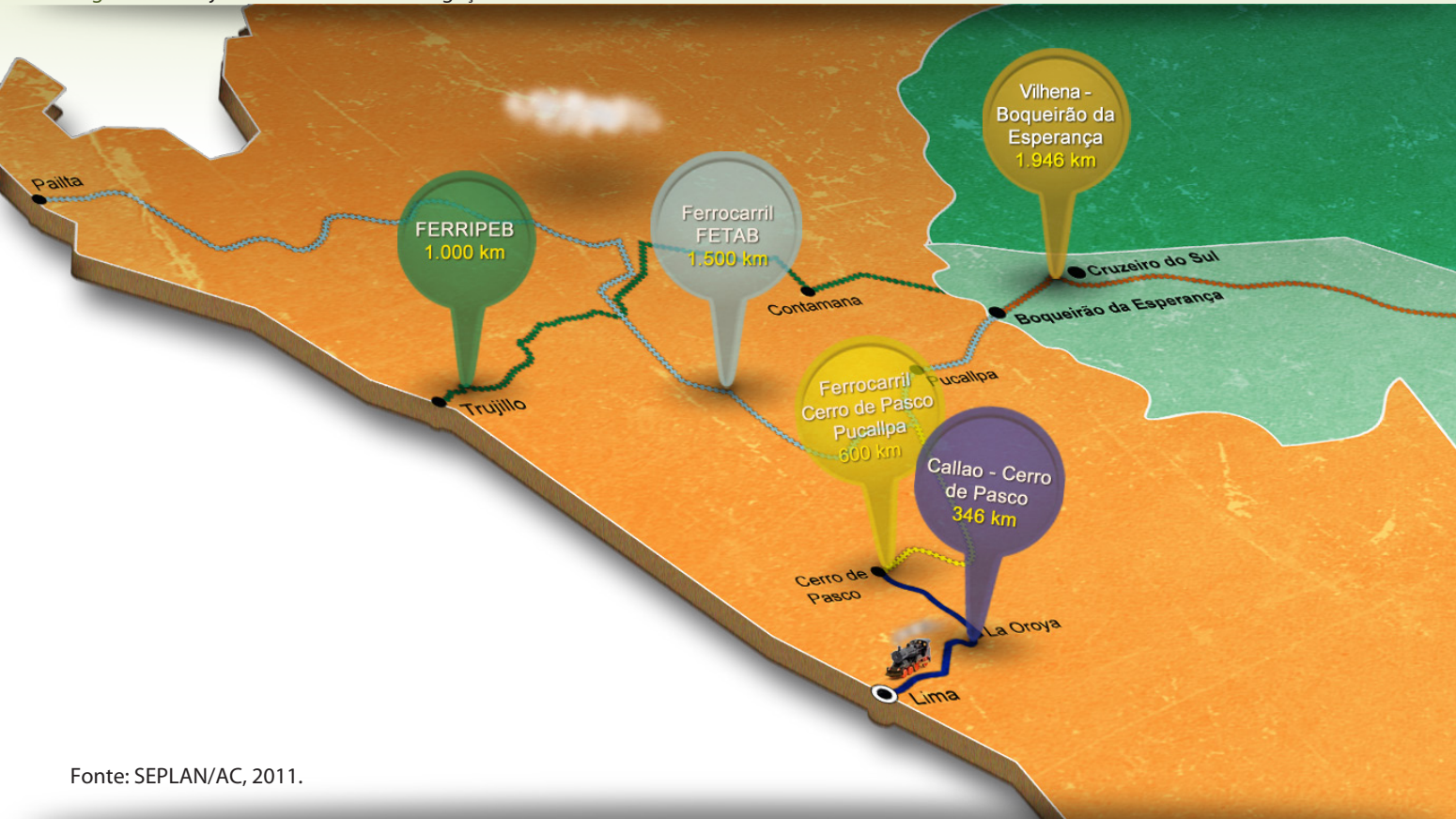
Gráfico 30 - Participação relativa (%) dos principais rios na extensão hidroviária estadual.



Fonte: SEPLAN/AC, 2011.

Os rios acreanos apresentam uma grande oscilação no nível do volume de água entre os períodos de inverno e verão, que reduz significativamente a capacidade de transporte. Exemplo disso é o rio Juruá que na época de cheia permite a passagem de embarcações de até 800 toneladas e no período de seca, apenas pequenas embarcações.

Figura 16 - Projeto Ferroviário de interligação no Peru com a Ferrovia Transcontinental.



Fonte: SEPLAN/AC, 2011.

do de baixa apenas de 10 toneladas. Isso resulta na redução do escoamento da produção e cargas e do atendimento de saúde às populações mais isoladas. Essas oscilações causam danos aos rios, como o acúmulo de resíduos (balseiros e diversos tipos de lixos) que após a baixa do nível das águas impedem a passagem de embarcações de médio e grande porte.

Cabe salientar ainda que a bacia do rio Acre é uma das mais importantes do Estado, pois corta os principais municípios das Regionais do Baixo e Alto Acre, concentrando mais de 65% da população e 72% do desmatamento do Acre. O assoreamento do rio Acre vem reduzindo o nível das águas drasticamente ao longo dos anos, causando transtornos à população ribeirinha e das cidades, como dificuldade de transporte e falta de água tratada. Nesse sentido, a elaboração dos estudos de viabilidade para a construção de uma eclusa sobre o rio Acre é estratégica para reverter o atual quadro, agregando a isso investimentos na recomposição e manutenção da mata ciliar.

Com relação à infraestrutura de transporte aeroviário, o Estado dispõe de 02 grandes aeroportos localizados nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul (ambos internacionais). E ainda: 09 aeródromos, sendo 05 registrados na ANAC (Jordão, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e San-

ta Rosa), 03 homologados pela INFRAERO e administrados pelo Governo Estadual (Feijó, Tarauacá e Xapuri) e 01 administrado pelo 7º BEC (Assis Brasil).

Na última década, apesar do forte investimento em infraestrutura aeroviária para tirar o Acre e seu interior do isolamento, o setor ainda requer ações complementares, como:

- ✓ Realização de estudos de viabilidade para construção da segunda pista de pouso e decolagem e ampliação do terminal de passageiros do município de Rio Branco;
- ✓ Melhoria da infraestrutura física e operacional dos aeroportos e aeródromos do interior do Estado;
- ✓ Manutenção das rotas aéreas regulares para municípios de difícil acesso (Jordão, Santa Rosa, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo), por meio do subsídio de passagens a população.

A capital Rio Branco tem sido preparada para o crescimento resultante da integração regional e internacional do Acre. Fatores importantes estão impactando diretamente na mobilidade urbana, tal como:

- ✓ Crescimento populacional da cidade de Rio Branco, ou seja, a população passou de 196.871 (IBGE, 1991) para 336.038 habitantes (IBGE, 2010), com taxa de urbanização municipal de 91,82% em 2010 e representa 58% da população urbana do Acre;
- ✓ Expansão do setor do comércio, inclusive com a inauguração do Via Verde Shopping, que prevê absorção de mais de 2.200 postos de trabalhos e a movimentação superior a 10.000 pessoas ao dia;
- ✓ Construção do complexo habitacional com 10.600 unidades, com infraestrutura e equipamentos urbanos, realizados em parceria com o setor privado e outros agentes. Tem como público alvo as famílias de baixo poder aquisitivo (0 a 3 salários mínimos);
- ✓ O sistema viário de Rio Branco, cuja extensão total é superior a 1.400 km, entre rodovias, avenidas, ruas e praças, tem apenas 260 km percorridos por ônibus.

A implantação de Veículo Leve de Transporte Coletivo - VLTC em Rio Branco torna-se necessário, pois amplia a cobertura de transporte coletivo de passageiros, com conforto e segurança, reduzindo-se o

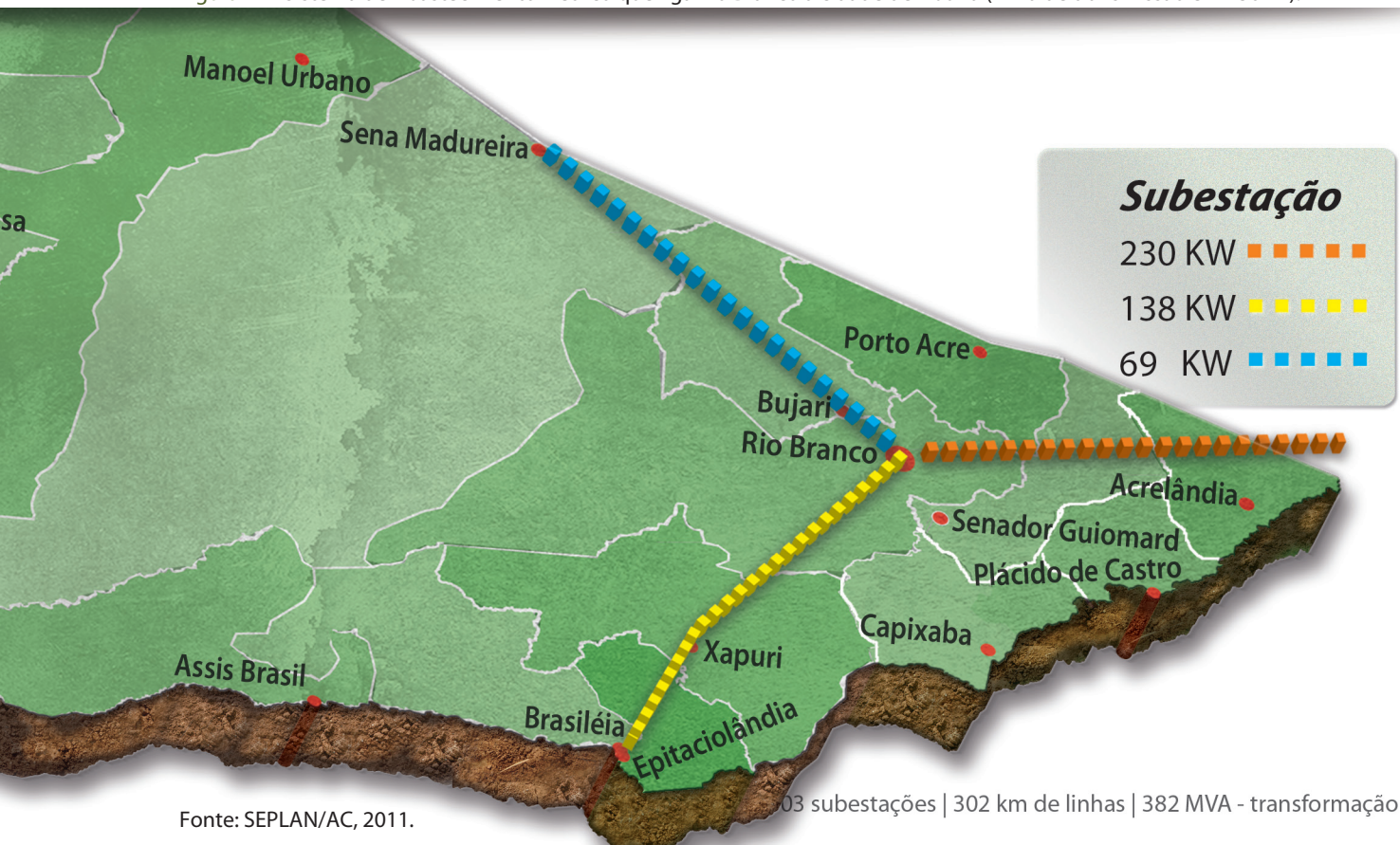
número de veículos, bicicletas e motos.

Nas atividades relativas à gestão da demanda de energia, a Eletrobrás/Eletronorte produz 75,88% da energia elétrica gerada no Acre distribuída por 302 quilômetros de linhas de transmissão em 230 kV. O sistema conta ainda com três subestações e 382 MVA de capacidade transformação. Desde 2002 o Estado, que faz parte do sistema isolado Acre/Rondônia, também é abastecido por uma linha de transmissão em 230 kV que liga Rio Branco à cidade de Abunã, em Rondônia. Além da capital, a energia transmitida pela Eletrobrás/Eletronorte supre os mercados interligados de Senador Guimard, Plácido de Castro, Bujari, Porto Acre, Acrelândia, Redenção e Vila Campinas, conforme figura 17.

A Eletrobrás/Eletronorte disponibilizou em 2010, 229.350 Kw para os municípios de Rio Branco, Senador Guimard, Plácido de Castro, Bujari, Porto Acre e Acrelândia totalizando 124.874 consumidores. Os demais municípios são abastecidos pela concessionária Eletroacre/Guascor a qual disponibilizou em 2010, 32.687 Kw para 76.897 consumidores.

O Acre será beneficiado com a implantação da segunda Linha de Transmissão 230kV Porto Velho/Abunã/Rio Branco e da ampliação das subestações associadas, pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, responsável pelo geren-

Figura 17 - Sistema de Abastecimento Elétrico que liga Rio Branco à cidade de Abunã (linha de transmissão em 230 kV).



ciamento de mais de 96% de toda a energia elétrica de qualidade gerada no País, que terá extensão de 487 km e passará pelos municípios dos Estados de Rondônia e Acre (Senador Guiomard, Acrelândia, Plácido de Castro e Rio Branco).

A interligação fará parte do sistema de transmissão que trará reforço energético necessário ao escoamento de energia do complexo de geração das hidrelétricas do Rio Madeira (usinas de Santo Antônio e Jirau), com potência de aproximadamente 6.450 MW, capaz de subsidiar a demanda atual e ampliação do Parque Industrial local, principalmente, com a implantação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE em Senador Guiomard.

Além destes investimentos, está programada a implantação da rede de energia elétrica convencional no interior do Estado através da construção do “Linhão” em direção ao Vale do Juruá, interligando os municípios do Juruá ao SIN.

Outra ação de destaque é a utilização da energia solar como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais, articulando iniciativas de governo nas áreas de saúde e educação, aumentando a qualidade de vida e contribuindo para a elevação da produção. Com a instalação de unidades de sistema fotovoltaico (Placa Solar), serão beneficiados diretamente 8 mil famílias, com investimentos de R\$ 186 milhões.

O petróleo e gás natural compreendem mais do que recursos minerais aproveitáveis e elementos geradores de riqueza. Referem-se à construção de uma estratégia de desenvolvimento a partir do aproveitamento dos recursos com ênfase no equilíbrio econômico do território e na geração de benefícios para todas as gerações (presentes e futuras).

No Estado do Acre, a região do Juruá possui potencialidade para exploração de petróleo e gás natural. O Governo Federal através da ANP está desenvolvendo estudos de prospecção na região. Nesse sentido, cabe ao governo estadual dar subsídios para a realização das ações, tendo em vista o resultado econômico e os benefícios sociais para a população, além de mecanismos mitigadores e de compensação de possíveis impactos as comunidades do entorno.

Portanto, o crescimento econômico do Estado depende diretamente da manutenção da infraestrutura existente nas cidades e de investimentos complementares para atrair investidores, empresas e indústrias interessadas nas vantagens comparativas do Acre de localização, logística e energia.

Objetivo

Prover condições para eficiência do sistema de transportes e energia visando à segurança, funcionalidade e economia.

Caracterização

- ✓ Integração rodoviária do Estado e garantia de trafegabilidade permanente nas rodovias federais e estaduais;
- ✓ Promoção de melhorias no sistema viário principal dos municípios;
- ✓ Garantia das condições físicas para melhorar a trafegabilidade nas estradas vicinais;
- ✓ Garantia das condições físicas e operacionais dos portos e ancoradouros e subsidiar a limpeza e desobstrução de vias fluviais;
- ✓ Provisão de condições físicas e operacionais dos aeródromos do Estado, subsidiando o transporte de passageiros nos municípios de difícil acesso.
- ✓ Elevação da quantidade de famílias rurais e florestais atendidas com rede de energia elétrica;
- ✓ Elaboração dos instrumentos específicos para o controle e fiscalização do transporte de cargas em rodovias e ramais;
- ✓ Promover o Asfaltamento dos pontos críticos dos ramais e melhorar a drenagem;
- ✓ Ampliação e aplicação de novas tecnologias para tratamento e pavimentação dos ramais e estruturas de pontes;
- ✓ Inovar na gestão da política de ramais;
- ✓ Ampliação de parcerias locais para manutenção e aquisição de máquinas e equipamentos, visando atendimento aos municípios na conservação e manutenção dos ramais, rios e igarapés;
- ✓ Conclusão da pavimentação da BR-364;
- ✓ Elaboração de Plano Estadual de Transporte Aéreo e Hidroviário;
- ✓ Elaboração do Plano Rodoviário Estadual;
- ✓ Elaboração dos instrumentos específicos para o controle e fiscalização do transporte de cargas em rodovias e ramais;
- ✓ Prover as condições físicas e operacionais dos aeródromos do estado e subsidiar o transpor-

te de passageiros nos municípios de difícil acesso;

- ✓ Elevar a quantidade de famílias rurais/florestais atendidas com rede de energia elétrica;
- ✓ Garantir as condições físicas e operacionais dos portos e ancoradouros e subsidiar a limpeza e desobstrução de vias fluviais;
- ✓ Garantir as condições físicas para trafegabilidade nas estradas vicinais;
- ✓ Promover melhorias no sistema viário principal dos municípios;
- ✓ Promover a integração rodoviária do estado e garantir a trafegabilidade permanente nas rodovias federal e estadual.

Metas

- ✓ 18.000 passagens aéreas subsidiadas
- ✓ 3.000 km de rios e igarapés limpos e/ou desobstruídos
- ✓ 3.500 km/ano em média da malha de ramais recuperados
- ✓ 2.000 unidades de sistema fotovoltaico (placa solar) implantadas em comunidades de difícil acesso
- ✓ 1.571 km de rede de energia elétrica convencional nos municípios acreanos - 5ª tranche implantadas, beneficiando diretamente 1.250 famílias
- ✓ Conclusão das obras de pavimentação da rodovia BR-364, incluindo as pontes
- ✓ 10 km de contorno e a ponte sobre o rio Acre no município de Brasiléia concluídos, como parte das obras da Estrada do Pacífico
- ✓ 2.000 km de rodovias federais, estaduais e vicinais asfaltadas e conservadas

Iniciativas

- ✓ Fortalecimento da infraestrutura de transporte rodoviário;
- ✓ Fortalecimento da infraestrutura de transporte de vias estruturantes;
- ✓ Fortalecimento da infraestrutura de transporte vicinal para escoamento da produção;
- ✓ Fortalecimento da infraestrutura de transpor-

te fluvial para escoamento da produção e travessia dos rios;

- ✓ Fortalecimento da infraestrutura aeroviária;
- ✓ Fortalecimento da infraestrutura de energia elétrica.

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Porcentagem de pessoas em domicílios com acesso adequado à luz elétrica	94,47	2009	%	IBGE/ Estimativas obtidas com base na PNAD
Custo mensal da cesta básica em Cruzeiro do Sul-AC	222,97	mai/11	R\$	SEPLAN/ DEPAG

3.4 Programa: Obras Públicas

Contextualização

Em 1999, a estrutura administrativa do Governo era inadequada e insuficiente para fomentar o desenvolvimento econômico e social das cidades. Grande parte dos prédios e espaços públicos estava abandonada e sucateada, com espaços impróprios e insalubres ao desempenho das atividades dos servidores para o atendimento com qualidade aos cidadãos.

O Acre inicia um período intenso de reconstrução e modernização das estruturas físicas e dos serviços públicos com investimentos em torno de R\$ 600 milhões em reforma de prédios, aquisição de máquinas e equipamentos, desenvolvimento de sistemas em todas as áreas.

Em relação às obras públicas, o Governo estabeleceu um padrão de qualidade na execução, que se tornou uma marca em toda a região, como:

- ✓ Construção de duas centrais de atendimento ao cidadão (OCA Rio Branco e OCA Xapuri);
- ✓ Construção de duas Unidades de Pronto Atendimento - UPAs e início da reforma e ampliação do HUERB (antigo Pronto Socorro) em Rio Branco;
- ✓ Reforma e ampliação do Hospital Infantil, FUNDHACRE (atual Hospital das Clínicas) e Maternidade Bárbara Heliodora;
- ✓ Construção do Hospital do Juruá e reforma do Hospital Materno Infantil de Cruzeiro do Sul (atual Hospital da Mulher e da Criança);
- ✓ Construção de hospitais da família em Jordão, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Santa Rosa do Purus, construção de unidades de saúde mista em Assis Brasil e Rodrigues Alves e reforma dos hospitais de Plácido de Castro e Senador Guimard;
- ✓ Ampliação, construção e/ou reforma em 827 escolas e centros de ensino;
- ✓ Construção de delegacias em Brasiléia, Feijó e Senador Guimard e reforma em outras onze unidades, construção de brigadas de incêndio em Brasiléia e Rio Branco, bem como a reforma de cinco batalhões de polícia;
- ✓ Construção de estádios de futebol em Rio

Branco e Cruzeiro do Sul;

- ✓ Construção dos aeroportos internacionais de Rio Branco e Cruzeiro do Sul e revitalização de aeródromos em Jordão, Feijó, Tarauacá, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano;
- ✓ Revitalização e ampliação da Secretaria de Fazenda - SEFAZ e Tribunal de Contas do Estado - TCE/AC;
- ✓ Reforma e ampliação do mercado dos colonos e Mercado Velho, bem como praças e espaços culturais;
- ✓ Construção de parques ambientais e urbanos em diversos municípios;
- ✓ dentre outras.

Nesse processo o Acre não só conseguiu reorganizar e ampliar a estrutura física da administração pública estadual, como também viabilizou a melhoria da qualidade de vida da população, resgatando a confiança e a autoestima dos cidadãos.

O enfoque do programa de obras públicas dar-se-á especialmente nas regiões de alta concentração populacional e em áreas de maior vulnerabilidade social, por meio de ações articuladas com os municípios que atendam demandas populares e projetos de infraestrutura.

Objetivo

Proporcionar à sociedade obras públicas com alto padrão de qualidade.

Caracterização

- ✓ Melhorias nas condições de execução e acompanhamento de obras públicas.
- ✓ Oferta de vias alternativas de acesso.
- ✓ Centralização da execução das obras públicas conforme as competências de cada órgão da área de infraestrutura;
- ✓ Incentivo e viabilização à participação das micro e pequenas empresas na execução de obras;

- ✓ Criação e consolidação do processo de orientação da relação com a população afetada pela execução de obras de infraestrutura.
- ✓ Efetivação da participação comunitária nas obras e projetos.

Metas

- ✓ 20 projetos padrões de interesse dos órgãos públicos elaborados.

Iniciativas

- ✓ Gestão e Qualidade de Obras
- ✓ Implantação de Infraestrutura de Interesse Social

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Número de reforma e/ou ampliações de prédios e espaços públicos	14	2010	Unidade	Relatório de Gestão - SEOP

4. EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA



Os serviços públicos de educação, saúde e segurança são essenciais à sociedade, pois além de constituírem direitos constitucionais possuem reflexos diretos sobre o grau de desenvolvimento humano da população.

Nos últimos anos, a área de Educação sofreu uma profunda mudança, pois os esforços do Governo foram para garantir o acesso de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos à escola e melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos, o que elevou o Acre, nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, da 27ª posição do ranking nacional para os primeiros lugares em qualidade de ensino.

Na área de saúde as ações visaram o atendimento de necessidades expressas nos três níveis de atenção à saúde (atenção primária, média e alta complexidade) buscando estabelecer linhas de cuidado com foco na integralidade, qualidade da aten-

ção à saúde e satisfação do usuário dentro da rede assistencial, assim como a reorganização, reestruturação e ampliação desta rede para atendimento resolutivo e que considere as necessidades da população do Estado, que devem estar permeadas por princípios de humanização e de qualidade no atendimento ao cidadão.

No tocante à segurança pública, as ações nos últimos quatro anos foram direcionadas à integração das unidades de segurança pública, desenvolvimento da política de formação profissional, implantação de estratégias integradoras de elaboração e execução de programas e projetos, adoção de técnicas de gestão matricial, da eleição de indicadores e metas para redução da criminalidade, com unificação e convergência das informações policiais e a extração de dados estatísticos através do Sistema Integrado de Gestão Operacional - SIGO para análise criminal.

4.1 Programa: Promoção da Educação Básica de Qualidade para Todos

Contextualização

O setor da Educação passou por uma série de transformações nos últimos anos, onde os esforços foram concentrados na garantia do direito à matrícula de crianças, jovens e adultos, bem como em assegurar a todos uma aprendizagem de qualidade, tanto na zona rural quanto urbana do Estado.

O compromisso de oferecer acesso e qualidade na educação levou o Governo a estruturar um sistema de ensino público que, tendo como matriz o ensino regular, suas etapas e modalidades, pudessem ter a flexibilidade e permeabilidade necessárias para atender as especificidades geográficas e culturais do Acre.

Neste contexto foram assumidos alguns compromissos os quais foram desenhados para solidificar os avanços já observados no período 1999-2007. Dentre eles destacam-se:

- ✓ Aumento na remuneração dos docentes;
- ✓ Descentralização de recursos financeiros;
- ✓ Reestruturação das redes de escolas estaduais;
- ✓ Investimento na qualificação dos trabalhadores/professores;
- ✓ Adoção de planos estratégicos para a gestão da Secretaria de Educação;
- ✓ Criação e expansão de programas de formação continuada e técnica/profissional de jovens;
- ✓ Universalização do acesso ao ensino fundamental nas comunidades isoladas e de difícil acesso;
- ✓ Reorganização das escolas estaduais de acordo com as necessidades dos municípios e bairros.

No Brasil, as escolas do Estado do Acre estão entre as que possuem melhor estrutura física. A capacidade de captação de recursos do Estado aliada à priorização da educação como fonte de transformação positiva da sociedade possibilitou que no período entre 1999-2009 fossem reformadas ou constru-

ídas 827 escolas (entre urbanas, rurais e indígenas) totalizando um investimento de quase R\$ 190 milhões garantindo com isso melhores condições de ensino e aprendizagem.

Todavia, somente os investimentos em infraestrutura não poderiam resultar nas melhorias de indicadores de educação do Estado. Construiu-se, portanto, um processo de formação continuada de professores das redes estadual e municipal e a formação superior de docentes. Em função disso, o Acre tornou-se o primeiro Estado do Brasil a ter 100% do professores da rede pública com curso superior.

Exemplo deste esforço é o Programa de Formação Inicial da Educação Básica da Zona Rural. Já foram formados 2,5 mil docentes em sete graduações distintas. Desde 1999, o governo já certificou com curso superior 9,5 mil professores das zonas urbana e rural.

Dando sequência a esse processo, a constituição do sistema público de educação efetivou-se com a unificação das ações realizadas pelo Estado e municípios, através do desenvolvimento de um padrão de atendimento pautado nos desafios comuns às redes de ensino, provendo a mesma qualidade na educação de jovens e crianças nas zonas urbanas e rurais de difícil acesso (comunidades isoladas).

Para as unidades escolares localizadas em comunidades isoladas vêm sendo adotadas ações de descentralização de recursos, assegurando as condições básicas para que o sistema público de educação possa ampliar, com qualidade, o atendimento das populações mais carentes construindo capacidade técnica para que o Estado e municípios deem continuidade às políticas de universalização do atendimento e de melhoria da qualidade da educação.

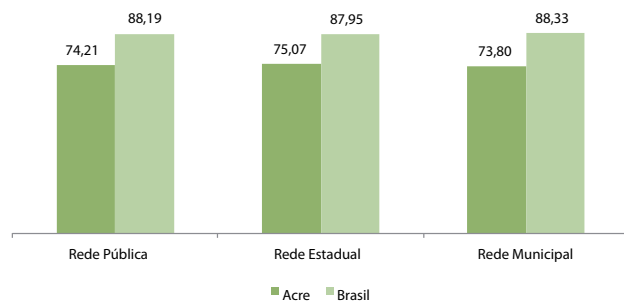
O reflexo dessas ações já pode ser observado na melhoria de diversos indicadores, tais como: analfabetismo, escolaridade média, número de matrículas, dentre outros. Em 2009, o Acre estava entre os 10 Estados com melhores resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB da rede pública.

Uma iniciativa salutar para alcançar as metas de melhoria do ensino é a distribuição de netbooks aos alunos e professores da rede pública. Ao todo, nove

mil pessoas serão beneficiadas. Os nets vêm equipados com 506 vídeos da TV Escola, além de 2,5 mil títulos literários de domínio público e mais 80 programas educacionais.

A rede pública, municipal e estadual do Acre, apresenta um percentual do IDEB 2009 superior ao do Brasil. A rede municipal é a que melhor se destaca, com 88,33% das escolas analisadas com resultado igual ou superior à meta do Ministério da Educação - MEC, conforme ilustração no gráfico 31.

Gráfico 31 - Percentual de escolas que atingiram a meta do IDEB 2009 - Redes Pública, Estadual e Municipal, Brasil e Acre, 2009.

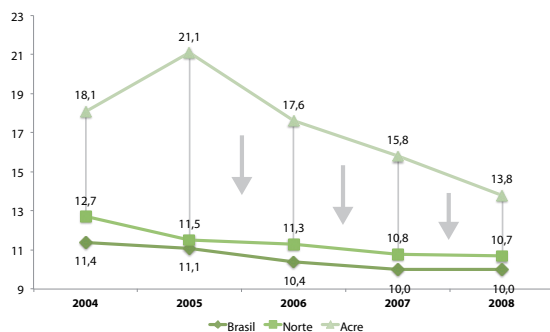


Fonte: MEC / INEP.

Houve uma sensível redução do analfabetismo da população do Acre nos últimos anos. Esta melhora ocorreu em ritmo mais acelerado que na média da Região Norte e Brasil. Tendência que pode ser observada pela aproximação das curvas, enquanto a diferença entre as médias nacional e do Estado em 2004 era de 6,7%, em 2008 essa média foi reduzida para 3,8% (gráfico 32).

No período observado pode-se identificar a mesma dinâmica da redução do analfabetismo, ou seja, está havendo uma convergência das taxas do Estado para os níveis da Região Norte e Brasil.

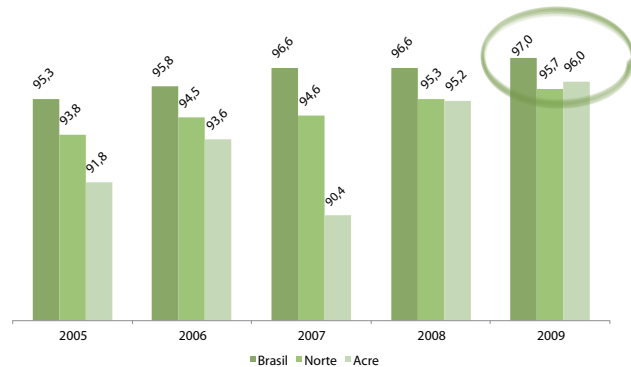
Gráfico 32 - Evolução da taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) no Acre, em %.



Fonte: IBGE/PNAD.

A elevação do percentual de crianças que frequentam a escola é mais intensa no Acre se comparado com a média regional e nacional. O valor de 96,0% em 2009 é altamente significativo e superou a média da Região Norte pela primeira vez no período, conforme ilustração no gráfico 33. Esta evolução indica que a manutenção e ampliação das políticas públicas voltadas à promoção da educação poderão viabilizar o alcance de 100% das crianças na escola.

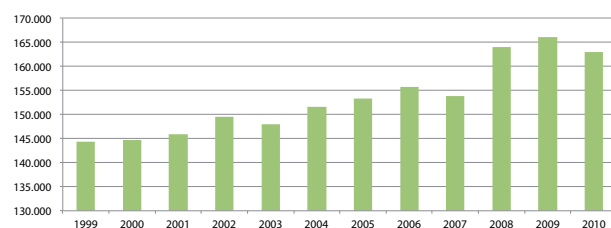
Gráfico 33 - Percentual de crianças de 7 a 14 anos que frequentam a escola, 2005-2009.



Fonte: PNAD/IETS.

Em 1999, os sistemas de ensino do Estado contavam 144.284 no Ensino Fundamental. Em 2010, as matrículas do Ensino Fundamental totalizaram 166.041, crescimento de 15,07%, considerado expressivo em relação ao número de crianças matriculadas para as mesmas séries em níveis nacional e regional (gráfico 34).

Gráfico 34 - Matrículas no Ensino Fundamental, 1999 - 2010.

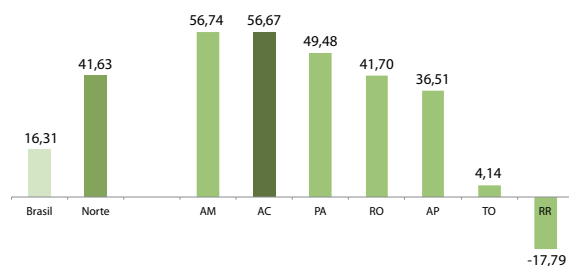


Fonte: MEC/INEP.

O crescimento na matrícula de alunos no sistema de educação estadual tem sido superior inclusive à maioria dos Estados da região. Entre 1999 e 2009 houve uma elevação de 56,67% no número de matrículas no Ensino Médio, sendo a segunda maior elevação da Região Norte e bem superior à média nacional (gráfico 35). No que tange ao ensino fun-

damental o aumento foi menos expressivo (6,98%), mas foi elevado nas últimas séries do ensino fundamental (6º a 9º ano) atingindo 46,96%.

Gráfico 35 - Percentual de crescimento do número de matrículas no Ensino Médio, 1999 - 2009.

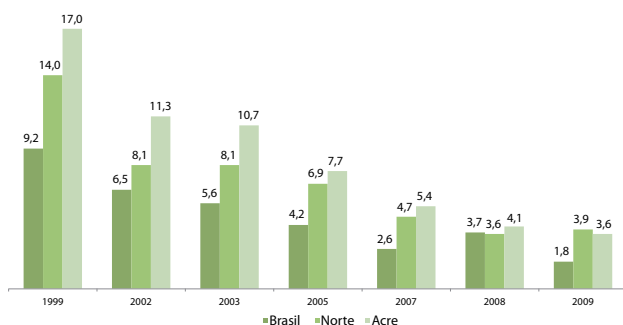


Fonte: MEC/INEP.

Outro resultado alcançado diz respeito à redução da taxa de abandono escolar após 1999. Diversos são os fatores que colaboram com esta redução, dentre eles estão a melhoria da infraestrutura das escolas garantindo um ambiente mais saudável de aprendizagem e a qualificação de professores e gestores.

A redução da taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi ligeiramente menor no Acre em relação ao Brasil, onde a queda registrada da rede pública foi de 78,82% ante os 80,43% do país, mas superior à média observada para a Região Norte, 72,14%, como demonstra o gráfico 36.

Gráfico 36 - Taxa de abandono escolar, 1ª a 5ª Série - Rede Pública, Brasil e Acre, 1999 - 2009.

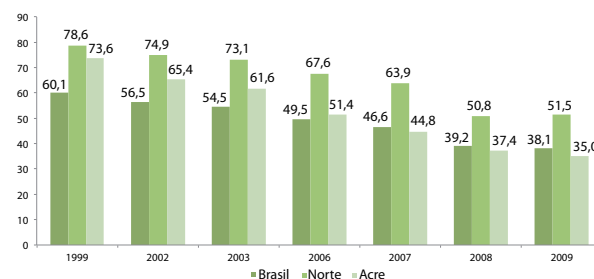


Fonte: MEC/INEP.

A taxa de abandono para o Ensino Médio era de 23,5% em 1999 passando para 13,6% em 2009. Desta forma, o Acre passou da 21ª para a 12ª posição no ranking dos Estados brasileiros, evidenciando uma melhora significativa.

Com relação ao Ensino Médio, o Acre que tinha uma taxa de distorção de 73,6% em 1999 passou para 35% em 2009. Isto é, neste período o Estado conseguiu ficar mais de 16% abaixo da média da Região Norte e 3% da média nacional, conforme gráfico 37.

Gráfico 37 - Taxa de distorção idade-série, Ensino Médio - Rede Estadual, Brasil e Acre, 1999 - 2009.



Fonte: MEC/INEP.

Similar ao Ensino Médio, o Ensino Fundamental também apresentou uma queda na taxa de distorção idade-série na Rede Estadual entre 1999 e 2009. No Brasil, a taxa foi reduzida em 36,61%, e no Acre 52,45%.

O projeto Asas da Florestania demonstra que a soma de esforços para universalizar o ensino, reduzir a distorção idade-série e as taxas de abandono escolar garantem resultados satisfatórios. Inicialmente a proposta era levar o ensino fundamental às comunidades isoladas do Estado, com planejamento didático adequado às necessidades locais. Quase 3,5 mil alunos moradores de regiões de difícil acesso tiveram a oportunidade de formação sem sair de suas localidades e até o final de 2011 outros 1.858 alunos terão concluído o ensino fundamental. A partir deste ano o projeto também incluiu o ensino infantil.

Sabe-se que apesar dos avanços ocorridos na educação nos últimos anos, ainda existem desafios a serem enfrentados como colocar todas as crianças na escola e em idade-série adequada, beneficiando também as demais faixas etárias em diversos níveis de ensino, inclusive com língua estrangeira. Além de promover a melhoria da qualidade do ensino a ser alcançado via qualificação dos professores, melhoramento do material didático, sistema de avaliação do ensino e da gestão, dentre outros.

Objetivo

Garantir o acesso a educação básica de qualidade para todos, buscando o desenvolvimento pleno do aluno e a redução do analfabetismo no Estado.

Caracterização

- ✓ Elevação da qualidade do processo de ensino-aprendizagem
- ✓ Apoio ao desenvolvimento das competências dos profissionais da educação
- ✓ Elevação da autonomia da escola para atender prontamente as necessidades decorrentes do processo de aprendizagem, fortalecer os mecanismos de gestão participativa e compartilhada e os mecanismos de gestão interna da SEE
- ✓ Oferta das condições necessárias de acesso e permanência na escola e sucesso no desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos, bem como tornar a educação inclusiva por meio da garantia de acesso as populações indígenas, portadores de necessidade especiais e comunidades de difícil acesso

Metas

- ✓ 11.173 alunos indígenas atendidos com Educação Escolar Básica
- ✓ 12.000 jovens e adultos de 15 a 64 anos alfabetizados pelo MOVA/ALFA 100
- ✓ Realização da inclusão digital de 9.600 alunos e professores do 3º ano do Ensino Médio
- ✓ Elevação da escolaridade de 16.000 alunos através do curso EJA 1+ e 25.000 jovens e adultos de 18 anos ou mais no ensino médio EJA
- ✓ Redução do índice de distorção idade-série dos alunos do 1º ao 5º ano do ensino do Ensino Fundamental para menos de 10% na zona urbana e no Ensino Médio de 36% para 16%
- ✓ 100% dos alunos das escolas estaduais e rurais que dependem de traslado para a escola com disponibilização de transporte escolar
- ✓ 24.000 alunos assistidos através da oferta de Educação Infantil, Fundamental e Médio, em comunidades rurais de difícil acesso nos 22 municípios através do Programa Asas da Floresta

Iniciativas

- ✓ Modernização e Fortalecimento da Gestão
- ✓ Valorização dos Profissionais da Educação
- ✓ Modernização da Infraestrutura e do Atendi-

mento Educacional

- ✓ Fortalecimento do Processo de Ensino-Aprendizagem e Desenvolvimento do Aluno

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
IDEB Estadual das séries iniciais do Ensino Fundamental	4,5	2009	-	MEC/INEP/IDEB
IDEB Estadual das séries finais do Ensino Fundamental	4,1	2009	-	MEC/INEP/IDEB
IDEB Estadual do Ensino Médio	3,5	2009	-	MEC/INEP/IDEB
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais	15,4	2009	%	IBGE/PNAD

4.2 Programa: Desenvolvimento da Educação para o Trabalho

Contextualização

A educação profissional e tecnológica é essencial para o desenvolvimento produtivo do Estado por ser estratégica para a melhoria das condições de vida de grande parte da população acreana, notadamente dos jovens e trabalhadores de baixa escolaridade. Por isso, nos últimos anos o Governo Estadual fez grande esforço e realizou elevado volume

de investimentos na criação de meios para a promoção dessa modalidade de educação buscando elevar a base de competências dos trabalhadores e ampliar as oportunidades educacionais dos jovens.

No âmbito estadual existem seis unidades de formação profissional que estão sob coordenação do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi – IDM. Por meio destas escolas é realizado um portfólio de cursos de formação inicial e técnicos, em diversos eixos tecnológicos, conforme detalhado na tabela 08.

Tabela 08 - Unidades de Educação do Instituto Dom Moacyr e Cursos Ofertados.

Unidades de educação profissional	Cursos técnicos
Centro de Educação Profissional Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha - Rio Branco	Técnico em Higiene Dental Técnico em Nutrição Técnico em Análises Clínicas Técnico em Enfermagem Técnico em Radiologia Técnico em Farmácia Técnico Agente Comunitário de Saúde
Centro de Educação Profissional Escola da Floresta Roberval Cardoso - Rio Branco	Técnico em Agroindústria Técnico Agroecologia Técnico em Ecoturismo Técnico Florestal
Centro de Educação Profissional em Serviços Campos Pereira - Rio Branco	Técnico em Gestão de Negócios Técnico em Gestão do 3º Setor Técnico em Gestão Pública Técnico em Manutenção de Computadores Técnico Secretariado Executivo
Centro de Educação Profissional e Tecnológica João de Deus - Plácido de Castro	Técnico em Zootecnia Técnico em Agricultura
Centro de Formação e Tecnologia do Juruá - CEFLOTA - Cruzeiro do Sul	Técnico em Agroecologia Técnico em Cooperativismo
Núcleo de EPT de Xapuri - Escola de Moveleira	FICs em marcenaria, Gestão e Informática

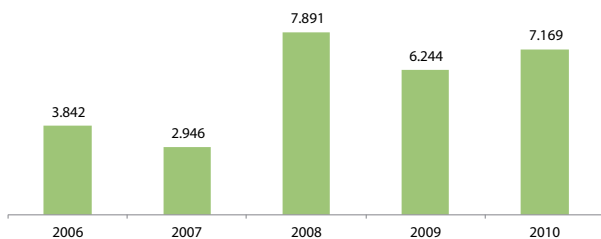
Fonte: IDM.

O incentivo à formação profissional reflete a visão de governo de que o desenvolvimento socioeconômico sustentável requer atenção prioritária no fator “capital humano”, através da educação de jovens e adultos que, necessariamente, precisam estar preparados para acessar o mercado de trabalho.

A proposta pedagógica assumida pela rede de ensino profissional do Estado é inovadora, pautada num currículo voltado ao desenvolvimento de competências para o trabalho com uso das metodologias ativas, dentre as quais a metodologia da problematização e a metodologia por projetos.

A capacidade de oferta de vagas da educação profissional e tecnológica vem sendo ampliada no Estado. Entre 2006 e 2010 houve um crescimento de 86,60% no número de vagas (conforme gráfico 38). Estes cursos compreendem atividades de formação mais rápida (comparada com o ensino técnico) que contribuem sobremaneira para a redução do desemprego.

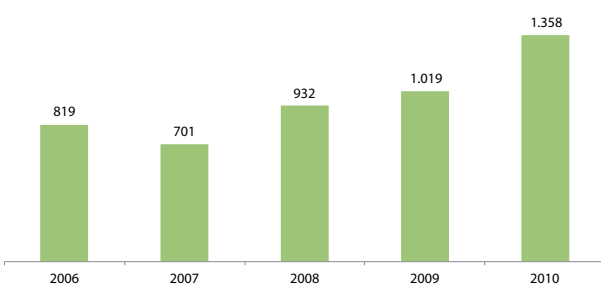
Gráfico 38 - Número de vagas para Curso de Formação Inicial e Continuada no Estado do Acre, 2006 - 2010.



Fonte: Acre em números, 2011.

O ensino técnico também vem sendo ampliado ao longo dos anos. Entre 2006 e 2010 houve ampliação de 65,81% no número de vagas. Estes cursos são responsáveis pela qualificação de mão-de-obra industrial, de serviços e de saúde do Estado, detalhamento no gráfico 39.

Gráfico 39 - Número de vagas de Ensino Técnico no Estado do Acre, 2006 - 2010.

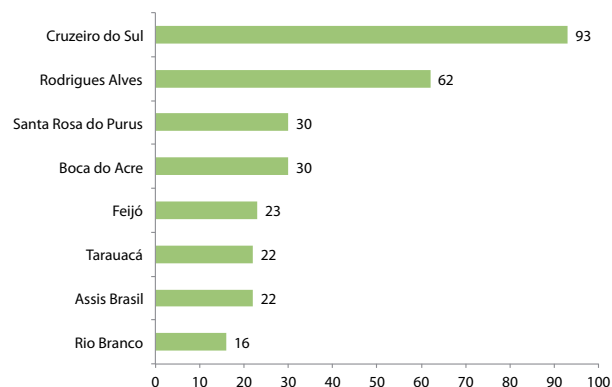


Fonte: Acre em números, 2011.

O IDM vem executando ações voltadas especificamente para jovens provenientes de comunidades isoladas do Estado. Dentre estes se destaca os Agentes de Desenvolvimento Local - ADL e os Agentes de Desenvolvimento Comunitário - ADC.

Além desses dois cursos especiais o IDM também é responsável pela oferta de cursos à população indígena do Estado. Somente entre 2009 e 2010 foram ofertados 298 vagas em cursos de formação inicial distribuídos em oito municípios, conforme gráfico 40. Esses cursos são voltados para a formação de lideranças, informática básica e outros, que já beneficiaram diversas etnias, como os Katukina, Kaxinawá, Poyanawa, Nukini, Ashaninka e outros.

Gráfico 40 - Número de educandos indígenas e sua distribuição por município.



Fonte: IDM, 2011.

O novo desafio envolve a ampliação das oportunidades de profissionalização da população adulta acreana e a aproximação da Educação Profissional Tecnológica - EPT da educação básica, principalmente do ensino médio. Essa medida é de grande importância para o fortalecimento pedagógico, bem como para a geração de novas possibilidades educacionais aos jovens.

Ao mesmo tempo, o fortalecimento da EPT é uma exigência do atual estágio do processo produtivo acreano. A industrialização, a diversificação do setor de serviços, a introdução de tecnologias de produção sustentável no meio rural e a viabilização de microempreendimentos econômicos em larga escala requerem forte investimento na ampliação da base de competências dos jovens e trabalhadores acreanos. Assim, somando-se estes investimentos com as novas unidades previstas pelo Governo do Estado, até 2015 o Acre contará com 16 unidades públicas de EPT, impactando nas possibilidades de profissionalização da População Economicamente Ativa - PEA, especialmente.

Objetivo

Fortalecer a Educação Profissional Tecnológica - EPT no Estado através da criação de meios de governança e universalização da oferta.

Caracterização

- ✓ Expansão e estruturação da rede estadual de centros de EPT
- ✓ Implantação e gestão dos mecanismos de governança da EPT no Acre
- ✓ Expansão da rede estadual de Centros EPT e implementação de mecanismos de governança
- ✓ Promoção do desenvolvimento social por meio da formação e qualificação de jovens, adultos, trabalhadores e comunidades indígenas
- ✓ Elevação da base de competências dos trabalhadores acreanos como ação estratégica para o fortalecimento da economia sustentável do Acre
- ✓ Elevação da base de competências dos trabalhadores do setor produtivo como ação estratégica para o fortalecimento da economia sustentável do Acre
- ✓ Elevar a base de competências dos trabalhadores do setor público como ação estratégica para a melhoria da qualidade dos serviços prestados a sociedade acreana

Metas

- ✓ 30.000 pessoas até 2014 tendo acesso aos cursos de formação e qualificação profissional, alcançando 7% da população economicamente ativa do Estado do Acre
- ✓ Presença de uma Unidade Pública de EPT em cada regional administrativa do Estado do Acre, até 2014

Iniciativas

- ✓ Profissionalização e qualificação da força de trabalho acreana
- ✓ Fortalecimento da política de EPT no Acre

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Percentual da PEA estadual atendida com ações de educação profissional e tecnológica pública e gratuita (ciclo de quatro anos)	6%	2009	Quantidade de pessoas atendidas (cumulado 2011 a 2014) / total da PEA	PEA Acre (IBGE) e dados de atendimento anual do IDM, IFAC e PRONATEC/MEC
Quantidade de vagas ofertadas pelo IDM por 1000 habitantes	11,6	2010	Pessoas por 1000 habitantes	Acre em Números 2011; IBGE

4.3 Programa: Esporte e Lazer

Contextualização

As atividades do esporte e lazer estão segmentadas nas várias áreas de atuação da gestão, em setores sociais que o instrumentalizam para os mais variados fins, como atividades meio ou complementar, principalmente, às políticas de educação e saúde.

No Acre, muito se avançou com relação a esta temática. Em 2000, obteve-se uma grande conquista com a criação e regulamentação da Lei Estadual de Incentivo à Cultura e ao Desporto, que já investiu mais de R\$ 9,3 milhões em cerca de 3.940 projetos esportivos, beneficiando mais de 200 mil pessoas direta ou indiretamente.

Outra iniciativa importante foi à implantação dos Jogos Escolares em 1999 que se consagrou como um dos principais eventos esportivos do Estado. Logo na primeira edição mais de 5 mil alunos participaram da então chamada “Olimpíadas Colegiais” e hoje estima-se que mais de 20 mil estudantes - de todos os municípios - participam de competições em modalidades como vôlei, basquete, futsal, handebol, atletismo, natação, xadrez, tênis de mesa, ciclismo e tae kwon do. Destacando que, muitos atletas já foram revelados e tiveram bons resultados em competições nacionais e internacionais, inclusive em paraolimpíadas escolares.

Outra ação promovida pelo Governo são os chamados “Jogos da Floresta”, que envolve comunidades rurais e da própria floresta e que são realizados desde 2007.

Quanto à infraestrutura desportiva, o Acre dispõe de dois estádios de futebol, a saber:

- ✓ **Arena da Floresta** - Inaugurado em 2006, na cidade de Rio Branco possuindo capacidade para 16 mil espectadores acomodados em cadeiras, podendo ser ampliado para 42 mil;
- ✓ **Arena do Juruá** - Inaugurado em dezembro de 2010 no município de Cruzeiro do Sul com capacidade para 4 mil lugares chegar a 20 mil.

Com a confirmação da Copa do Mundo no Brasil em 2014, o Governo colocou Rio Branco como candidata a uma das 12 vagas para sediar os jogos, disputando diretamente com Manaus-AM e Belém-PA. A proposta do projeto colocava Rio Branco como a

única “Sede Verde” do evento, dentre outros argumentos que a comissão apresentou a FIFA.

O Acre vai investir 22 milhões na construção de um Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE, referência na Amazônia para seleções que irão participar dos jogos mundiais de 2014 nas cidades selecionadas. E também funcionará como um espaço de formação e educação de atletas.

Outro ponto importante para o desporto é a revitalização e a construção de áreas para esporte e lazer, como é o caso das pistas de auto e aeromodelismo em Rio Branco e os parques ambientais urbanos de Brasília, Feijó, Sena Madureira e Rio Branco, dotados de amplos espaços, incluindo áreas para eventos e de alimentação.

Em parceria com instituições públicas e privadas o Governo do Acre vem incentivando a prática do esporte com o desenvolvimento de ações como:

- ✓ Auxílio financeiro aos times de futebol profissional;
- ✓ Patrocínio a atletas acreanos para participar de competições internacionais;
- ✓ Projeto atletismo nas escolas.

O Governo desenvolve ações de promoção ao esporte e lazer, como necessidade básica para a afirmação da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse aspecto, a manutenção, revitalização e adequação de espaços destinados a prática esportiva na capital e no interior, além da contratação de profissional capacitados, são necessárias para a ocupação do tempo livre e educação integral do cidadão.

Objetivo

Ampliar a oferta de condições para a prática de esporte no Estado.

Caracterização

- ✓ Oferta de condições para a prática de esporte no Estado

Meta

- ✓ 19.000 pessoas entre crianças, jovens e idosos atendidos diretamente com atividades esportivas e recreativas

Iniciativas

- ✓ Promoção do Esporte e Lazer

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Porcentagem de alunos participantes da "olimpíadas colegiais"	19,6	2010	%	Relatório de Gestão - SEE

4.4 Programa: Promoção à Saúde

Contextualização

O cuidado com a saúde é uma das principais dimensões a serem trabalhadas no âmbito das ações do Governo. O desafio sempre foi garantir aos acreanos serviços de saúde de qualidade assegurando integridade e equidade na assistência e estimulando a presença da sociedade na gestão do sistema.

A estes desafios somam-se as ações que foram foco dos últimos quatro anos, tal qual o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e estruturação das Redes de Atenção à Saúde nos três níveis de assistência (Atenção Básica, Média e Alta Complexidade).

E para isso, o governo investiu na reestruturação da Maternidade Bárbara Heliodora e do Hospital do Juruá com novos equipamentos, nova estrutura física e principalmente na qualificação dos profissionais para que os atendimentos e serviços sejam prestados de forma mais eficiente e humanizada. Foram implantadas duas Unidades de Pronto Atendimento - UPAs e o Hospital de Urgência e Emergência (antigo Pronto Socorro) está sendo ampliado e reformado. Até agosto de 2011 o número de atendimentos no HUEB (54.212 atendimentos) já havia superado o do ano anterior.

Outro aspecto relevante em relação à promoção da saúde no Estado é a realização do projeto Saúde Itinerante Cuidando dos Seus Olhos, ação específica para problemas oftalmológicos. Em setembro/2011, dez mil pessoas já haviam sido submetidas a cirurgias para a remoção da catarata e outras cinco mil cirurgias oftalmológicas de outra natureza, com a realização de 70 mil consultas.

Além disso, o Governo do Estado vem fortalecendo a gestão do sistema, com ênfase na regionalização e descentralização dos serviços, bem como na implementação de mecanismos efetivos de regulação, controle e avaliação. A garantia de um serviço de qualidade vem sendo buscada através da qualificação da atenção à saúde, ampliação da capacidade de gestão das unidades e principalmente humanização do atendimento.

A rede assistencial do Estado está organizada em três regionais de saúde: Regional do Juruá/Tarauacá e Envira (Cruzeiro do Sul), Baixo Acre (Rio Branco) e Alto Acre (Brasiléia), que serão focos dos investimentos às unidades que oferecem suporte à rede assistencial da regional e estadual.

A reorganização, reestruturação e ampliação desta rede para atendimento resolutivo e que considere as necessidades da população são foco do trabalho em saúde, que deve estar permeado por princípios de humanização e de qualidade no atendimento ao cidadão.

No que se refere à atenção básica em saúde, o Governo vem assessorando, apoiando e acompanhando os municípios na implantação da Estratégia de Saúde da Família, expandindo o número de equipes e, consequentemente, ampliando a cobertura populacional com atendimento das Equipes de Saúde da Família. Um desses exemplos é o Programa Saúde da Família - PSF com estratégia móvel, uma ação inovadora que objetiva garantir o atendimento básico de saúde às famílias daquelas comunidades localizadas em regiões de difícil acesso.

A cobertura do PSF no Brasil e no Acre vem crescendo desde 1999 (o programa foi criado em 1998). Embora a cobertura no Acre seja superior à do país e da média regional, ainda há muito o que crescer pois cerca de 35% da população permanece sem atendimento do programa e a taxa de crescimento desta cobertura nos últimos anos foi pequena, apresentando uma tendência à estabilidade (gráfico 41).

Gráfico 41 - Percentual da população coberta pelo PSF Brasil, Norte e Acre, 1999 - 2011.



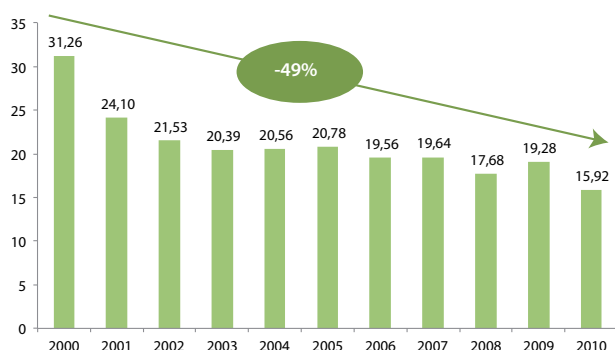
Fonte: MS/Pacto de Atenção Básica.

A despeito dessa cobertura, na última década, o Estado do Acre vem alcançando importantes avanços em relação à situação de saúde de sua população e essas melhorias passam, em grande medida, pela melhor assistência à gestante e ao recém-nascido.

Políticas integradas como informação e educação em saúde, atenção básica e qualificação de profissionais, a implantação de duas UTI neonatais,

uma em Cruzeiro do Sul (Maternidade/Hospital da Criança do Juruá) e outra em Rio Branco (Maternidade Barbara Heliodora), tem impactado positivamente os indicadores, tal qual a mortalidade infantil, conforme ilustração no gráfico 42.

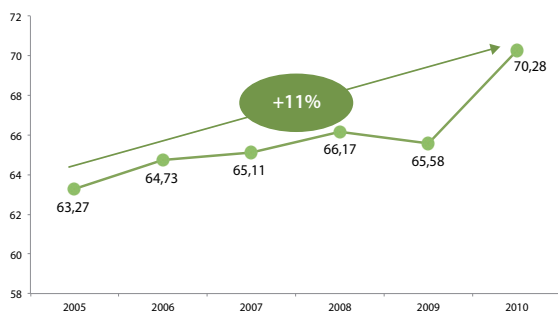
Gráfico 42 - Taxa de Mortalidade Infantil/1.000 nascidos vivos no Acre, 2000-2010.



Fonte: MS/DATASUS/SINASC/SIS.

Outro importante aspecto diz respeito ao atendimento das gestantes do Estado. Somente nas comunidades isoladas e de difícil acesso do Estado já foram realizados 4.837 consultas de pré-natal entre 2010 e 2011. Essas e outras ações com o mesmo escopo têm sido responsáveis pela elevação da proporção de nascidos vivos de mães com 4 e 7 ou mais consultas pré-natal, conforme gráfico 43.

Gráfico 43 - Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 4 ou mais Consultas Pré-Natal no Acre, 2005 - 2010.



Fonte: MS/DATASUS/SINASC/SIS.

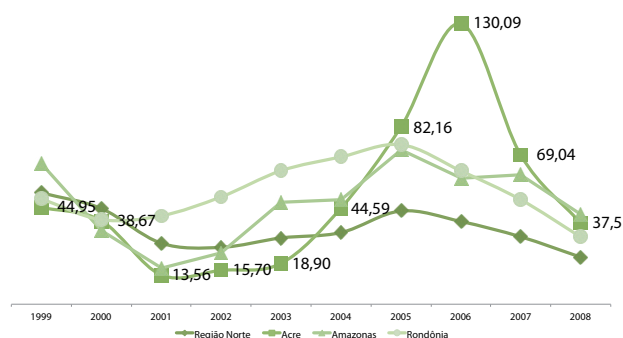
O Estado vem alcançando importantes avanços em relação aos indicadores de saúde. Prova disso são os dados relativos à mortalidade infantil, que vem caindo desde 1999. Em 2000 a taxa era de 31,26%, diminuindo para 15,92% em 2010. O Acre assinou o Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil, um compromisso junto ao Governo Federal para acelerar a redução das desigualdades no Nordeste e na Amazônia Legal.

O Acre tem uma rede de saúde com foco na melhoria da qualidade da assistência e um dos desafios do Governo do Estado é continuar reduzindo os índices de mortalidade infantil e materna, isso inclui o pré-natal de qualidade, a identificação das gestações de risco, a realização de partos humanizados, o acompanhamento especializado de bebês prematuros e assistência médica até um ano de vida. O PROACRE permitiu que as pessoas que vivem em áreas isoladas tenham acesso aos serviços de saúde. Com isso, as mulheres grávidas têm acesso a consultas médicas ambulatoriais e ao pré-natal, bem como o aumento de sobrevivência de recém-nascidos com baixo peso, uma vez que terão um atendimento qualificado.

A despeito dessas melhorias existem alguns pontos que ainda necessitam de uma grande atenção por parte do poder público e estão em geral ligados a questões epidemiológicas oriundas de vetores naturais como a Malária e a Dengue.

A despeito das diferenças de magnitude, nota-se uma semelhança no comportamento das curvas das médias estaduais, ou seja, os períodos de crescimento e decréscimo da IPA ocorrem em anos iguais ou próximos. Esta característica pode decorrer da influência que fatores climáticos e ambientais comuns a estes Estados exercem sob a intensidade de disseminação da doença (gráfico 44).

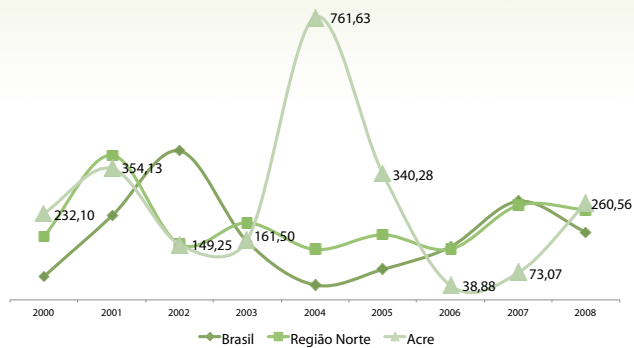
Gráfico 44 - Índice Parasitário Anual - IPA da Malária, 1999 - 2008.



Fonte: MS/SVS-SINAM.

Semelhante à malária, a dengue tem causado preocupação à sociedade. A incidência dela no Acre tem apresentado flutuações ao longo dos anos. Com isso, o Estado se posiciona ora acima, ora abaixo da média nacional e regional, dificultando a identificação de um padrão de flutuação. Mesmo assim, fica claro que a incidência de dengue não é um fator sob controle na sociedade acreana, nem na brasileira (gráfico 45).

Gráfico 45 - Taxa de Incidência de Dengue por 100.000 habitantes, 2000 - 2008.



Fonte: MS/SVS-SINAM.

Reconhecendo os avanços e os desafios a serem vencidos pelo Governo foram definidos programas e metas para guiar as políticas voltadas a esta área de resultado, com o cumprimento das metas nacionais estabelecidas e pactuadas com o Ministério da Saúde.

Objetivo

Ampliar o acesso aos serviços de saúde, elevar a qualidade e humanizá-los permitindo a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações, mediante a promoção, proteção e recuperação, a equidade na atenção, o aprimoramento dos mecanismos de financiamento, a redução das desigualdades regionais e provimento dos serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Caracterização

- ✓ Promoção da gestão eficiente do sistema público de saúde
- ✓ Redução da mortalidade materna e infantil, com foco na mortalidade neonatal de 0 a 27 dias
- ✓ Ampliação da cobertura e conferência de resolutividade aos serviços de saúde do Estado
- ✓ Redução da mortalidade e desencadeamento de ações de mitigadoras de risco e agravo à saúde

Metas

- ✓ 20% da população maior que 50 anos e do público escolar do programa Brasil Alfabetizado atendidos anualmente com serviço de oftalmologia através de ações itinerantes

- ✓ 25% de ampliação, ao ano, das ações de controle do câncer de colo de útero do programa saúde itinerante, para a população feminina de 25 a 59 anos e à população residente
- ✓ 08 unidades de saúde construídas (01 hospital, 03 upas, 01 maternidade, 01 casa de parto, 02 Centro de Atenção Psicossocial - CAPS - AD)
- ✓ 121.716 consultas médicas básicas ofertadas para populações beneficiárias de comunidades isoladas
- ✓ 15% de ampliação, ao ano, do número de procedimentos do centro especializado de odontologia (de 11.371 para 19.886)
- ✓ Redução de 51,6 para 27,6 o Índice Parasitário Anual - IPA de malária

Iniciativas

- ✓ Fortalecimento da Atenção à Saúde
- ✓ Promoção de Excelência na Gestão
- ✓ Redução da Mortalidade Materna e Infantil
- ✓ Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Taxa de Cobertura do PSF	63,3	2009	%	MS/DATASUS
Coeficiente de Mortalidade Infantil	19,96	2009	Por 1000 nascidos vivos	MS/DATASUS
Índice Parasitário Anual da Malária - IPA	39,77	2009	Exames positivos por 1000 hab.	MS/SIVEP - Malária

4.5 Programa: Segurança Pública

Contextualização

A segurança pública vem sendo considerada como uma das ações fundamentais no modelo de gestão adotado pelo Governo do Estado. As diretrizes empregadas concentram-se em esforços contra a criminalidade e melhoria na qualidade da segurança, através da aplicação de medidas de prevenção, orientação e coerção de ações danosas aos interesses da população.

Para isso, a política pública de segurança do Acre vem operando com integração e participação de todos os órgãos de segurança e demais instituições de defesa social, com foco nos territórios de maior vulnerabilidade e incidência de violência/criminalidade e da descentralização, onde são construídos pactos com a sociedade civil.

Visando centralizar os esforços e direcionar as ações para todos os municípios, o Estado está implementando modalidades de operações de prevenção da criminalidade e repressão qualificada, otimizando/racionalizando os recursos humanos, materiais e financeiros em 3.400 operações policiais integradas.

No que tange as vulnerabilidades do Estado, um dos principais fatores de risco são as drogas ilícitas. De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde (2008) a área de cultivo de coca aumentou 4% no Peru e 6% na Bolívia. Vale destacar que a fronteira seca do Acre com esses países são de 618 km com a Bolívia e 1.350 km com o Peru. Conforme informações da Polícia Federal, cerca de 90% das drogas apreendidas no Acre vem do Peru.

Em relação à redução dos índices de criminalidade, nota-se que o valor da Taxa de Homicídios (100 mil/hab.) no primeiro semestre de 2011, foi a menor dos últimos sete anos (gráfico 46). Isso indica que apesar do crescimento verificado em período recente, as ações estruturantes adotadas já vêm surtindo efeito positivo, assim como outros indicadores que também demonstraram esta tendência.

Com relação à média de ocorrências de furtos, apesar da elevação de 12,19% em 2011 frente ao mesmo período de 2010, ambos os valores são inferiores ao verificado nos 5 anos anteriores (gráfico 47). Sabe-se que cerca de 50% dos crimes realizados

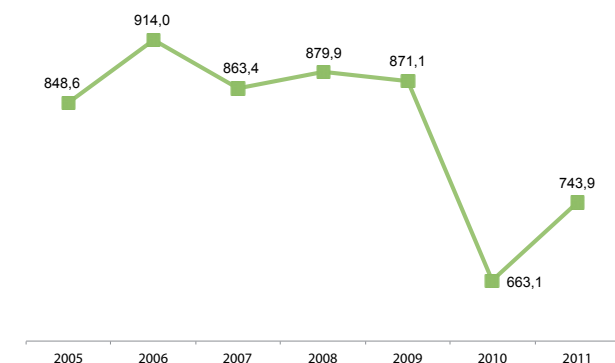
no Acre acontecem em Rio Branco, isso é natural tendo em vista que o município conta com 45,80% da população e tem uma dinâmica de cidade de médio porte.

Gráfico 46 - Evolução da Taxa de Homicídios (em 100 mil/hab.) no Acre, nos meses de janeiro a julho, 2004 a 2011.



Fonte: SESP/AC.

Gráfico 47 - Média de Ocorrências/Mês de Furtos na cidade de Rio Branco-AC entre os meses de janeiro a julho, 2005 - 2010.

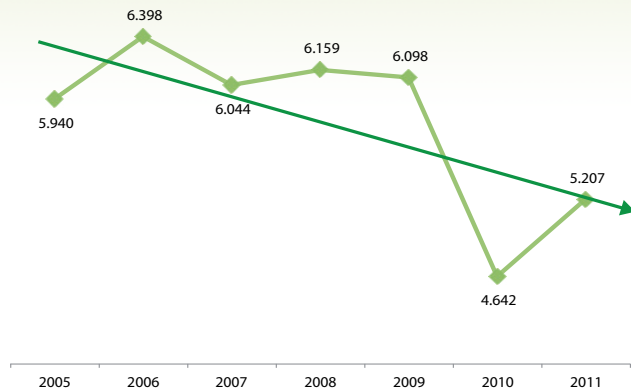


Fonte: SESP/AC.

No primeiro semestre de 2011, o número de furtos na cidade de Rio Branco foi 12,17% superior ao mesmo período de 2010. Por outro lado, este valor em 2010 foi o segundo menor dos últimos seis anos. A linha tendência aponta na direção de uma redução destes números para os próximos anos, conforme expressa o gráfico 48.

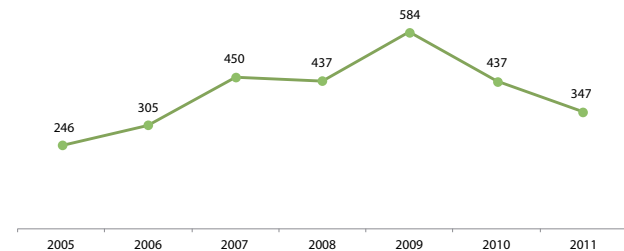
A inversão de tendências na incidência de crimes também pode ser observada quando se trata de roubos. No primeiro semestre de 2011, o número de roubos foi 20,59% inferior ao valor de 2010, enquanto que em 2010 foi 40,58% menor que 2009 (gráfico 49).

Gráfico 48 - Evolução do Número de Furtos em Rio Branco, janeiro a julho, 2005 - 2010.



Fonte: SESP/AC.

Gráfico 49 - Taxa de Roubo em Rio Branco (por 100 mil hab.) de janeiro a julho de 2005 a 2011.



Fonte: SESP/AC.

A melhoria dos indicadores aumenta a sensação de segurança entre os cidadãos. Prova disso, foi o resultado da pesquisa realizada pelas secretarias de Segurança e de Articulação Institucional. No período de janeiro a julho de 2011, 68% dos rio-branquenses consideraram que houve melhoria nos serviços prestados pelas polícias na zona urbana da capital.

A análise teve como objetivo avaliar o grau de satisfação e a sensação de segurança da população em relação aos serviços prestados pelos órgãos de segurança pública nas cinco regionais urbanas da capital acreana.

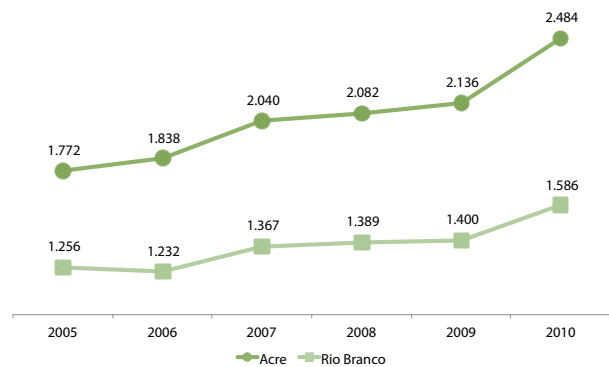
No Brasil, 39,7% das mortes por assassinato são de jovens entre 16 e 24 anos. No Acre, o número de pessoas entre 15 e 29 anos representa 29,3% da população (Censo 2010). Em 2009, os jovens nessa faixa etária foram autores de 24% dos homicídios consumados e representaram 41% das vítimas, refletindo a necessidade de atenção especial aos jovens, através de políticas públicas direcionadas.

Outro aspecto refere-se à redução e prevenção de acidentes de trânsito. A exemplo do Brasil, a frota de veículos no Acre cresceu bastante. Entre 2006-

2010, a elevação da frota acreana praticamente dobrou (98,8%), impulsionada pela elevação da renda média da população e das melhores condições de crédito.

Diante de um número maior de veículos em circulação o número de acidentes de trânsito cresceu 40,18% no Estado e de 26,27% na capital Rio Branco, entre 2005-2010, demonstrado no gráfico 50. De forma que, a diminuição deste tipo de evento tornou-se um dos grandes desafios do poder público para os próximos anos.

Gráfico 50 - Número de acidentes de trânsito com feridos no Acre e Rio Branco, 2005 - 2010.



Fonte: SESP/AC.

Por outro lado, há a questão da violência contra a mulher. No Acre, dados de 2009 revelam que aproximadamente 60% das lesões corporais registradas foram praticadas contra mulheres. A maioria dos registros nas delegacias refere-se à violência doméstica, praticada em residência e motivada por elevado grau alcoólico do agressor. Até o final de novembro de 2010, 64,2% das notícias-crime de lesão corporal (3.137 registros) tinham as mulheres como vítimas, sendo que 68% dos autores eram do sexo masculino. Para fazer frente a esta problemática o Governo do Estado investiu na reformulação da Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher - DEAM e na estruturação de rede de assistência às mulheres vítimas de violência.

Sabe-se que os indicadores de violência e criminalidade refletem uma condição de desenvolvimento. O enfrentamento a esta questão deve incluir não apenas ações de mudança de paradigma da atuação policial com a construção de uma polícia moderna, cidadã, voltada para a comunidade.

Este policiamento deve ser bem equipado, tecnicamente competente e investigativo, criando e incentivando ações integradas de diversos órgãos governamentais e não-governamentais, voltadas para a construção de uma cultura de paz e da melhoria

efetiva das condições de existência das comunidades economicamente mais carentes, em termos de saúde, educação, saneamento básico, urbanização, direitos humanos, dentre outros.

Alinhada à política do Governo Federal, a política estadual de segurança pública do Acre está orientada pelas seguintes diretrizes metodológicas:

- ✓ Direitos Humanos e eficiência policial são compatíveis entre si e mutuamente necessários
- ✓ Ação social preventiva e ação policial são complementares e devem combinar-se na política de segurança
- ✓ Polícias são instituições destinadas a servir aos cidadãos, protegendo direitos e liberdades, inibindo e reprimindo, portanto, suas violações
- ✓ Às polícias compete fazer cumprir as leis, cumprindo-as
- ✓ Policiais são seres humanos, trabalhadores e cidadãos, titulares, portanto, dos Direitos Humanos e das prerrogativas constitucionais correspondentes às suas funções
- ✓ O Sistema de Justiça Criminal deve ser democrático e justo, isto é, orientado pela equidade, acessível a todos e refratário ao exercício violento e discriminatório do controle social.
- ✓ O novo modelo de Segurança Pública está pautado pelos seguintes princípios:
- ✓ Profissionalização da gestão
- ✓ Ampliação do controle pelo Estado das atividades sensíveis da segurança pública
- ✓ Fortalecimento da integração interinstitucional (dentro e fora do Executivo)
- ✓ Ampliação da eficiência do serviço prestado e a geração do benefício e satisfação da população

Objetivo

Reduzir os índices de violência e criminalidade e aumentar a sensação de segurança da população.

Caracterização

- ✓ Fortalecimento da inteligência no combate ao narcotráfico
- ✓ Redução da violência e dos acidentes de trânsito no Estado
- ✓ Prevenção e redução das situações de risco dos eventos adversos
- ✓ Ampliar o acesso as Políticas Públicas para jovens em situação de vulnerabilidade social

- ✓ Garantia de um atendimento de qualidade para a ressocialização dos reeducandos das unidades de recuperação do Estado
- ✓ Redução das oportunidades da prática de violência e criminalidade e dos crimes violentos contra a vida e o patrimônio, com vistas a atingir uma taxa de homicídios por 100.000 habitantes por ano inferior a taxa nacional
- ✓ Garantia do atendimento socioeducativo com base nos parâmetros estabelecidos pelo ECA e SINASE, com vistas a reduzir os índices de atos infracionais cometidos por adolescentes e jovens, contribuindo para a redução da violência no Estado do Acre

Metas

- ✓ 1.185 vagas ampliadas nas unidades prisionais
- ✓ 05 novos Centros Socioeducativos implantados
- ✓ 200 turmas de alunos das escolas públicas e particulares contempladas com o PROERD
- ✓ 05 núcleos especializados de repressão a entorpecentes criados para atendimento aos municípios do interior

Iniciativas

- ✓ Segurança no Trânsito
- ✓ Prevenção e Respostas a Eventos Adversos
- ✓ Prevenção e Repressão Qualificada ao Crime
- ✓ Promoção de Segurança e Direitos Humanos no Sistema Prisional
- ✓ Ampliação do Acesso as Políticas Públicas para Jovens em Situação de Extrema Vulnerabilidade Social

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Taxa de Homicídios	26,4	2010	Por 100 mil hab.	SESP/AC
Taxa de Acidentes no Trânsito com vítimas fatais	19,1	2010	Por 100 mil hab.	SESP/AC

5. EIXO GESTÃO PÚBLICA



O Governo do Acre obteve avanços expressivos na condução da Administração Pública, principalmente no tocante ao aperfeiçoamento das ferramentas de gestão e sistemas de informação (monitoramento dos indicadores e mensuração de resultados), reaparelhamento da máquina estatal, contratação de novos servidores, treinamentos e formação do quadro de pessoal.

A modernização das estruturas físicas e dos serviços públicos foi imprescindível para obtenção dos resultados e a colocação do Acre no rol dos Estados amazônicos com melhor conceito no gerenciamento de projetos e execução de políticas públicas.

Essa condição facilitou a elaboração dos instru-

mentos de planejamento e coordenação das políticas de Governo que passaram a obter níveis de efetividade elevada, garantindo entre outros resultados: a CONFIANÇA dos organismos de crédito e instituições financeiras nacionais e internacionais, a CREDIBILIDADE e estabilidade política, técnica e financeira, e a manutenção de níveis elevados de INVESTIMENTOS e parcerias com órgãos de todas as esferas de Governo.

Os novos desafios estão pautados na condução de uma política pública que não só garanta os resultados da gestão, mas que o atinja por meio do uso eficaz dos recursos financeiros e uma forte participação popular, atendendo de maneira integral as necessidades básicas da sociedade.

5.1 Programa: Comunicação e Tecnologia da Informação

Contextualização

O Governo do Estado vem aperfeiçoando e consolidando os sistemas de informação da administração pública, modernizando a atuação dos órgãos na relação interna e com o cidadão, apresentando ganhos notáveis em segurança, comodidade e agilidade no serviço público.

Nesse sentido, o foco é a transparência do processo de comunicação das ações governamentais, somada à necessidade de esclarecimento e comprometimento dos servidores públicos para a plena eficácia da gestão pública.

As principais realizações do Governo na área de Comunicação e Tecnologia da Informação foram:

- ✓ Criação de emissoras de rádio e TV
- ✓ Criação e aperfeiçoamento do Portal do Governo
- ✓ Ampliação do acesso do cidadão à rede mundial de computadores através do projeto de inclusão digital denominado “Floresta Digital”, que tem como premissa disponibilizar sinal de internet gratuitamente em todo o território acreano
- ✓ Inserção de telecentros em todos os municípios

O Sistema Público de Comunicação do Acre é composto principalmente por: TV Aldeia, Rádio Aldeia FM, Rádio Difusora Acreana, Portal do Governo (www.ac.gov.br) e o site Agência de Notícias do Acre (www.agencia.ac.gov.br).

Nos telecentros são oferecidos cursos e oficinas com enfoque em cidadania, segurança na internet, uso das redes sociais, valorização da cultura local, comércio eletrônico, uso e conhecimento dos softwares livres. Entre janeiro de 2010 a agosto de 2011 foram realizados 59.739 cadastros e mais de 167 mil acessos distribuídos nos municípios do Acre.

Na área da tecnologia da informação os avanços foram significativos, com a modernização da gestão pública e do parque tecnológico de processamento e armazenamento, o que permitiu a dinamização

dos processos no atendimento ao cidadão, minimizando a burocracia.

Os principais desafios para o Governo na área de TI e comunicação são: (i) a consolidação da política de modernização dos processos e procedimentos administrativos, por meio do estabelecimento e utilização do conjunto de políticas e normas técnicas, que regulamentam o uso da tecnologia da informação e comunicação na interoperabilidade de serviços, prestando atendimento mais rápido e unificado ao cidadão; e, (ii) o fortalecimento do Floresta Digital, por intermédio da disponibilização de uma infraestrutura para tráfego de dados, voz e vídeo, utilizando-se de uma solução híbrida, através do uso de enlaces de fibra ótica, de rádio e de operadoras de telecomunicação, construindo uma comunicação mais participativa e sem fronteiras.

Objetivo

Universalizar o acesso à comunicação e a sistemas de informações, estreitando cada vez mais a sua relação com o governo, assegurando a prestação contínua e regular dos serviços de telecomunicação, com alta disponibilidade, confiabilidade e segurança, reduzindo os gastos e fortalecendo a implantação de redes internas de informação e telecomunicação, principalmente, no interior do Estado, elevando significativamente a qualidade das soluções tecnológicas do Poder Público.

Caracterização

- ✓ Implantação de infraestrutura digital entre todos os municípios do Estado
- ✓ Consolidação do projeto Floresta Digital (atender localidades urbanas fora das sedes municipais)
- ✓ Articulação para incluir o Estado do Acre no Plano Nacional de Banda Larga
- ✓ Estabelecimento de Parcerias Públicas e/ou Público-Privadas para solução de problemas de comunicação no Acre

- ✓ Implantação e integração de sistemas de informação e plataformas de gestão pública, para garantir unicidade e disponibilidade
- ✓ Normatização de padrões e procedimentos técnicos para a interoperabilidade e utilização de serviços de tecnologia da informação e comunicação

Metas

- ✓ Implantação de um telecentro móvel
- ✓ Ampliação e melhoria da qualidade do sinal de rádio e TV do Sistema Público de Comunicação em sete municípios

Iniciativas

- ✓ Fortalecimento da democratização do acesso à comunicação
- ✓ Fortalecimento da qualidade das soluções tecnológicas do poder público

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Percentual de domicílios com televisão	90,4	2009	%	IBGE/PNAD
Percentual de domicílios com computador com acesso à internet	22,2	2009	%	IBGE/PNAD

5.2 Programa: Humanização da Gestão Pública

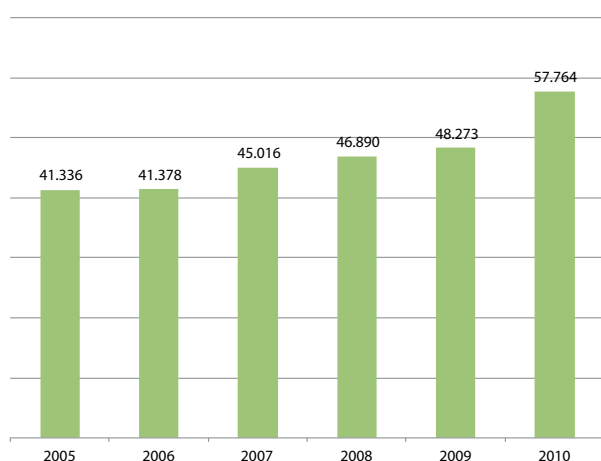
Contextualização

A partir de 1999, o Governo do Acre iniciou um processo de motivação do servidor público. Para tanto, uma das prioridades do Estado foi assegurar a regularidade e pontualidade no pagamento de salários e criar uma política de valorização de carreiras, mediante acordo com sindicatos que culminaram na elaboração de Planos de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS para os servidores das áreas de Saúde, Educação, Segurança, Administrativo, entre outras.

A folha de pagamento que em 1998 era de R\$ 22 milhões passou para cerca de R\$ 105 milhões/mês (julho/2011), impactada pela política de valorização dos servidores públicos, abertura de concursos públicos (nível médio e superior) e aumento da receita, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

O aumento na folha de pagamento é demonstrado através do gráfico 51, que evidencia o crescimento anual do número de empregos formais na Administração Pública ao longo dos últimos anos.

Gráfico 51 - Número de empregos em 31 de dezembro na Administração Pública, 2005 - 2010.



Fonte: MTE/RAIS.

O Governo do Acre vem investindo em capacitação e profissionalização dos servidores, buscando proporcionar um ambiente de trabalho adequado e atendimento humanizado ao cidadão.

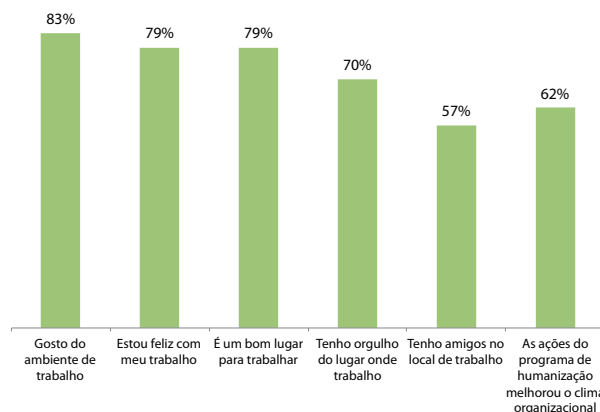
Além disso, estão em curso a execução de uma

série de ações e atividades lúdicas, artísticas e esportivas voltadas a integração e sensibilização dos servidores. A proposta é tornar o ambiente de trabalho mais agradável.

A Secretaria Adjunta de Humanização da Gestão Pública realizou, no período de 18 a 22 de julho de 2011, uma Pesquisa Piloto de Clima Organizacional junto aos servidores da Secretaria de Estado da Gestão Administrativa - SGA, com a finalidade de identificar o nível de satisfação dos colaboradores no trabalho. O estudo será ampliado aos demais servidores públicos estaduais.

Embora restrita à SGA, a pesquisa representa uma amostragem do servidor público e aponta dados interessantes que devem ser observados na construção dessa política de humanização da gestão pública, conforme ilustração no gráfico 52.

Gráfico 52 - Pesquisa piloto de clima organizacional - SGA, 2011.



Fonte: Secretaria Adjunta de Humanização/2011.

As diretrizes das políticas do Governo são continuar valorizando o ser humano, com o intuito de proporcionar um maior bem estar aos servidores e melhorar a qualidade de atendimento ao cidadão. Tais medidas incluem a capacitação continuada, participação na tomada de decisão e a cooperação solidária nas atividades profissionais. De forma que, estarão presentes os conceitos de gestão por competência e uso de ferramentas de avaliação de desempenho.

Objetivo

Promover a cidadania, a integração, sensibilização e motivação de gestores, servidores e usuários com foco na humanização do servidor, promovendo a consequente melhoria do atendimento.

Caracterização

- ✓ Incentivos para o ambiente e a prestação do serviço público se tornarem mais humanizados
- ✓ Estimulação, sensibilização e motivação gestores, servidores e usuários para tornar o serviço público mais humanizado
- ✓ Promoção do relacionamento interpessoal e o atendimento interno e externo mais humanizado
- ✓ Inserção no dia a dia das entidades e órgãos, práticas de melhoria da qualidade de vida no trabalho
- ✓ Estimulação da construção do senso de pertencimento dos servidores em relação ao serviço público, entidades e órgãos, construindo atitudes, como proatividade e responsabilidade social, cidadã e ambiental

Meta

- ✓ 40% dos órgãos e entidades inseridos na rotina de maneira direta ou indireta, a realização de atividades artísticas e lúdicas, como estratégia de melhoria do clima organizacional

Iniciativas

- ✓ Fortalecimento humanização na gestão pública

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Percentual de servidores que tem orgulho do ambiente de trabalho	70	2011	%	SGA

5.3 Programa: Formação e Capacitação de Servidores Públicos

Contextualização

O Governo vem proporcionando oportunidades e melhorias na formação e capacitação de seus servidores, com a oferta de cursos de extensão, graduação e pós-graduação.

Em 2009, o Governo em parceria com o Tribunal de Contas do Estado - TCE e outras instituições, ofereceu curso de MBA em Gestão Pública, com ênfase no controle externo para mais de 4 mil servidores.

A partir de 2011 serão ofertados cursos de formação técnica em serviço público para servidores municipais de prefeituras acreanas, realizado através de parcerias entre Governo do Estado, Instituto Dom Moacyr, Ministério Público do Estado, Controladoria Geral do Estado, Controladoria Geral da União, Tribunal de Justiça do Estado, prefeitura de Rio Branco e Tribunal de Contas da União.

Além destes incentivos, o Governo propõe o fortalecimento da Fundação Escola do Servidor Público do Estado do Acre – FESPAC, cuja missão é desenvolver um serviço público de excelência ao cidadão.

Com o intuito de potencializar as habilidades de cada servidor público será realizado o mapeamento das competências (áreas de atuação) dos servidores do Estado, a fim de disponibilizar cursos de qualificação para as secretarias de Governo.

te se deslocar para acessar qualquer benefício ou informação

Metas

- ✓ 1.800 vagas de cursos presenciais e a distância ofertadas

Iniciativas

- ✓ Incentivos à capacitação e formação dos servidores

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Percentual de servidores públicos da Segurança Pública que fizeram algum curso de formação/capacitação	29,1	2010	%	SESP/AC

Objetivo

Criar programas de capacitação/formação dos servidores que potencialize as habilidades outrora apreendidas para melhor servirem ao cidadão nas diversas áreas da gestão.

Caracterização

- ✓ Incentivos à capacitação e formação dos servidores que potencialize as habilidades outrora apreendidas para melhor servirem ao cidadão nas diversas áreas da gestão
- ✓ Nivelamento as informações sobre a política de Gestão de Pessoas em todos os órgãos do Estado, de forma que o servidor não necessi-

5.4 Programa: Inovação da Gestão

Contextualização

No processo de modernização administrativa, o Governo do Acre vem desenvolvendo políticas e instrumentos jurídicos capazes de otimizar os recursos aplicados na manutenção da máquina pública, bem como a informatização dos órgãos, obtendo-se ganhos de eficiência em seus processos administrativos, financeiros, produtivos e de prestação de serviços.

Em seu Programa de Inovação da Gestão as novas iniciativas do Governo do Estado estão relacionadas ao:

- ✓ Controle
- ✓ Governo eletrônico
- ✓ Gestão de pessoas
- ✓ Modernização do arquivo público
- ✓ Implantação e gerenciamento do modelo de gestão do Governo do Acre 2011-2014
- ✓ Serviços e gestão da Procuradoria Geral do Estado – PGE
- ✓ Excelência no atendimento ao cidadão

Quanto à gestão na área de finanças públicas, o Acre conseguiu chegar ao patamar de um dos melhores estados do Brasil no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal - PAF. Diferentemente da realidade do Estado até 1998, quando os salários dos servidores e pagamentos dos fornecedores estavam atrasados e a arrecadação de impostos representava menos de 10% do total das receitas.

Atualmente, o Estado conseguiu minimizar a sua dependência em relação aos recursos federais, com a ajuda da mudança na sistemática de lançamento dos impostos e a motivação dos servidores da área de tributação, gerando maior participação no volume de receitas. Em 1999, a proporção da receita oriunda do governo federal era de 83% e, em 2011, este percentual baixou para 71%. No mesmo período, em valores globais, o orçamento anual do Estado passou de R\$ 536 milhões para R\$ 3,8 bilhões.

No período de 2005-2010, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS cresceu em torno de 74%. Saindo de uma cifra de R\$ 331 milhões para R\$ 575 milhões.

O equilíbrio das contas públicas serviu ainda para a abertura de novas contratações de financiamentos do Estado junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, contribuindo para o aumento dos investimentos públicos e impulsionando o crescimento da economia local.

Por outro lado, também cresce o montante destinado a manutenção da Administração Pública. E, para tanto, a gestão tem investido paralelamente no controle deste processo, aliado as novas tecnologias para um melhor resultado.

Outra área interessante em matéria de inovação são as Centrais de Serviço Público chamadas de OCA. Espaço que reúne mais de 500 serviços ao cidadão, distribuídos entre 26 órgãos das esferas municipal, estadual e federal, localizados nos municípios de Rio Branco e Xapuri.

Para alcançar a excelência no atendimento ao cidadão, as OCAs oferecem ao seu usuário o “Balcão Multisserviços” onde é possível requisitar vários serviços a um único atendente, economizando tempo. Outra novidade implantada é o Cadastro único, que serve de base para todos os órgãos, agilizando o atendimento e evitando que a pessoa atendida presen- te às mesmas informações várias vezes.

Além do mais, disponibiliza-se um Guia do Usuário que abrange todos os serviços oferecidos na Central e no Estado, informando aos interessados como proceder (horários de atendimento, documentação necessária, pagamento de taxas, dentre outros). Para se ter uma dimensão do projeto, de dezembro/2010 a setembro/2011 foram registrados mais de um milhão de atendimentos na OCA Rio Branco.

Tendo em vista as diversas ações acima mencionadas, o desafio para os próximos anos consiste em garantir o exercício da cidadania universalizando, desburocratizando e democratizando o acesso do cidadão ao serviço e as informações de caráter público.

Objetivo

Buscar a contenção do crescimento tendencial do custeio administrativo dos órgãos da administração pública direta e indireta, aliando inovação e dinamização na gestão.

Caracterização

- ✓ Redução dos gastos públicos com telefonia fixa e móvel
- ✓ Otimização e redução dos gastos, bem como agilização dos processos decisórios da gestão
- ✓ Redução de consumo de energia elétrica nos prédios e logradouros públicos estaduais
- ✓ Diminuição do prazo de tramitação dos processos tributários e ambientais nos municípios do interior do Estado
- ✓ Otimização dos gastos com despesas e investimentos de forma que o custo incorrido viabilize o resultado esperado

Meta

- ✓ 95% de satisfação do cidadão relacionado à aprovação dos serviços prestados na Central de Serviço Público OCA de Rio Branco e Xapuri

Iniciativas

- ✓ Incentivos à inovação da gestão

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Despesas efetuadas no grupo de natureza da despesa - investimentos	1.096.715.381,43	2010	R\$	Balanco Geral do Estado - SEFAZ

5.5 Programa: Modernização da Gestão Fazendária

Contextualização

Em busca de implementar um conjunto de medidas que estimulem a formalização e permitam o desenvolvimento mais equilibrado no que diz respeito ao financiamento dos serviços públicos, tem-se hoje um conjunto de regras que representa obstáculos à produção, sobrecarrega a carga fiscal e cria entraves à harmonia necessária ao funcionalismo.

Nesta temática, têm-se a necessidade de modernizar o sistema tributário sob o prisma da simplificação, racionalidade e equidade, utilizando-se da tecnologia da informação para atingir maior eficiência em respeito ao contribuinte.

As ações relativas ao equilíbrio fiscal das contas públicas devem efetivar-se, por meio da administração eficiente da dívida pública estadual e da otimização da arrecadação das receitas correspondentes aos haveres financeiros. Tais medidas alimentam os fundamentos macroeconômicos para a continuidade das políticas de inclusão social e promoção da economia local.

Desta forma, o Programa de Modernização da Gestão Fazendária alavancará uma nova fase nas relações entre o fisco e os contribuintes através da implementação de novas tecnologias como resposta às necessidades da sociedade globalizada.

Neste cenário, uma das principais soluções instituídas oficialmente pelo governo é o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, que substitui a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais, feita em papel, por documentos eletrônicos validados em todo o território nacional. Este sistema proporcionará ainda a(o):

- ✓ Integração das instituições tributárias nas três esferas de poder, que passarão a compartilhar seus bancos de dados
- ✓ Racionalização das obrigações acessórias dos contribuintes
- ✓ Combate à sonegação fiscal;
- ✓ Aumento da arrecadação;
- ✓ Cadastro Sincronizado, que vem atender as exigências da Lei que instituiu o Estatuto Na-

cional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Entre outras ações complementares o projeto do Estado do Acre ainda inclui um redesenho dos procedimentos fiscais e administrativos, a revisão da legislação estadual, a padronização do atendimento e uma readequação da infraestrutura da SEFAZ.

Objetivo

Modernizar os mecanismos de gestão fazendária, disseminando na administração pública o uso de tecnologias avançadas de informação e comunicação, aumentando a eficiência e a produtividade dos servidores, bem como ampliando a base de arrecadação estadual, garantindo maiores investimentos em áreas estratégicas da gestão governamental.

Caracterização

- ✓ Fortalecimento das capacidades gerenciais, normativas, operacionais e tecnológicas, desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de informação, serviços e processos
- ✓ Garantia de cooperação permanente do Estado com os municípios e com os órgãos da administração pública federal, principalmente a Receita Federal

Metas

- ✓ 02 unidades móveis de fiscalização adquiridas
- ✓ Dotação de estrutura tecnológica (equipamentos de informática e licenças de sistemas) para a SEFAZ
- ✓ 18 treinamentos realizados, visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento do quadro de pessoal, potencializando as suas competências

Iniciativas

- ✓ Modernização dos procedimentos e rotinas fazendárias

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Porcentagem da Receita Tributária na composição do total das receitas	16,21	2010	%	Balanço Geral do Estado - SEFAZ

5.6 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Legislativo: Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC e Tribunal de Contas do Estado - TCE

5.6.1 Programa: Comunicação e divulgação

Contextualização

A sociedade moderna tem como uma de suas maiores características a tecnologia e a informação aliadas num processo dinâmico e intenso de comunicação. Esse processo de comunicação é fundamental para a interação entre as pessoas e as instituições, principalmente entre o cidadão e as entidades representativas da comunidade, como é a Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC.

Os Deputados Estaduais são representantes da população, eleitos pelo voto direto, para legislar e fiscalizar a Administração Pública Estadual, tendo como uma de suas funções mais importantes a discussão e a proposição de políticas públicas voltadas para as necessidades da comunidade.

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, reconhecendo a necessidade de ter um veículo de comunicação de grande abrangência para divulgar seus trabalhos, elegeu a comunicação como uma ferramenta essencial para promover a integração do Legislativo acreano com a comunidade, criando uma sintonia maior entre a ação parlamentar e os interesses sociais, tendo como consequência o embasamento mais sólido para a elaboração de projetos e políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades maiores do conjunto da sociedade.

O Acre é o único Estado da federação que ainda não dispõe de uma TV Legislativa, instrumento importante de divulgação e, ao mesmo tempo, um meio para tornar mais transparente a ALEAC, atendendo ao Princípio da Publicidade na Administração Pública.

A TV Legislativa poderá veicular conteúdos educativos e culturais, que contribuirão, ainda mais, para o desenvolvimento da cidadania e a consolidação da democracia.

Objetivo

Implantar, estruturar e fortalecer a TV Legislativa como canal de comunicação entre o Legislativo e a sociedade, visando mantê-la informada sobre diversos temas de seu interesse, sem deixar de utilizar outros veículos de comunicação, como rádios, jornais e sites.

Caracterização

- ✓ Criação, estruturação e implantação da TV Legislativa
- ✓ Produção de programas de televisão que atendam aos interesses da sociedade, seguindo os conceitos de canal público/educativo.

Metas

- ✓ Implantação da TV Legislativa
- ✓ Divulgação das atividades do Poder Legislativo nos diversos meios de comunicação
- ✓ Divulgação, ao máximo, das atividades parlamentares e das ações da Assembleia Legislativa do Estado do Acre

Iniciativas

- ✓ Implantação da emissora de Televisão do Poder Legislativo
- ✓ Divulgação das atividades do Poder Legislativo, atendendo ao Princípio da Publicidade

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
TV implantada			Unidade	
Notas, avisos e matérias divulgadas	300	2010	Unidade	Relatório ALEAC

5.6.2 Programa: Formação e capacitação de servidores para a gestão

Contextualização

Em um mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais, como fator de desenvolvimento humano e componente essencial para a eficiência nas organizações, a preocupação com a gestão de recursos humanos passou a representar uma questão estratégica na Administração Pública. Para que esta possa cumprir sua missão institucional, os servidores públicos executam as ações, manipulam as técnicas, atendem aos clientes, são usuários e transcendem as administrações, tornando visíveis os resultados dos trabalhos.

A valorização e o investimento nos servidores do Poder Legislativo, no âmbito pessoal e profissional, constituem-se no alicerce para o êxito da atuação da administração da ALEAC. Desta maneira, a instituição tem que estar atenta a este cenário de

valorização das competências intelectuais, oportunizando a qualificação de seus servidores, condição indispensável à consecução de excelência no serviço público.

Neste contexto, promover a educação no Legislativo é possibilitar a criação, o desenvolvimento e a ampliação de capacidades democráticas. Entenda-se que envolver o servidor no processo de educação contínua e perene consiste não apenas em proporcionar-lhe acesso à informação e ao conhecimento, mas também mecanismos de formação ampla, objetivando o fortalecimento do potencial humano e o incentivo à atuação de agentes transformadores.

Objetivo

Adequar o quadro de servidores da Assembleia Legislativa aos novos perfis profissionais requeridos pelo setor público, com o desenvolvimento de ações voltadas à qualificação humana, elevando os níveis de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados, aprimorando suas competências, mediante o estímulo a programa de graduação e pós-graduação, além da participação em cursos voltados às respectivas áreas de atuação, bem como em projetos na área social, cultural, física e psicológica, os quais convergem diretamente para a valorização do ser humano em sua plenitude.

Caracterização

- ✓ Implementação do Programa de valorização do servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, o qual está subdividido em sete linhas de atuação:

- | | | |
|----|------------------------|---|
| 1. | Educacional | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação em serviço (cursos de formação técnica, palestras, seminários) ✓ Cursos de idiomas (Inglês e Espanhol) ✓ Formação no ensino fundamental e ensino médio ✓ Canal para acesso à Universidade e cursos de pós Graduação (Bolsa de Estudos) ✓ Cursos de informática |
| 2. | Social/Cultural | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promoção de atividades de incentivo à leitura ✓ Ações em prol do servidor aposentado e do que está prestes a se aposentar ✓ Exibição de filmes para a comunidade do legislativo |

3.	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Física (bem estar físico, saúde do corpo) ✓ Emocional (equilíbrio das emoções, saúde da mente) ✓ Organizacional (Comitê Interno de Prevenção de Acidentes)
4.	Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Experiência do servidor, características pessoais e potencialidades ✓ Adequação de perfis e atividade profissional
5.	Divulgação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Link na página da Assembleia Legislativa ✓ Publicações ✓ Concurso de redação ✓ Programa visitas orientadas
6.	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Planejamento nas unidades de trabalho ✓ Assessoramento e acompanhamento da gestão das unidades administrativas da Casa
7.	Responsabilidade Social	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programas voltados à inserção do servidor em questões de caráter socioambiental

Metas

- ✓ Promoção do hábito da leitura
- ✓ Capacitação dos servidores nas áreas técnicas
- ✓ Oferta de cursos de idiomas (Inglês e Espanhol)
- ✓ Viabilização da elevação do grau de escolaridade
- ✓ Acompanhamento da gestão interna de cada unidade
- ✓ Promoção do interesse do servidor pelas artes de modo geral
- ✓ Promoção de atividades que gerem perspectivas de atividade social a aposentados e servidores prestes a se aposentar
- ✓ Estabelecimento de programas que avaliem a saúde do servidor
- ✓ Investigação e apontamento dos riscos no

ambiente de trabalho

- ✓ Avaliação e adequação o perfil do profissional com as atividades que desempenha
- ✓ Publicação do material de interesse legislativo e social
- ✓ Estabelecimento de mecanismos de recepção à classe estudantil do estado
- ✓ Assessoramento da elaboração do plano de ação de cada unidade de trabalho
- ✓ Estabelecimento de programas voltados a questões socioambientais

Iniciativas

- ✓ Promoção da educação continuada, objetivando o aprimoramento pessoal e profissional dos servidores do Legislativo

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Nº de servidores capacitados	59	2010	unidade	Relatório ALEAC
Nº de cursos realizados	7	2010	unidade	Relatório ALEAC
Grau de satisfação dos gestores quanto ao desempenho dos servidores após treinamento	-	-	%	Relatório ALEAC
Nº de material publicado	8	2010	unidade	Relatório ALEAC
Nº de escolas em visita formal à Casa	8	2010	unidade	Relatório ALEAC
Nº de servidores envolvidos em atividades sociais e culturais	324	2010	unidade	Relatório ALEAC
Servidores diagnosticados em exames de saúde	289	2010	%	Relatório ALEAC
Servidores concludentes Ensino Fundamental/Médio	16	2010	%	Relatório ALEAC
Servidores participantes do Programa Bolsa de Estudos	18	2010	%	Relatório ALEAC
Grau de satisfação dos servidores quanto às atividades que desempenham	0	-	%	Relatório ALEAC
Atividades desenvolvidas nas unidades de trabalho assistidas pela Escola	0	-	%	Relatório ALEAC
Nº de projetos de ordem social e ambiental implementados	1	2010	unidade	Relatório ALEAC

5.6.3 Programa: Tecnologia da informação

Contextualização

Na busca constante de alcançar excelência na prestação de serviços, a Assembleia Legislativa percebe, cada vez mais, a necessidade de ter sua documentação organizada e preservada.

No mundo moderno, a implementação de uma Gestão Eletrônica de Documentos é essencial para se alcançar excelência no serviço público, que envolve a digitalização. Essa ferramenta tem sido utilizada na preservação de documentos, pois possibilita o acesso a conteúdos informacionais, armazena-

dos originalmente em diferentes suportes que, pela natureza da informação, precisam ser preservados.

As informações constituem o maior patrimônio da Administração Pública. A ALEAC não dispõe de espaço adequado para guardar todos os documentos produzidos e/ou acumulados durante o desenvolvimento de atividades institucionais, estatutárias ou profissionais, o que dificulta sobremaneira o acesso às informações.

A transformação das informações de papel em arquivos eletrônicos, dotados de total segurança, além de diminuir o espaço ocupado pelo arquivo, reduzirá o tempo gasto em arquivamento e recuperação de documento arquivado ou extraviado, permitindo a obtenção da informação contida em um documento em menos de 10 segundos, o que dará celeridade às atividades desenvolvidas, resultando em maior eficiência dos serviços prestados.

Objetivo

Implantar a Gestão Eletrônica de Documentos e a digitalização dos arquivos da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, favorecendo o acesso às informações mediante sistema de informação que promova esta integração

Caracterização

1.	Linha de Gestão Documental - GED	✓ A implementação de uma Gestão Eletrônica de Documentos é hoje uma necessidade premente. O Controle de Documentos da Assembleia Legislativa, nas diversas áreas, é feito de forma rudimentar e incipiente, sendo confiado somente o trâmite de documentos ao obsoleto "Livro de Protocolo".
2.	Linha de Gestão do Conhecimento	✓ Integrar ferramentas de comunicação e divulgação, Portal, intranet, Gestão Documental - GED, para todas as áreas da Assembleia Legislativa, sejam finalísticas ou meio, é o que permitirá alcançar, além da Gestão Documental, a Gestão do Conhecimento.
3.	Linha de Segurança da Informação	✓ Na área de segurança da informação, é a utilização de profissionais estranhos ao serviço público não é recomendável, sendo imprescindível recursos humanos da própria Casa devidamente capacitados. É necessária a contratação de empresa especializada em segurança da informação para elaborar estudos sobre a situação da Assembleia Legislativa e eventual prestação de consultoria.
4.	Linha de Aquisição e Descarte de Estações	✓ Os sistemas e serviços de informação da Assembleia Legislativa demandam estações de trabalho eficientes e tecnologicamente atualizadas. Nesses equipamentos, devem ser instalados sistemas operacionais e soluções para atividades legislativas e administrativas, além de acesso à Internet.
5.	Adequar o CPD às necessidades da Assembleia Legislativa	✓ Adequar o Centro de Processamento de Dados da Assembleia Legislativa às necessidades resultantes do processo de informação.
6.	Linha de Gestão de Riscos	✓ Inserir o plano de gestão de riscos, identificando os riscos inerentes da inexecução parcial ou total, as medidas preventivas a serem adotadas e os responsáveis.
7.	Linha de Proposta Orçamentária de TI	✓ Inserir a proposta orçamentária de TI para o atendimento das necessidades, explicitando as adequações e restrições.
8.	Linha de Necessidade de Treinamento e Capacitação	✓ O treinamento e a capacitação dos servidores da Subsecretaria de Tecnologia da Informação - SSTI objetiva Capacitar os servidores na execução do Plano de Ação na área de TI do Poder Legislativo, evitando a interrupção dos serviços prestados, em especial na manutenção da infraestrutura em funcionamento, quando de eventual suspensão no fornecimento de serviços pelas empresas terceirizadas.

Metas

- ✓ Implantação de Sistemas de Informação
- ✓ Gerenciamento de Recursos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação
- ✓ Integração de ferramentas de comunicação e divulgação - Portal, intranet, Gestão Documental, GED
- ✓ Produção de informação de interesse para o trabalho das diversas áreas da organização
- ✓ Capacitação de Recursos Humanos para a gestão da segurança da informação
- ✓ Elaboração do plano de investimento em bens e serviços
- ✓ Elaboração do plano de gestão de riscos
- ✓ Elaboração da proposta orçamentária de TI
- ✓ Capacitação dos servidores da SSTI na execução do Plano de Continuidade das atividades da área de Tecnologia da Informação
- ✓ Aprimoramento dos conhecimentos dos servidores da SSTI, para a gestão de contratos de prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas em pontos de função
- ✓ Treinamento os servidores da SSSTI para a utilização de ferramentas de modelagem de dados e para a execução dos procedimentos básicos de administração de bancos de dados, para o

caso de uma eventual suspensão da prestação dos serviços pela empresa terceirizada

Iniciativas

- ✓ Levantamento de toda a estrutura organizacional
- ✓ Instalação do arquivo digital na Assembleia Legislativa
- ✓ Implantação do Sistema de Gerenciamento de Documentos da Assembleia Legislativa
- ✓ Integração das ferramentas de comunicação e divulgação, Portal, intranet, Gestão Documental - GED
- ✓ Aprimoramento dos conhecimentos dos servidores da Subsecretaria de Tecnologia da Informação, no desenvolvimento e manutenção dos sistemas
- ✓ Elaboração do plano de investimento em bens e serviços
- ✓ Consolidação da Legislação Acreana
- ✓ Gerenciamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação
- ✓ Elaboração do Plano de Políticas de Segurança da Informação
- ✓ Elaboração do portfólio de Tecnologia da Informação, catálogo de software, catálogo de serviço de Tecnologia da Informação

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Nível de informatização das atividades da ALEAC	0	2011	%	Relatório ALEAC
Gestão de Documento – GED	0	2011	%	Relatório ALEAC
Gestão do Conhecimento	0	2011	%	Relatório ALEAC
Segurança da Informação	0	2011	%	Relatório ALEAC
Linha de Aquisição e Descarte de Estações	0	2011	%	Relatório ALEAC
Investimento em Serviços e Equipamentos	0	2011	%	Relatório ALEAC
Gestão de Riscos	0	2011	%	Relatório ALEAC
Proposta Orçamentária de TI	0	2011	%	Relatório ALEAC
Necessidade de Treinamento e Capacitação	0	2011	%	Relatório ALEAC

5.6.4 Programa: Gestão e manutenção das atividades do poder legislativo

Contextualização

A ALEAC definiu como missão institucional: “Construir um novo modelo de gestão administrativa e política, que potencialize a capacidade do servidor e do agente político e transforme a Assembleia Legislativa em uma referência de administração pública, capaz de corresponder aos anseios da sociedade, determinando seu protagonismo nas políticas públicas do Acre.”

Para alcançar essa grandiosa missão foram estabelecidos cinco objetivos estratégicos, que passaram a ser os balizadores de todo o trabalho a ser desenvolvido e permanecem como norteadores de todas as ações desenvolvidas nesta Casa:

- ✓ Implementar um programa permanente de formação em políticas públicas e processo legislativo
- ✓ Desenvolver mecanismos de comunicação que permitam à sociedade acompanhar os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado do Acre
- ✓ Implementar, de forma integrada e ampliada, o acesso do cidadão às informações e aos serviços da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com padrão de excelência, objetivando proporcionar atendimento eficaz e eficiente, com custos otimizados
- ✓ Realizar uma modernização administrativa que garanta a celeridade e a qualidade do processo legislativo, bem como a otimização dos recursos humanos e
- ✓ Fazer dos processos legislativos mecanismos permanentes e integrados à sociedade para o debate, o monitoramento e a proposição de políticas públicas para o Estado

Objetivo

Fortalecer e dar suporte às atividades do Poder Legislativo, objetivando assegurar a qualidade e eficiência dos serviços oferecidos à sociedade, com a realização das atividades, tais quais: Assembleia Aberta; Integração Regional com os Municípios e Integração Fronteiriça.

5.6.5 Programa: Modernização da gestão do TCE

Contextualização

As instituições vivem em constantes mudanças decorrentes dos avanços tecnológicos e da implantação de novos modelos de gestão. Para fazer face a essas mudanças e responder aos anseios da sociedade por eficiência, eficácia e efetividade, os órgãos de controle precisam estar preparados e respaldados por um modelo de gestão voltada para os resultados. Foi neste contexto que o Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC aprovou o Plano Estratégico para o período de 2011-2014, que já está em desenvolvimento, mas que muito ainda precisa ser concretizado.

A necessidade de modernização das práticas de controle é um fator crucial para o desenvolvimento das competências organizacionais do TCE/AC. Neste sentido, tem-se como prioridade para os próximos anos, investir na tecnologia da informação com aquisição de equipamentos e software, resultando na melhoria do ambiente de trabalho, na valorização e capacitação dos servidores.

Objetivo

Permitir a dinamização dos processos e procedimentos no atendimento à sociedade acreana, ampliando a efetividade na fiscalização e apuração das irregularidades, como o fito de promover a transparência da gestão pública.

Caracterização

- ✓ Estabelecimento de parcerias público-privadas

Metas

- ✓ Incentivo para o controle social
- ✓ Promoção da celeridade processual
- ✓ Maior interação com entidade de interesse público
- ✓ Ampliação da efetividade na fiscalização e apuração das irregularidades, promovendo a transparência da Gestão Pública

Iniciativas

- ✓ Fortalecimento da na fiscalização da aplicação dos recursos públicos

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Índice de fiscalizações que geram melhoria potencial na administração pública	0	2011	%	Relatório TCE/AC
Índice de auditorias operacionais realizadas	0	2011	%	Relatório TCE/AC
Índice de treinamento acerca da gestão dos recursos públicos aos entes jurisdicionados	0	2011	%	Relatório TCE/AC
Índice de tempo médio de apreciação de processos de controle externo	0	2011	%	Relatório TCE/AC
Índice de ações realizadas em parcerias	0	2011	%	Relatório TCE/AC
Índice de ações de fortalecimento do controle social realizadas	0	2011	%	Relatório TCE/AC
Índice de denúncias apresentadas ao TCE/AC	0	2011	%	Relatório TCE/AC

5.7 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Judiciário: Tribunal de Justiça do Estado do Acre

5.7.1 Programa: Prestação jurisdicional do Tribunal de Justiça do Acre

Contextualização

Um dos pilares da cidadania é a garantia do acesso aos direitos, para a qual é fundamental um sistema de justiça democrático, eficiente e transparente. Com o desenvolvimento da sociedade e consolidação da democracia, o Poder Judiciário passou a ocupar lugar de destaque na vida da população, uma vez que os direitos e deveres constituídos são essenciais nas relações do cotidiano.

Neste contexto, reconhecendo o papel que lhe cabe para garantir o direito à Justiça e cidadania, o TJAC garantiu apoio necessário à execução de projetos com o objetivo de fortalecer a imagem e a credibilidade da instituição.

No *ranking* de melhor desempenho conferido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre ocupa a 10ª posição entre todos os tribunais brasileiros e o 1º lugar entre os Tribunais de Justiça da Região Norte. Em relação ao número de processos julgados em 2010, o Tribunal Acreano atingiu 74% do cumprimento do desafio, índice bem acima da média nacional, que ficou em 59% ou na 5ª posição. O relatório final das Metas de Nivelamento do CNJ também indica que o TJAC ocupa o 2º lugar em número de processos de julgamento pendentes no ranking de cumprimento de metas em 2009.

de pagamento, custeio com inativos e pensionistas, gestão de precatórios como também as iniciativas estratégicas, iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança de servidores e magistrados bem como a construção, ampliação, reforma e instalação de novas comarcas.

Caracterização

- ✓ Estabelecimento de parcerias público-privadas para mediação de conflitos judiciais e extrajudiciais no Estado
- ✓ Fortalecimento e implantação das Ações do Juizado de Trânsito nas cidades de Rio Branco, Brasília e Cruzeiro do Sul
- ✓ Institucionalização de projetos sociais para garantir a justiça social a todos os jurisdicionados bem como o fortalecimento dos programas Justiça Comunitária, Projeto Cidadão, Prevenção às Drogas e Reinserção Social, violência doméstica e familiar e virtualização dos processos judiciais e administrativos, construção da cidade da justiça
- ✓ Aprimorar a gestão administrativa com a implantação de um novo modelo focado em resultado e gerência

Objetivo

Garantir a democratização e o acesso à justiça, estreitando a relação do Poder Judiciário com a Sociedade, assegurando a prestação contínua e regular dos serviços Jurisdicionais, com eficiência e eficácia; reduzir os gastos com objetivo de fortalecer e implantar novas metodologias para o aprimoramento do sistema de justiça no Estado do Acre e ainda aperfeiçoar e fortalecer as ações da gestão administrativa, folha

Metas

- ✓ Aumento de 20% o número de pessoas beneficiadas nos projetos sociais em 2012, repactuando-a para os exercícios de 2013 em 22%, 2014 em 25%, em 2015 em 30%
- ✓ Redução de 10% na taxa de congestionamento na fase de conhecimento em 2012, repactuando-a para os exercícios de 2013 em 5%, 2014 em 5%, 2015 em 5%

- ✓ Aumento da produtividade dos magistrados em 2012 em 20%, repactuando-a para os exercícios de 2013 em 15%, 2014 em 10%
- ✓ Aumento da taxa de atendimento a demanda em 2012 para 15%, 2013 em 10%, 2014 em 5%
- ✓ Construção da Cidade da Justiça, em 2012 (01 prédio de 3.000m²)

Iniciativas

- ✓ Fortalecimento da democratização do acesso à justiça

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Nº de pessoas beneficiadas nos projetos sociais. (META 8 PE/TJAC)	14,87	2010	%	Planejamento Estratégico do exercício de 2010
Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento. (META 16 PE/TJAC)	55	2010	%	Planejamento Estratégico do exercício de 2010
Aumentar a Produtividade dos Magistrados. (META 21 PE/TJAC)	5	2010	%	Planejamento Estratégico do exercício de 2010
Percentual de capacidade de atendimento em relação à demanda de novos casos. (META 12 PE/TJAC)	85	2010	unidade	Planejamento Estratégico do exercício de 2010
Construção da Cidade da Justiça	0	2011	%	Planejamento Estratégico

5.8 Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: Ministério Público Estadual

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado são instrumentos do plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio à gestão e a manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos por meios de suas iniciativas.

O PPA estimará o valor para o período 2012-2015, contudo as ações relacionadas serão detalhadas somente na Lei Orçamentária - LOA. Cada órgão terá um programa dessa natureza.

5.8.1 Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Ministério Público do Estado do Acre – MPE

5.8.1.1 Perspectiva da sociedade

Contextualização

O Ministério Público é reconhecido como instituição de referência na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis da sociedade acreana, principalmente pela sensibilidade às questões sociais de maior relevância para o Estado e pela efetividade de suas ações.

Neste sentido, a partir do desenvolvimento de um modelo de gestão baseado na premissa de que: “é possível ser excelente sem deixar de ser público”, estabeleceu como prioridade a satisfação do seu principal cliente, o cidadão, pautando sua atuação na execução de projetos e iniciativas capazes de fortalecer e solucionar as questões que forem essenciais à sociedade acreana, com o único propósito de “defender o cidadão”.

Objetivo

Ser referência na defesa dos direitos da sociedade acreana.

Caracterização

- ✓ Ouvir a sociedade para identificar suas demandas, num formato de audiência pública participativa
- ✓ Realizar parcerias com outras entidades para viabilizar a execução de iniciativas prioritárias nas áreas sociais, ambientais, civil e criminal
- ✓ Avaliar periodicamente e monitorar os indicadores de reconhecimento e satisfação da sociedade em relação ao MPE

Metas

- ✓ Garantia do índice de reconhecimento da sociedade acreana ao MPE em 50% no ano de 2012

Iniciativas

- ✓ Pesquisa de imagem do MPE/AC

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Reconhecimento da sociedade	0	-	%	Pesquisa de Imagem do MPE-AC

5.8.1.2 Perspectiva Processos Internos - Cidadania

Contextualização

O desafio dessa perspectiva é atuar na garantia dos direitos envoltos na plena promoção da cidadania, especialmente nos temas relacionados ao Idoso, Portador de Deficiência, Acesso a Saúde, Cumprimento da Função Social da Propriedade e Defesa das Relações de Consumo.

Objetivo

Garantir a efetivação da plena cidadania, especialmente os direitos do idoso e do portador de deficiência, a promoção do acesso da população à saúde, o cumprimento da função social da propriedade e a defesa coletiva e a proteção jurídica do cidadão nas relações de consumo.

Caracterização

- ✓ Atuar na defesa dos direitos do idoso
- ✓ Atuar na defesa dos direitos do portador de deficiência
- ✓ Ampliar a rede de proteção do idoso e portador de deficiência
- ✓ Aumentar a promoção do Inquérito Civil e da Ação Civil Pública para o cumprimento da plena cidadania
- ✓ Atuar na defesa dos direitos de acesso à saúde
- ✓ Profissionalizar a atuação do MPE nos instrumentos do SUS
- ✓ Atuar na regularização fundiária rural e urbana
- ✓ Promover parcerias que garantam o cumprimento da função social da propriedade.
- ✓ Atuar na defesa coletiva do consumidor
- ✓ Ampliar a rede de proteção e defesa do consumidor

Metas

- ✓ Ampliação da Rede de Proteção ao idoso e portador de deficiência nos municípios do Estado em 27,3% em 2012, 50% em 2013, 68%

em 2014 e 100% em 2015

- ✓ Aumento as intervenções do MPE em defesa do acesso da população à saúde em 24 para 2012, 36 em 2013, 2014 e 2015
- ✓ Aumento as intervenções do MPE em defesa da função social da propriedade em 60 para 2012 e 70 em 2013, 2014 e 2015
- ✓ Garantia do cumprimento do Termo de Cooperação do Programa Terra Legal no Estado do Acre em 15% em 2012, 30% em 2013, 40% em 2014 e 60% em 2015
- ✓ Aumento das intervenções do MPE em defesa da para melhoria da prestação dos serviços públicos e garantia da segurança alimentar em 30 para 2012, 40 em 2013, 50 em 2014 e 60 em 2015
- ✓ Ampliação da Rede de Proteção ao Consumidor nos municípios do Estado em 69% em 2012, 79% em 2013, 89% em 2014 e 99% em 2015

Iniciativas

- ✓ Saúde para todos
- ✓ Programa Terra Legal do Estado do Acre
- ✓ Fortalecimento da Rede de Proteção ao Idoso
- ✓ Segurança Alimentar, o problema é de todos nós!
- ✓ Fortalecimento da Rede de Proteção do Portador de Deficiência

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Percentual de municípios com a rede de proteção ao portador de deficiência	4,5	-	%	Relatório do Projeto
Percentual de municípios com a rede de proteção ao idoso	4,5	-	%	Relatório do Projeto
Número de intervenções judiciais e extrajudiciais para garantia ao exercício do controle social na área da saúde	12	-	Número Absoluto	Relatório do Projeto
Número de Intervenções judiciais e extrajudiciais para cumprimento da função social da propriedade	0	-	Número absoluto	Relatório do Projeto
Percentual de Cumprimento do Termo de Cooperação do Programa Terra Legal no Estado do Acre	9	-	%	Relatório do Projeto
Número de Intervenções judiciais e extrajudiciais para melhoria da prestação dos serviços públicos e garantia da segurança alimentar	0	-	Número absoluto	Relatório do Projeto
Percentual de Evolução da rede de proteção do consumidor	59	-	%	Relatório do Projeto

5.8.1.3 Perspectiva Processos Internos - Civil e Eleitoral

Contextualização

A área cível necessita de avaliação criteriosa em relação às múltiplas atribuições do Ministério Público do Estado do Acre – MPE/AC, objetivando priorizar a atuação naquelas que tenham maior relevância social. Um dos eixos desta temática são as políticas sociais relacionadas à família, que busquem a sensibilização da população acreana em relação aos temas planejamento familiar e responsabilidade parental, de forma a fortalecer a unidade familiar. Para o tema eleitoral é fundamental a consolidação de um sistema democrático, capaz de tornar mais efetiva a participação do MPE/AC neste processo.

Objetivo

Aumentar a eficiência e eficácia na área Cível, exigindo a implementação de políticas sociais relacionadas à família e fortalecendo a atuação eleitoral do Ministério Público.

Caracterização

- ✓ Garantir o direito à paternidade responsável
- ✓ Ampliar a atuação do MPE no processo eleitoral
- ✓ Racionalizar de forma otimizada a atuação na área cível
- ✓ Realizar um diagnóstico da atuação na área cível do MPE
- ✓ Alinhar a atuação na área cível às prioridades de relevância social
- ✓ Identificar a situação de subpaternidade nas comunidades mais isoladas
- ✓ Realizar parceria com Cartórios para reduzir os índices de subpaternidade
- ✓ Desenvolver um programa de qualificação e aperfeiçoamento da atuação ministerial na área eleitoral

Metas

- ✓ Garantia do cumprimento do Plano de Reestruturação da Área Cível em 50% para 2012 e 50% em 2013
- ✓ Aumento as intervenções do MPE em defe-

sa das políticas relacionadas à família em 26 para 2012, 32 em 2013, 32 em 2014 e 32 em 2015

- ✓ Garantia do cumprimento do Plano de Fortalecimento de Atuação Eleitoral do MPE em 50% para 2012 e 50% em 2014

Iniciativas

- ✓ Racionalização da Atuação Ministerial
- ✓ Nascer de Novo
- ✓ Fortalecendo a atuação eleitoral do MPE

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Percentual de Cumprimento do plano de reestruturação da área cível	50	-	%	Relatório do Projeto
Número de Intervenções para assegurar as políticas sociais de família	0	-	Número absoluto	Relatório do Projeto
Percentual de Cumprimento do plano de fortalecimento da atuação eleitoral	70		%	Relatório do Projeto

5.8.1.4 Perspectiva Processos Internos - Criminal

Contextualização

O MPE/AC atua na prevenção e combate dos crimes violentos, principalmente, homicídio, latrocínio, roubo, furto, atentado violento ao pudor, estupro, lesões corporais, assim como aqueles envolvidos no crime organizado, especialmente o tráfico de drogas.

Também compete ao MPE/AC o zelo pela correta aplicação da pena, buscando reduzir os altos índices de reiteração delitiva observados atualmente, assegurando a dignidade dos apenados, envolvendo os agentes da atividade policial, garantindo que a polícia atue sempre pautada pelos princípios constitucionais e legais, de forma a evitar que a sociedade sofra violações relativas aos seus direitos constitucionais sociais e individuais indisponíveis.

Objetivo

Prevenir e combater os crimes violentos e o crime organizado, assegurando a correta aplicação da pena, buscando reduzir os índices de reiteração delitiva, controlando a atividade policial em relação às suas condutas e procedimentos.

Caracterização

- ✓ Otimizar a atuação do MPE no combate aos crimes violentos
- ✓ Estabelecer um acompanhamento agregado dos autores de crimes por tipologia de crime
- ✓ Garantir alinhamento no andamento dos processos de autores de crimes violentos
- ✓ Atuação célere e eficiente na área de execução penal, através da interação e integração de informações do MP e parceiros
- ✓ Dotar o MPE de estrutura de inteligência e controle para o combate ao crime organizado
- ✓ Qualificar e aperfeiçoar a atuação ministerial no combate ao crime organizado
- ✓ Reduzir em 30% os crimes cometidos por reeducandos em gozo do benefício concedido na execução penal
- ✓ Implantar Programa de ressocialização do apenado em Rio Branco, como experiência piloto, nos moldes de outras experiências já consolidadas (MG, SP etc.)
- ✓ Garantir o alinhamento da atuação do controle externo estadual às diretrizes do CNMP
- ✓ Prevenir e combater os excessos causados pela má conduta da atuação policial
- ✓ Garantir atenção especial e orientação da polícia no controle das atividades policiais

Metas

- ✓ Garantia da realização de operações integradas para a prevenção e combate aos crimes violentos para 10 em 2012, 07 em 2013 e 2014 e 05 em 2015
- ✓ Garantia da priorização no andamento dos processos de autores de crimes violentos em 100% no ano de 2012
- ✓ Estímulo à priorização do julgamento dos autores envolvidos em crimes violentos em 40% no ano de 2012, 60% em 2013, 70% em 2014 e 100% em 2015
- ✓ Garantia do cumprimento do Plano de Reestruturação da Área Cível em 50% para 2012 e 50% em 2013
- ✓ Efetivação do maior Número de Denúncias e ações judiciais no combate ao crime organizado, compreendendo 04 denúncias em 2012 e 05 em 2013, 2014 e 2015
- ✓ Apoio na redução dos crimes cometidos por reeducando em gozo do benefício concedido na execução da pena em -30% para 2012, -40% em 2013, -50% em 2014 e -60% em 2015
- ✓ Garantia do cumprimento do Plano de Harmonização da atuação do controle externo do MPAC em atendimento a Resolução do CNMP nº 20/2007, em 100% a partir de 2012

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Número de Operações integradas - crimes violentos	05	-	Numero absoluto	Relatório do Projeto
Percentual de priorização no andamento dos processos de autores de crimes violentos	75	-	%	Relatório do Projeto
Percentual de priorização no julgamento dos autores envolvidos em crimes violentos	30	-	%	Relatório do Projeto
Número de Denúncias e ações judiciais - crime organizado		-	Número absoluto	Relatório do Projeto
Percentual de redução dos crimes cometidos por reeducando em gozo do benefício concedido na execução da pena	-20	-	%	Relatório do Projeto
Percentual de Cumprimento do Plano de Harmonização da atuação do controle externo do MPAC em atendimento a Resolução do CNMP nº 20/2007	50	-	%	Relatório do Projeto

Iniciativas

- ✓ Combate às Drogas: ações pela vida
- ✓ Mutirão dos Processos de Crimes Violentos
- ✓ Padronização do Controle Externo da Atividade Policial
- ✓ Núcleo de Combate a Violência Doméstica em Cruzeiro do Sul
- ✓ 13ª Promotoria de Combate a Violência Doméstica em Rio Branco
- ✓ Ações de combate ao crime organizado: "Implementação do GAECO"
- ✓ Fortalecendo e Ressocializando, na Execução Penal: "Programa de Ressocialização de Mulheres em Regime Prisional"

5.8.1.5 Perspectiva Processos Internos - Infância e Juventude

Contextualização

Com relação às políticas públicas para crianças e adolescentes, o MPE/AC é responsável pela fiscalização e intervenção, buscando o fortalecimento

da rede de proteção que ofereça o atendimento adequado e garanta seus direitos. Especialmente no combate e na prevenção do abuso e exploração sexual, por meio de conscientização de toda a população acerca da gravidade desses tipos de crime e da ação articulada com organizações e entidades de apoio à criança e ao adolescente. O principal objetivo engloba desde a proteção de crianças e adolescentes em situação de risco social até o dever das entidades que desenvolvam programas de internação de prover instalações adequadas à população infanto-juvenil.

Objetivo

Exigir a proteção sociojurídica e a rede de proteção da criança e do adolescente, atuando no combate e prevenção do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Caracterização

- ✓ Garantir a efetividade das políticas de proteção sociojurídica às crianças e adolescentes
- ✓ Estabelecer uma rede apoio e proteção eficiente na proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes
- ✓ Efetivar parcerias com todos os municípios do Estado, facilitando a implementação de políticas de controle social
- ✓ Estabelecer uma rede apoio e proteção eficiente no combate à exploração e abuso sexual das crianças e adolescentes

Metas

- ✓ Contribuição para a Redução da evasão escolar em 20% no ano de 2012, 50% em 2013, 60% em 2014 e 80% em 2015
- ✓ Ampliação o número de municípios comprometidos com o Projeto Voltando ao Saber em 13 no ano de 2012, 18 em 2013, 20 em 2014 e 22 em 2015
- ✓ Ampliação do número de municípios aderidos ao Plano do Programa Municipal de Enfrentamento a violência Sexual Infanto-Juvenil-PAIR em 15 no ano de 2012, 18 em 2013, 20 em 2014 e 22 em 2015

Iniciativas

- ✓ Voltando ao Saber
- ✓ Abuso e Exploração Sexual: Nunca Mais
- ✓ PRO-ECA - “Fortalecendo a Cultura de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente”

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Evolução do número de municípios que implantaram e cumpriram o Plano do Programa Municipal de Enfrentamento a violência Sexual Infanto-Juvenil-PAIR	13	-	Número absoluto	Relatório do Projeto
Municípios comprometidos com o Projeto Voltando ao Saber	8	-	Número absoluto	Relatório do Projeto
Percentual de Redução da evasão escolar	-10	-	%	Relatório do Projeto

5.8.1.6 Perspectiva Processos Internos - Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo

Contextualização

O MPE/AC atua na busca pela aplicação de políticas públicas de recuperação e de uso intensivo de áreas degradadas, bem como em práticas alternativas ao uso do fogo, reduzindo e evitando os desmatamentos e as queimadas no Estado do Acre e, consequentemente, favorecendo a proteção dos recursos hídricos, da biodiversidade e da saúde e dignidade da pessoa humana.

Assim como, trabalha na concretização das políticas públicas de monitoramento das diversas formas de poluição, fiscalizando também todos os elos do processo de saneamento ambiental-urbano, garantindo que o tratamento, transporte e disposição de resíduos sólidos e águas residuárias seja realizado de forma adequada.

Na área de habitação, fiscaliza a ocupação urbana irregular, exigindo a regularização dos loteamentos clandestinos, combatendo as violações à ordem urbanística, bem como, velando pela observância do código florestal nas áreas urbanas, quanto a não ocupação das áreas de preservação permanente.

Objetivo

Buscar o desenvolvimento sustentável do Acre, combatendo queimadas e desmatamentos, garantindo a implementação de políticas públicas de monitoramento das diversas formas de poluição e fiscalizar o adequado ordenamento e planejamento urbanos.

Caracterização

- ✓ Alinhar as políticas de desenvolvimento sustentável, na defesa da proteção dos recursos hídricos, da biodiversidade e da saúde e dignidade da pessoa humana
- ✓ Efetivar parcerias para garantir o cumprimento das políticas públicas de desenvolvimento ambiental sustentável
- ✓ Garantir a qualificação e aperfeiçoamento da atuação ministerial, através de técnicas de geotecnologias
- ✓ Aumentar a atuação do MPE na Defesa do Meio Ambiente e Bacias Hidrográficas
- ✓ Identificar os principais problemas em relação a preservação do meio ambiente x população x poder público, identificando as ações para neutralização dos mesmos
- ✓ Aumentar a promoção do Inquérito Civil e da Ação Civil Pública para o cumprimento da legislação do direito urbanístico e defesa da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos
- ✓ Identificar e desenvolver instrumentos legais para facilitar a atuação dos membros no cumprimento à legislação do direito urbanístico e defesa da melhoria de qualidade de

vida dos cidadãos

- ✓ Ampliar a regularização de imóveis em áreas urbanas localizadas nas Zonas de Atendimento Prioritários - ZAP

Metas

- ✓ Garantia do cumprimento do Plano do Projeto de Combate à Poluição Hídrica em 100% no ano de 2012
- ✓ Garantia da ampliação do número de famílias providas com técnicas alternativas ao uso do fogo para 3.500 famílias em 2012, 5.250 em 2013, 7.000 em 2014 e 10.500 famílias em 2015
- ✓ Garantia da ampliação de áreas degradadas recuperadas e reaproveitadas em 5% no ano de 2012, 10% em 2013, 20% em 2014 e 30% em 2015
- ✓ Garantia da ampliação da regularização do passivo ambiental em 10% no ano de 2012, 20% em 2013, 30% em 2014 e 40% em 2015
- ✓ Garantia que as taxas de desmatamentos sejam reduzidas em 20% no ano de 2012, 30% em 2013, 40% em 2014 e 50% em 2015
- ✓ Ampliação da adesão dos municípios ao Pacto Estadual de Instalação dos Aterros Sanitários em 23% no ano de 2012 e 100% a partir de 2013
- ✓ Ampliação do número de intervenções para o adequado ordenamento e planejamento urbanos em 24 intervenções para 2012, 30 em 2013, 36 em 2014 e 40 em 2015

Iniciativas

- ✓ Lixo Mínimo
- ✓ Cidade Legal
- ✓ Bichos na Escola
- ✓ Pacto pela Sustentabilidade
- ✓ Combate à Poluição Hídrica
- ✓ Resgates dos valores tradicionais, como alternativa social e ambiental para comunidades do Vale do Juruá

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Número de Famílias providas com técnicas alternativas ao uso do fogo	0	-	Número absoluto	Relatório do Projeto
Percentual de Áreas degradadas recuperadas e reaproveitadas	0	-	%	Relatório do Projeto
Percentual de Regularização do passivo ambiental	5	-	%	Relatório do Projeto
Percentual de Redução das taxas de desmatamentos	0	-	%	Relatório do Projeto
Percentual de Municípios que implementam o pacto estadual de instalação dos aterros sanitários	18	-	%	Relatório do Projeto
Percentual de Cumprimento do Plano do Projeto de Combate à Poluição Hídrica	50	-	%	Relatório do Projeto
Número de Intervenções para o adequado ordenamento e planejamento urbanos	40	-	Número absoluto	Relatório

5.8.1.7 Perspectiva Processos Internos - Patrimônio Público e Social

Contextualização

No que se refere à aplicação dos recursos públicos, o MPE/AC exerce uma efetiva fiscalização do funcionamento das entidades de interesse social, controlando a adequação da atividade da entidade e a legalidade e pertinência dos atos de seus administradores.

Quanto ao combate à evasão fiscal, cabe ainda ampliar a arrecadação dos tributos estaduais e municipais, punir os grandes sonegadores, viabilizando os investimentos na saúde, educação e segurança pública, assim como zelar pela regularidade dos gastos públicos e pela correta e benéfica aplicação dos recursos, repreendendo os atos que configurem improbidade administrativa ou corrupção.

Objetivo

Atuar de forma preventiva e repressiva no combate à improbidade administrativa e corrupção, combatendo a evasão fiscal, assim como promover a efetiva fiscalização das entidades de interesse social.

Caracterização

- ✓ Aperfeiçoar a atuação do MPE na efetiva fiscalização das entidades de interesse social
- ✓ Estabelecer parcerias com os órgãos de inteligência e controle para garantir a efetiva fiscalização à evasão fiscal
- ✓ Aprimorar a atuação do MPE na fiscalização e combate à improbidade administrativa, corrupção e no combate a evasão fiscal
- ✓ Estabelecer parcerias com os órgãos de inteligência e controle para garantir a efetiva fiscalização da aplicação dos recursos públicos

Metas

- ✓ Ampliação do controle finalístico sobre as fundações e entidades de interesse social para 50% no ano de 2012 e 100% a partir de 2013
- ✓ Garantia da cobrança dos tributos sonegados

e multas de evasão fiscal, gerados pelas intervenções do MPE no ano de 2012 no valor de R\$ 10 milhões, R\$ 20 milhões em 2013, R\$ 30 milhões em 2014 e R\$ 40 milhões em 2015

- ✓ Garantia da recuperação dos valores ao erário público pelas intervenções no combate a improbidade administrativa e a corrupção, em R\$ 10 milhões no ano de 2012 e R\$ 20 milhões a partir de 2013
- ✓ Ampliação das intervenções judiciais e extrajudiciais no combate a improbidade administrativa em 100 no ano de 2012, 200 em 2013 e 300 a partir de 2014

Iniciativas

- ✓ Combate à Corrupção
- ✓ Combate à Evasão Fiscal
- ✓ Velamento Preventivo das Fundações

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Percentual de Controle finalístico das fundações e entidades de interesse social	50	-	%	Relatório do Projeto
Valores dos tributos sonegados e multas, objeto de intervenções do MP	5 milhões	-	R\$	Relatório do Projeto
Recuperação de valores ao erário público pela atuação do MP	-	-	R\$	Relatório do Projeto
Intervenções judiciais e extrajudiciais em improbidade administrativa	-	-	Número absoluto	Relatório do Projeto

5.8.1.8 Perspectiva Processos Internos - Institucional

Contextualização

O MPE/AC busca fomentar a resolução alternativa de conflitos por meio de mecanismos de atuação extrajudicial disponíveis ao órgão. A preparação técnica de membros e servidores objetiva ampliar a efetividade na ação ministerial, fortalecendo os órgãos de execução e da administração, com a definição de enunciados orientadores e normas para os processos e rotinas, sem, entretanto, ameaçar a independência funcional dos membros do Ministério Público do Estado do Acre.

Neste contexto, o relacionamento com a imprensa deve ser facilitado, de forma a garantir a visibilidade das ações ministeriais e reforçar o reconhecimento junto à sociedade, atuando de forma mais integrada com os poderes constituídos para estimular a sanção e realização de políticas que melhor atendam aos anseios sociais e às posições institucionais.

Objetivo

Fortalecer a atuação extrajudicial, através da padronização dos processos administrativos e judiciais, facilitando a atuação da corregedoria, aproximando o Ministério Público da população acreana, através do fortalecimento da comunicação institucional, estreitando o relacionamento com os poderes constituídos.

Caracterização

- ✓ Criar mecanismos eficientes de comunicação
- ✓ Aperfeiçoar e estruturar a Corregedoria do MPE
- ✓ Estabelecer o Plano de Comunicação Institucional
- ✓ Garantir o relacionamento com os meios de comunicação
- ✓ Ampliar o relacionamento com todos os poderes constituídos
- ✓ Criar uma cultura de compartilhamento das ações e resultados
- ✓ Ampliar a resolutividade dos conflitos através

de mecanismos extrajudiciais

- ✓ Aperfeiçoar a atuação ministerial por meios de mecanismos de atuação extrajudicial
- ✓ Garantir um padrão e normatização das atribuições dos órgãos de execução e órgãos de administração do MPE
- ✓ Fortalecer a atuação ministerial através de instrumentos e modelos de gestão eficientes
- ✓ Adotar práticas de gestão modernas para a gestão otimizada dos processos e rotinas
- ✓ Estabelecer boas práticas de integração e articulação entre as Promotorias e áreas de atuação do MPE
- ✓ Ampliar a visibilidade das ações ministeriais e estreitar a relação com a sociedade
- ✓ Defender os interesses institucionais do MPE perante os poderes constituídos
- ✓ Ampliar as alternativas e parcerias na efetividade da atuação ministerial

- ✓ Feira da Cidadania: o MP próximo ao cidadão
- ✓ Fortalecer a atuação da Corregedoria do MPAC
- ✓ Projeto Rede de Parceiros e MPE próximo ao cidadão
- ✓ Operacionalização do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC
- ✓ Comunicação institucional como canal de aproximação ao cidadão
- ✓ Organizar para ser eficiente - Projeto da Padronização de Processos
- ✓ NATI - Núcleo de Assessoramento Técnico e Inteligência Institucional
- ✓ Aproximação e fortalecimento de relacionamento institucional com os poderes executivo e legislativo

Metas

- ✓ Ampliação do número de intervenções ministeriais por meio da atuação extrajudicial em 40% no ano de 2012, 50% em 2013 e 60% a partir de 2014
- ✓ Adequação dos processos de trabalho (administrativos e ministeriais) do MPE em 30% no ano de 2012, 40% em 2013, 60% em 2014 e 80% em 2015
- ✓ Garantia de que as intervenções ministeriais sejam realizadas de forma integrada entre as Promotorias e Procuradorias de Justiça para 3% em 2012, 5% em 2013, 3% em 2014 e 5% em 2015
- ✓ Ampliação do número de exposições positivas na mídia para 3.200 no ano de 2012, 5.000 em 2013, 11.400 em 2014 e 11.600 em 2015
- ✓ Garantia da ampliação dos índices de satisfação dos cidadãos atendidos pelo MPE em 70% no ano de 2012, 80% em 2013 e 2014 e 90% em 2015
- ✓ Ampliação do índice de efetividade das alianças estabelecidas com os poderes constituídos, instituições e organizações sociais para 90% em 2012 e 100% a partir de 2013

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Percentual de Soluções alcançadas por meios extrajudiciais	0	-	%	Relatório da Corregedoria
Percentual de Adequação dos processos de trabalho	0	-	%	Relatório do Projeto
Percentual de Intervenções ministeriais integradas	0	-	%	Relatório da Corregedoria
Número de Exposições Positivas Espontâneas na Mídia	2.600	-	Numero absoluto	Relatório da Assessoria
Índice de satisfação dos cidadãos atendidos pelo MP	60	-	%	Relatório da Assessoria
Percentual de Efetividade das alianças estabelecidas	0	-	%	Relatório da PGJ

Iniciativas

- ✓ MP Itinerante

5.8.1.9 Perspectiva Gestão de Pessoas

Contextualização

O desenvolvimento da política de gestão de pessoas incorrerá em mais efetividade na atuação ministerial, através da instituição do plano de carreira, remuneração e seleção de pessoal, garantindo tratamento equânime aos seus servidores e membros.

Além de proporcionar um ambiente de trabalho na instituição que estimule os seus colaboradores a atingir os objetivos estratégicos estabelecidos, com canais de comunicação e linguagem mais adequados de forma que o conhecimento existente seja universalizado e alinhado a atuação do MPE/AC.

Objetivo

Aprimorar as políticas e práticas de gestão de pessoas.

Caracterização

- ✓ Garantir a qualificação e aperfeiçoamento dos membros e servidores para a atuação ministerial
- ✓ Ampliar e aprimorar o atendimento à população, através da contínua capacitação de membros e servidores
- ✓ Estabelecer critérios objetivos de acompanhamento da carreira e remuneração dos servidores
- ✓ Garantir, através de métodos de meritocracia, práticas de gestão eficientes para a retenção de talentos
- ✓ Garantir ambiente de trabalho seguro e motivador
- ✓ Gerir o clima organizacional
- ✓ Estabelecer indicadores de acompanhamento da qualidade de vida de membros e servidores
- ✓ Estabelecer o Plano de Comunicação Institucional
- ✓ Criar mecanismos eficientes de comunicação
- ✓ Garantir o relacionamento com os meios de comunicação

- ✓ Ampliar a visibilidade das ações ministeriais e estreitar a relação com a sociedade

Metas

- ✓ Ampliação das horas de capacitação dos servidores em 30 horas no ano de 2012, 40 horas em 2013, 50 horas em 2014 e 60 horas em 2015
- ✓ Ampliação das horas de capacitação dos membros em 15 horas nos anos de 2012 e 2013 e 20 horas nos anos de 2014 e 2015
- ✓ Garantia da implantação de boas práticas de gestão estabelecidas no Plano de Cargos e Salários em 40% no ano de 2012, 60% em 2013, 80 em 2014 e 100% em 2015
- ✓ Garantia de Clima Organizacional Positivo em 70% no ano de 2013 e 80% em 2015
- ✓ Garantia do cumprimento do Plano de Comunicação Interna em 100% a partir do ano de 2012

Iniciativas

- ✓ Pesquisa de Clima do MPAC
- ✓ Plano de Capacitação dos Membros
- ✓ Plano de Capacitação dos Servidores
- ✓ Fortalecimento da comunicação institucional
- ✓ Implementação do Plano de Cargos e Carreira dos Servidores

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Horas de capacitação por servidor	0	-	Hora/servidor	Relatório do RH
Horas de capacitação por membro	0	-	Hora/membro	Relatório da FEMPAC
Percentual de implementação de boas práticas na gestão de pessoas relativas ao plano de carreira e à remuneração, conforme plano pré-estabelecido	20	-	%	Relatório do RH
Percentual de implementação de boas práticas na gestão de pessoas relativas ao plano de carreira e à remuneração, conforme plano pré-estabelecido	20	-	%	Relatório do RH
Percentual de Cumprimento do plano de comunicação interna	50	-	%	Relatório

5.8.1.10 Perspectiva Infraestrutura e Tecnologia

Contextualização

O MPE/AC acredita que com uma infraestrutura física adequada, e que obedeça os princípios da sustentabilidade poderá proporcionar melhor acessibilidade as pessoas com mobilidade reduzida e segurança dos ativos e das pessoas.

Com foco na inovação e segurança tecnológica, o MPE/AC disponibilizará tecnologias computacionais e apoio técnico que atendam às necessidades no fornecimento de informações essenciais para a ação ministerial e na integração com os sistemas de outras entidades e órgãos públicos.

Objetivo

Prover infraestrutura física ecologicamente sustentável, segura e acessível, contemplando a estrutura tecnológica capaz de facilitar a atuação ministerial.

Caracterização

- ✓ Melhorar os espaços físicos do MPE
- ✓ Estabelecer um padrão arquitetônico, facilitando a acessibilidade, segurança e sustentabilidade das edificações do MPE
- ✓ Ampliar a atualização e modernização de hardware e software
- ✓ Garantir a unificação e interação das informações
- ✓ Diminuir a emissão de relatórios impressos
- ✓ Aumentar a eficiência na atuação ministerial, através da virtualização dos processos

Metas

- ✓ Ampliação dos níveis de desempenho dos serviços de TI em 80% a partir do ano de 2012
- ✓ Adequação da infraestrutura física dos órgãos de execução e unidades administrativas do MPE em 30% no ano de 2012, 50% em 2013, 80% em 2014 e 100% em 2015
- ✓ Ampliação dos índices de informatização dos processos de trabalho do MPE em 70% no ano de 2012, 80% em 2013, 90% em 2014 e 100% em 2015

Iniciativas

- ✓ Sedes Próprias: Planejando e construindo os espaços do MP-AC
- ✓ Instalação do Centro Operacional de Meio Ambiente do Município de Sena Madureira
- ✓ Desenvolvimento, implantação e gerenciamento de uma rede WAN no MP-AC
- ✓ Implantação do Sistema de Gestão Integrado no MPE
- ✓ Manutenção do Sistema de Automação Judicial - SAJ

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Percentual de Adequação da infraestrutura física dos órgãos de execução e unidades administrativas	0	-	%	Relatório da Diretoria
Percentual de Informatização dos processos de trabalho	0	-	%	Relatório
Percentual de desempenho do nível de serviço em TI	0	-	%	Relatório

5.8.1.11 Programa: Perspectiva Recursos

Contextualização

A efetiva atuação do MPE/AC e o alcance dos seus objetivos institucionais são fortalecidos pela captação de recursos financeiros, por meio de linhas de fomento e de parcerias, complementares ao orçamento. Aliado ao planejamento adequado da execução dos recursos orçamentários do órgão, o gerenciamento das atividades de rotina e processos da atuação ministerial possibilita a disponibilização de infraestrutura humana, manutenção predial, material de consumo e expediente, deslocamento de colaboradores, serviços de terceiros e investimentos necessários ao desenvolvimento das estratégias e cumprimento da Visão de Futuro.

Objetivo

Aprimorar a política de captação e gestão de recursos extraorçamentários garantindo a execução eficiente da atuação ministerial, com efetividade e transparência da execução orçamentária.

Caracterização

- ✓ Aprimorar e ampliar a captação de fontes externas

- ✓ Ampliar a efetividade das atividades ministeriais através da captação de recursos externos
- ✓ Aperfeiçoar a gestão orçamentária
- ✓ Ampliar o nível de acurácia no estabelecimento do orçamento, alinhando a estratégia à execução financeira
- ✓ Estabelecer critérios objetivos de acompanhamento da gestão eficiente do Ministério Público Estadual
- ✓ Garantir, através de métodos objetivos, práticas de gestão eficientes para a execução transparente e otimizada dos recursos disponíveis ao MPE

Metas

- ✓ Ampliação do volume de recursos captados junto a fontes externas para garantir a efetividade das ações do MPE em R\$ 4 milhões nos anos de 2012, 2013 e 2014 e R\$ 5 milhões em 2015
- ✓ Ampliação do grau de liberação do orçamento anual do MPE em 70% no ano de 2012, 80% em 2013 e 90% nos anos de 2014 e 2015
- ✓ Redução da participação das despesas não previstas no orçamento anual do MPE em 30% no ano de 2012, 20% em 2013 e 10% nos anos de 2014 e 2015
- ✓ Garantia da participação da manutenção da estrutura operacional no orçamento do MPE em 95% a partir do ano de 2012

Iniciativas

- ✓ Escritório de Projetos do MP-AC
- ✓ Alinhamento do Plano Estratégico
- ✓ Ações de Manutenção da Estrutura Operacional

Indicadores

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Volume de recursos captados junto a fontes extraorçamentárias	R\$ 2,17 milhões	-	R\$	Relatório da Diretoria
Grau de liberação do orçamento anual do MP, pelo cotejo entre o planejado pelo MP e o liberado pelo Estado	-	-	%	Relatório Financeiro
Percentual de participação das despesas não-previstas no orçamento	-	-	%	Relatório Financeiro
Percentual de participação do orçamento na manutenção da estrutura operacional	-	-	%	Relatório Financeiro

5.8.1.12 Programa: Gestão e Manutenção do MPE

Contextualização

Este programa classifica as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação do MPE nos serviços prestados ao Estado e a sociedade. Portanto, são alocados neste programa todas as despesas e custos administrativos das ações do MPE, objetivando executar satisfatoriamente os recursos orçamentários e financeiros disponíveis a ele.

APÊNDICE II

Programas Especiais

CÓDIGO	PROGRAMA	DESCRIÇÃO
1200	Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PIDS Fase V (BNDES)	Consolidação da economia do Acre através de investimentos em infraestrutura viária e urbana, logística, cadeia produtiva de alimentos, turismo, indústria e modernização da gestão pública.
1210	Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - PIDS Fase VI / Saneamento e Gestão (BNDES)	Complementação dos investimentos em abastecimento de água e esgotamento no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento PAC 2/FUNASA – Saneamento e ações de modernização da gestão.
1220	Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre - PROACRE (BIRD)	Promoção da inclusão social e econômica das populações mais pobres e mais desfavorecidas, que vivem tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais isoladas ou remotas do estado.
1230	Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre – PROSER (BIRD)	Implantação de infraestrutura urbana com ênfase no saneamento ambiental e inclusão de populações isoladas em sistemas produtivos locais, através de um processo integrado de planejamento local e instrumentos de gestão territorial focado nos municípios com menor IDH do Estado do Acre.
1240	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre Fase II - PDSA (BID)	Expansão da economia florestal do Acre para promover o aumento da produtividade, da competitividade e da competência, induzindo um ambiente de negócios para uma economia de baixo carbono com inclusão social.
1250	Programa de Redução do Desmatamento e Conservação Ambiental – PROECO (KfW)	Valorização da floresta e o uso eficiente das áreas desmatadas contribuindo para provisão de serviços ambientais relacionados à redução do desmatamento e de emissão de gases geradores do efeito estufa.

CÓDIGO	PROGRAMA	DESCRIÇÃO
1260	Programa Acre Sem Miséria	Redução do percentual de famílias em situação de extrema pobreza, por meio da inclusão de todas as famílias extremamente pobres em empreendimentos produtivos e renda básica; e possibilitar o seu acesso aos serviços públicos para consolidar a sua ascensão social.
1270	Programa de Valorização do Ativo Ambiental Florestal Fase I (Fundo da Amazônia/BNDES)	Fomento as práticas sustentáveis para a redução do desmatamento e pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental florestal do Acre, consolidando uma economia limpa, justa e competitiva, fundamentada no Zoneamento Ecológico Econômico do Acre – ZEE/AC.
1280	Programa de Incentivo aos Serviços Ambientais e Valorização de uma Economia de Baixo Carbono no Acre Fase II (Fundo Amazônia/BNDES)	Continuidade das ações de mitigação do efeito do Desmatamento do Estado, viabilizando uma economia florestal limpa, justa e competitiva, que garantirá a valorização e o uso sustentável do ativo ambiental florestal do Acre.

APÊNDICE III

Programas Temáticos

CÓDIGO	PROGRAMA
1100	Programa Industrialização
1101	Programa Desenvolvimento das Cadeias Produtivas nas Zonas Especiais de Produção
1102	Programa Comércio e Turismo
1103	Programa Gestão Ambiental
1104	Programa Economia de Baixo Carbono
1105	Programa Esporte e Lazer
1106	Programa Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Social para a Juventude (PROGRIDA)
1107	Programa Atenção aos Povos Indígenas
1108	Programa Valorização da Cultura
1109	Programa Proteção e Valorização da Mulher
1110	Programa Promoção e Valorização dos Direitos Humanos
1111	Programa Inclusão e Proteção Social
1112	Programa Pavimentação e Saneamento Integrado
1113	Programa Habitação Popular
1114	Programa Infraestrutura de Transporte e Energia
1115	Programa Obras Públicas
1116	Programa Promoção da Educação Básica de Qualidade para Todos
1117	Programa Desenvolvimento da Educação para o Trabalho
1118	Programa Promoção à Saúde
1119	Programa Segurança Pública
1120	Programa Comunicação e Tecnologia da Informação
1121	Programa Humanização da Gestão Pública
1122	Programa Formação e Capacitação de Servidores Públicos
1123	Programa Inovação da Gestão
1124	Programa Modernização da Gestão Fazendária

APÊNDICE IV

Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

CÓDIGO	PROGRAMA
2200	Programa Comunicação e Divulgação - ALEAC
2201	Programa Formação e Capacitação de Servidores para a Gestão - ALEAC
2202	Programa Tecnologia da Informação - ALEAC
2203	Programa Gestão e Manutenção das Atividades do Poder Legislativo - ALEAC
2210	Programa Modernização da Gestão do TCE
2220	Programa Prestação Jurisdicional do Tribunal de Justiça do Acre
2230	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: MPE - Perspectiva da sociedade
2231	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo - MPE - Perspectiva Processos Internos - Cidadania
2232	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo - MPE - Perspectiva Processos Internos - Civil e Eleitoral
2233	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo - MPE - Perspectiva Processos Internos - Criminal
2234	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo - MPE - Perspectiva Processos Internos - Infância e Juventude
2235	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo - MPE - Perspectiva Processos Internos - Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo
2236	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo - MPE - Perspectiva Processos Internos - Patrimônio Público e Social
2237	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo - MPE - Perspectiva Processos Internos - Institucional
2238	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo - MPE - Perspectiva Gestão de Pessoas
2239	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo - MPE - Perspectiva Infraestrutura e Tecnologia
2240	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo - MPE - Perspectiva Recursos
2241	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Executivo - MPE - Gestão e Manutenção do MPE
2242	Programa de Gestão e Manutenção da Casa Civil
2243	Programa de Gestão e Manutenção do Gabinete Militar
2244	Programa de Gestão e Manutenção da Controladoria Geral do Estado
2245	Programa de Gestão e Manutenção da Ouvidoria do Estado
2246	Programa de Gestão e Manutenção do Gabinete do Vice-Governador
2247	Programa de Gestão e Manutenção da Procuradoria Geral do Estado
2248	Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública do Estado do Acre
2249	Programa de Gestão e Manutenção da Polícia Militar
2250	Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiro Militar
2251	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Comunicação

CÓDIGO	PROGRAMA
2252	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Planejamento
2253	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado da Gestão Administrativa
2254	Programa de Gestão e Manutenção da Folha de Pagamento do Executivo
2255	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado da Fazenda
2256	Programa de Gestão, Manutenção e Serviço da Dívida
2257	Programa de Gestão e Manutenção do Fundo de Previdenciária
2258	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte
2259	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Segurança Pública
2260	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente
2261	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Saúde
2262	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
2263	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Floresta
2264	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Agropecuária
2265	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Articulação Institucional
2266	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer
2267	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Economia, Indústria, Comércio, Serviços e Ciência e Tecnologia
2268	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
2269	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas
2270	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
2271	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social
2272	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado da Polícia Civil do Estado do Acre
2273	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios
2274	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres
2268	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
2269	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas
2270	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
2271	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social
2272	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado da Polícia Civil do Estado do Acre
2273	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios
2274	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres

APÊNDICE V

Programas Complementares

CÓDIGO	PROGRAMA
1300	Programa Agricultura Familiar
1301	Programa Autonomia e Emancipação da Juventude
1302	Programa Bolsa Família
1303	Programa Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas
1304	Programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
1305	Programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial
1306	Programa Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS
1307	Programa Planejamento Urbano
1308	Programa Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia
1309	Programa Previdência Social
1310	Programa Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes
1311	Programa Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência
1312	Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
1313	Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
1314	Programa Resíduos Sólidos
1315	Programa Segurança Alimentar e Nutricional
1316	Programa Trabalho, Emprego e Renda
1317	Programa Energia Elétrica
1318	Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres
1319	Programa Mobilidade Urbana e Trânsito
1320	Programa Moradia Digna
1321	Programa Oferta de Água
1322	Programa Petróleo e Gás
1323	Programa Transporte Ferroviário
1324	Programa Transporte Hidroviário
1325	Programa Transporte Rodoviário

CÓDIGO	PROGRAMA
1326	Programa Saneamento Básico
1327	Programa Biodiversidade
1328	Programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
1329	Programa Ciência, Tecnologia e Inovação
1330	Programa Comércio e Serviços
1331	Programa Comércio Exterior
1332	Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos
1333	Programa Defesa Agropecuária
1334	Programa Desenvolvimento Produtivo
1335	Programa Florestas, prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios
1336	Programa Inovações para a Agropecuária
1337	Programa Licenciamento e Qualidade Ambiental
1338	Programa Micro e Pequenas Empresas
1339	Programa Pesca e Aquicultura
1340	Programa Turismo

APÊNDICE VI

Referencial Orçamentário

1. EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Programa: Industrialização**Código SAFIRA :** 1100

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23.925.332,42	24.639.996,56
DESPESA CORRENTE	925.332,42	639.996,56
DESPESA DE CAPITAL	23.000.000,00	24.000.000,00
EXTRAORÇAMENTÁRIO	40.000.000,00	169.000.000,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	40.000.000,00	169.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BNDES / PROACRE	38.631.364,90	83.797.080,46
TOTAL	102.556.697,32	277.437.077,02
VALOR GLOBAL		R\$ 379.993.774,34

Programa: Desenvolvimento das Cadeias Produtivas nas Zonas Especiais de Produção**Código SAFIRA:** 1101

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	22.191.741,56	31.768.837,78
DESPESA CORRENTE	191.741,56	994.537,50
DESPESA DE CAPITAL	22.000.000,00	30.774.300,28
EXTRAORÇAMENTÁRIO	10.000.000,00	40.000.000,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	10.000.000,00	40.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BNDES / KfW / BIRD	162.276.575,74	250.000.000,00
TOTAL	194.468.317,30	321.768.837,78
VALOR GLOBAL		R\$ 516.237.155,08

Programa: Comércio e Turismo**Código SAFIRA:** 1102

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	42.104,77	165.954,13
DESPESA CORRENTE	2.104,77	65.954,13
DESPESA DE CAPITAL	40.000,00	100.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BNDES	2.421.047,69	27.951.482,41
TOTAL	2.463.152,46	28.117.436,54
VALOR GLOBAL		R\$ 30.580.589,00

1. EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Programa: Gestão Ambiental

Código SAFIRA: 1103

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	13.236.957,82	50.697.877,78
DESPESA CORRENTE	236.957,82	697.877,78
DESPESA DE CAPITAL	13.000.000,00	50.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BNDES/ KfW / BIRD	30.010.926,34	53.521.724,96
TOTAL	43.247.884,16	104.219.602,74
VALOR GLOBAL		R\$ 147.467.486,90

Programa: Economia de Baixo Carbono

Código SAFIRA: 1104

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	26.177.715,35	121.813.258,95
DESPESA CORRENTE	177.715,35	813.258,95
DESPESA DE CAPITAL	26.000.000,00	121.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BNDES / KfW / BIRD / BID	35.308.397,76	159.226.604,34
TOTAL	61.486.113,11	281.039.863,29
VALOR GLOBAL		R\$ 342.525.976,40

TOTAL GERAL DO EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	85.573.851,92	229.085.925,20
DESPESA CORRENTE	1.533.851,92	3.211.624,92
DESPESA DE CAPITAL	84.040.000,00	225.874.300,28
EXTRAORÇAMENTÁRIO	50.000.000,00	209.000.000,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	50.000.000,00	209.000.000,00
OUTRAS FONTES	268.648.312,43	574.496.892,17
TOTAL	404.222.164,35	1.012.582.817,37
VALOR GLOBAL		R\$ 1.416.804.981,72

1. EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

PROGRAMAS	PARTICIPAÇÃO	VALOR (R\$)
Industrialização	26,82%	379.993.774,34
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas nas Zonas Especiais de Produção	36,44%	516.237.155,08
Comércio e Turismo	2,16%	30.580.589,00
Gestão Ambiental	10,41%	147.467.486,90
Economia de Baixo Carbono	24,18%	342.525.976,40
TOTAL	100,00%	1.416.804.981,72

2. EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Programa: Esporte e Lazer

Código SAFIRA: 1105

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.141.658,63	3.558.341,37
DESPESA CORRENTE	2.041.658,63	3.058.341,37
DESPESA DE CAPITAL	100.000,00	500.000,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.416.586,29	4.883.413,71
TOTAL	3.558.244,92	8.441.755,08
VALOR GLOBAL		R\$ 12.000.000,00

Programa: Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Social para a Juventude (PROGRIDA)

Código SAFIRA: 1106

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	529.141,20	614.858,80
DESPESA CORRENTE	9.141,20	14.858,80
DESPESA DE CAPITAL	520.000,00	600.000,00
OUTRAS FONTES: OGU	291.412,04	1.004.587,96
TOTAL	820.553,24	1.619.446,76
VALOR GLOBAL		R\$ 2.440.000,00

2. EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Programa: Atenção aos Povos Indígenas

Código SAFIRA: 1107

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	60.710,84	239.289,16
DESPESA CORRENTE	5.000,00	39.289,16
DESPESA DE CAPITAL	55.710,84	200.000,00
OUTRAS FONTES: OGU	607.108,41	2.092.891,59
TOTAL	667.819,25	2.332.180,75
VALOR GLOBAL		R\$ 3.000.000,00

Programa: Valorização da Cultura

Código SAFIRA: 1108

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.022.485,49	5.088.625,61
DESPESA CORRENTE	2.485,49	8.625,61
DESPESA DE CAPITAL	2.020.000,00	5.080.000,00
OUTRAS FONTES: OGU	224.854,94	775.144,96
TOTAL	2.247.340,43	5.863.770,57
VALOR GLOBAL		R\$ 8.111.111,00

Programa: Proteção e Valorização da Mulher

Código SAFIRA: 1109

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	80.947,79	319.052,21
DESPESA CORRENTE	1.947,79	19.052,21
DESPESA DE CAPITAL	79.000,00	300.000,00
OUTRAS FONTES: OGU	809.477,88	2.790.522,12
TOTAL	890.425,67	3.109.574,33
VALOR GLOBAL		R\$ 4.000.000,00

2. EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Programa: Promoção e Valorização dos Direitos Humanos

Código SAFIRA: 1110

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	190.288,09	750.012,29
DESPESA CORRENTE	10.000,00	50.012,29
DESPESA DE CAPITAL	180.288,09	700.000,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.902.880,90	6.559.822,52
TOTAL	2.093.168,99	7.309.834,81
VALOR GLOBAL		R\$ 9.403.003,80

Programa: Inclusão e Proteção Social

Código SAFIRA: 1111

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47.241.831,00	60.458.390,01
DESPESA CORRENTE	40.241.831,00	42.458.390,01
DESPESA DE CAPITAL	7.000.000,00	18.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BNDES / BIRD	23.509.983,97	83.937.016,03
TOTAL	70.751.814,97	144.395.406,04
VALOR GLOBAL		R\$ 215.147.221,01

TOTAL GERAL DO EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	52.267.063,04	71.028.569,45
DESPESA CORRENTE	42.312.064,11	45.648.569,45
DESPESA DE CAPITAL	9.954.998,93	25.380.000,00
OUTRAS FONTES	28.762.304,43	102.043.398,89
TOTAL	81.029.367,47	173.071.968,34
VALOR GLOBAL		R\$ 254.101.335,81

2. EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMAS	PARTICIPAÇÃO	VALOR (R\$)
Esporte e Lazer	4,72%	12.000.000,00
Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Social para a Juventude (PROGRIDA)	0,96%	2.440.000,00
Proteção aos Povos Indígenas	1,18%	3.000.000,00
Valorização da Cultura	3,19%	8.111.111,00
Proteção e Valorização da Mulher	1,57%	4.000.000,00
Promoção e Valorização dos Direitos Humanos	3,70%	9.403.003,80
Inclusão e Proteção Social	84,67%	215.147.221,01
TOTAL	100,00%	254.101.335,81

3. EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Programa: Pavimentação e Saneamento Integrado

Código SAFIRA: 1112

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	49.428.205,41	182.451.292,45
DESPESA CORRENTE	9.428.205,41	12.451.292,45
DESPESA DE CAPITAL	40.000.000,00	170.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BNDES / BIRD / CAIXA	425.026.214,86	534.931.561,76
TOTAL	474.454.420,27	717.382.854,21
VALOR GLOBAL		R\$ 1.191.837.274,48

Programa: Habitação Popular

Código SAFIRA: 1113

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	17.976.181,18	65.451.575,36
DESPESA CORRENTE	7.976.181,18	15.451.575,36
DESPESA DE CAPITAL	10.000.000,00	50.000.000,00
INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS	20.000,00	80.000,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	20.000,00	80.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BNDES	188.883.805,29	591.738.012,89
TOTAL	206.879.986,47	657.269.588,25
VALOR GLOBAL		R\$ 864.149.574,72

3. EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Programa: Infraestrutura de Transporte e Energia

Código SAFIRA: 1114

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	16.588.128,11	136.975.829,64
DESPESA CORRENTE	6.588.128,11	15.381.390,59
DESPESA DE CAPITAL	10.000.000,00	121.594.439,05
OUTRAS FONTES: OGU / BNDES	215.881.281,07	512.194.948,18
TOTAL	232.469.409,18	649.170.777,82
VALOR GLOBAL		R\$ 881.640.187,00

Programa: Obras Públicas

Código SAFIRA: 1115

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	150.652,82	593.791,58
DESPESA CORRENTE	50.652,82	93.791,58
DESPESA DE CAPITAL	100.000,00	500.000,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.506.528,19	5.193.471,41
TOTAL	1.657.181,01	5.787.262,99
VALOR GLOBAL		R\$ 7.444.444,00

TOTAL GERAL DO EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	84.143.167,52	385.472.489,03
DESPESA CORRENTE	24.043.167,52	43.378.049,98
DESPESA DE CAPITAL	60.100.000,00	342.094.439,05
INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS	20.000,00	80.000,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	20.000,00	80.000,00
OUTRAS FONTES	831.297.829,41	1.644.057.994,24
TOTAL	915.460.996,93	2.029.610.483,27
VALOR GLOBAL		R\$ 2.945.071.480,20

3. EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PROGRAMAS	PARTICIPAÇÃO	VALOR (R\$)
Pavimentação e Saneamento Integrado	40,47%	1.191.837.274,5
Habitação Popular	29,34%	864.149.574,72
Infraestrutura de Transporte e Energia	29,94%	881.640.187,00
Obras Públicas	0,25%	7.444.444,00
TOTAL	100,00%	2.945.071.480,20

4. EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

Programa: Promoção da Educação Básica de Qualidade para Todos

Código SAFIRA: 1116

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	191.711.381,98	292.960.979,35
DESPESA CORRENTE	155.711.381,98	245.960.979,35
DESPESA DE CAPITAL	36.000.000,00	47.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU/BIRD	136.817.126,69	170.926.222,18
TOTAL	328.528.508,67	463.887.201,53
VALOR GLOBAL		R\$ 792.415.710,20

Programa: Desenvolvimento da Educação para o Trabalho

Código SAFIRA: 1117

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.765.063,72	4.740.890,90
DESPESA CORRENTE	2.065.063,72	2.740.890,90
DESPESA DE CAPITAL	700.000,00	2.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU/BIRD	8.499.187,43	27.441.729,57
TOTAL	11.264.251,15	32.182.620,47
VALOR GLOBAL		R\$ 43.446.871,62

4. EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

Programa: Promoção à Saúde

Código SAFIRA: 1118

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	213.472.868,19	196.795.046,59
DESPESA CORRENTE	150.472.868,19	156.795.046,59
DESPESA DE CAPITAL	63.000.000,00	40.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU/BIRD	31.746.511,05	108.530.421,85
TOTAL	245.219.379,24	305.325.468,44
VALOR GLOBAL		R\$ 550.544.847,68

Programa: Segurança Pública

Código SAFIRA: 1119

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	101.824.248,34	123.281.273,76
DESPESA CORRENTE	824.248,34	22.281.273,76
DESPESA DE CAPITAL	101.000.000,00	101.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU	18.242.483,41	55.882.164,25
TOTAL	120.066.731,75	179.163.438,01
VALOR GLOBAL		R\$ 299.230.169,76

TOTAL GERAL DO EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	509.773.562,23	617.778.190,60
DESPESA CORRENTE	309.073.562,23	427.778.190,60
DESPESA DE CAPITAL	200.700.000,00	190.000.000,00
OUTRAS FONTES	195.305.308,58	362.780.537,85
TOTAL	705.078.870,81	980.558.728,45
VALOR GLOBAL		R\$ 1.685.637.599,26

4. EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

PROGRAMAS	PARTICIPAÇÃO	VALOR (R\$)
Promoção da Educação Básica de Qualidade para Todos	47,01%	792.415.710,20
Desenvolvimento da Educação para o Trabalho	2,58%	43.446.871,62
Promoção à Saúde	32,66%	550.544.847,68
Segurança Pública	17,75%	299.230.169,76
TOTAL	100,00%	1.685.637.599,26

5. GESTÃO PÚBLICA

Programa: Comunicação e Tecnologia da Informação

Código SAFIRA: 1120

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	166.691,05	177.399,12
DESPESA CORRENTE	66.691,05	77.399,12
DESPESA DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BIRD	1.402.369,47	1.497.630,53
TOTAL	1.569.060,52	1.675.029,65
VALOR GLOBAL		R\$ 3.244.090,17

Programa: Humanização da Gestão Pública

Código SAFIRA: 1121

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	20.236,95	79.763,05
DESPESA CORRENTE	1.236,95	9.763,05
DESPESA DE CAPITAL	19.000,00	70.000,00
OUTRAS FONTES: OGU	202.369,47	697.630,53
TOTAL	222.606,42	777.393,58
VALOR GLOBAL		R\$ 1.000.000,00

5. GESTÃO PÚBLICA

Programa: Formação e Capacitação de Servidores Públicos**Código SAFIRA:** 1122

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	93.464,00	128.581,08
DESPESA CORRENTE	3.464,00	28.581,08
DESPESA DE CAPITAL	90.000,00	100.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BIRD	802.369,47	1.097.630,53
TOTAL	895.833,47	1.226.211,61
VALOR GLOBAL		R\$ 2.122.045,08

Programa: Inovação da Gestão**Código SAFIRA:** 1123

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.507.726,35	8.871.422,65
DESPESA CORRENTE	507.726,35	871.422,65
DESPESA DE CAPITAL	1.000.000,00	8.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BNDES / BIRD / BID	14.357.969,47	52.218.030,53
TOTAL	15.865.695,82	61.089.453,18
VALOR GLOBAL		R\$ 76.955.149,00

Programa: Modernização da Gestão Fazendária**Código SAFIRA:** 1124

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.270.236,95	11.250.000,00
DESPESA CORRENTE	270.236,95	1.250.000,00
DESPESA DE CAPITAL	1.000.000,00	10.000.000,00
OUTRAS FONTES: OGU / BID / BNDES	4.032.132,52	34.447.630,53
TOTAL	5.302.369,47	45.697.630,53
VALOR GLOBAL		R\$ 51.000.000,00

5. GESTÃO PÚBLICA**TOTAL GERAL DO EIXO DE GESTÃO PÚBLICA**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	3.058.355,30	20.507.165,90
DESPESA CORRENTE	849.355,30	2.237.165,90
DESPESA DE CAPITAL	2.209.000,00	18.270.000,00
OUTRAS FONTES	20.797.210,40	89.958.552,65
TOTAL	23.855.565,70	110.465.718,55
VALOR GLOBAL		R\$ 134.321.284,25

PROGRAMAS	PARTICIPAÇÃO	VALOR (R\$)
Comunicação e Tecnologia da Informação	2,42%	3.244.090,17
Humanização da Gestão Pública	0,74%	1.000.000,00
Formação e Capacitação de Servidores Públicos	1,58%	2.122.045,08
Inovação da Gestão	57,29%	76.955.149,00
Modernização da Gestão Fazendária	37,97%	51.000.000,00
TOTAL	100,00%	134.321.284,25

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO LEGISLATIVO:

Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC e Tribunal de Contas do Estado - TCE

2200 Programa Comunicação e Divulgação - ALEAC

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.374.880,00	8.687.146,24
DESPESA CORRENTE	1.496.400,00	6.500.000,00
DESPESA DE CAPITAL	878.480,00	2.187.146,24
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	2.374.880,00	8.687.146,24
VALOR GLOBAL		R\$ 11.062.026,24

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO LEGISLATIVO:

Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC e Tribunal de Contas do Estado - TCE

2201 Programa Formação e Capacitação de Servidores para a Gestão - ALEAC

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	705.000,00	2.578.841,08
DESPESA CORRENTE	650.000,00	2.400.000,00
DESPESA DE CAPITAL	55.000,00	178.841,08
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	705.000,00	2.578.841,08
VALOR GLOBAL		R\$ 3.283.841,08

2202 Programa Tecnologia da Informação - ALEAC

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.114.090,00	7.733.194,51
DESPESA CORRENTE	1.581.838,00	6.000.000,00
DESPESA DE CAPITAL	532.252,00	1.733.194,51
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	2.114.090,00	7.733.194,51
VALOR GLOBAL		R\$ 9.847.284,51

2203 Programa Gestão e Manutenção das Atividades do Poder Legislativo - ALEAC

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	99.052.456,53	362.327.012,27
DESPESA CORRENTE	98.702.456,53	300.000.000,00
DESPESA DE CAPITAL	350.000,00	62.327.012,27
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	99.052.456,53	362.327.012,27
VALOR GLOBAL		R\$ 461.379.468,80

Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Legislativo:

Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC e Tribunal de Contas do Estado - TCE

2210 Programa Modernização da Gestão do TCE

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	37.371.360,45	136.701.843,15
DESPESA CORRENTE	36.371.360,45	129.000.000,00
DESPESA DE CAPITAL	1.000.000,00	7.701.843,15
OUTRAS FONTES	4.000.000,00	0,00
TOTAL	41.371.360,45	136.701.843,15
VALOR GLOBAL		R\$ 178.073.203,60

TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO LEGISLATIVO:

Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC e Tribunal de Contas do Estado - TCE

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	141.617.786,98	518.028.037,25
DESPESA CORRENTE	138.802.054,98	443.900.000,00
DESPESA DE CAPITAL	2.815.732,00	74.128.037,25
OUTRAS FONTES	4.000.000,00	0,00
TOTAL: BNDES	145.617.786,98	518.028.037,25
VALOR GLOBAL		R\$ 663.645.824,23

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO JUDICIÁRIO:

Tribunal de Justiça do Estado do Acre - TJAC

2220 Programa Prestação Jurisdicional do Tribunal de Justiça do Acre

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	157.353.096,65	575.586.708,08
DESPESA CORRENTE	149.753.096,65	551.902.353,97
DESPESA DE CAPITAL	7.600.000,00	23.684.354,11
OUTRAS FONTES	19.874.122,00	26.622.366,00
TOTAL	177.227.218,65	602.209.074,08
VALOR GLOBAL		R\$ 779.436.292,73

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO

Ministério Público do Estado do Acre – MPE

2230 Perspectiva da Sociedade

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	590.010,90	0,00
TOTAL	590.010,90	0,00
VALOR GLOBAL		R\$ 590.010,90

2231 Perspectiva Processos Internos - Cidadania

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	170.000,00	621.848,20
DESPESA CORRENTE	170.000,00	621.848,20
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	170.000,00	621.848,20
VALOR GLOBAL		R\$ 791.848,20

2232 Perspectiva Processos Internos - Civil e Eleitoral

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	65.000,00	237.765,49
DESPESA CORRENTE	65.000,00	237.765,49
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	65.000,00	237.765,49
VALOR GLOBAL		R\$ 302.765,49

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO

Ministério Público do Estado do Acre – MPE

2233 Perspectiva Processos Internos - Criminal

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	165.097,00	603.913,37
DESPESA CORRENTE	165.097,00	603.913,37
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	1.114.422,00	0,00
TOTAL	1.279.519,00	603.913,37
VALOR GLOBAL		R\$ 1.883.432,37

2234 Perspectiva Processos Internos - Infância e Juventude

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	180.000,00	658.427,51
DESPESA CORRENTE	180.000,00	658.427,51
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	180.000,00	658.427,51
VALOR GLOBAL		R\$ 838.427,51

2235 Perspectiva Processos Internos - Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	189.867,60	694.522,50
DESPESA CORRENTE	189.867,60	694.522,50
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	513.407,31	0,00
TOTAL	703.274,91	694.522,50
VALOR GLOBAL		R\$ 1.397.797,41

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO

Ministério Público do Estado do Acre – MPE

2236 Perspectiva Processos Internos - Patrimônio Público e Social

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	50.000,00	182.896,53
DESPESA CORRENTE	50.000,00	182.896,53
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	50.000,00	182.896,53
VALOR GLOBAL		R\$ 232.896,53

2237 Perspectiva Processos Internos - Institucional

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	297.000,00	1.086.405,39
DESPESA CORRENTE	297.000,00	1.086.405,39
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	100.000,00	0,00
TOTAL	397.000,00	1.086.405,39
VALOR GLOBAL		R\$ 1.483.405,39

2238 Perspectiva Gestão de Pessoas

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	380.000,00	1.390.013,63
DESPESA CORRENTE	380.000,00	1.390.013,63
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	380.000,00	1.390.013,63
VALOR GLOBAL		R\$ 1.770.013,63

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO

Ministério Público do Estado do Acre – MPE

2239 Perspectiva Infraestrutura e Tecnologia

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.771.320,00	6.479.365,65
DESPESA CORRENTE	1.315.320,00	4.200.000,00
DESPESA DE CAPITAL	456.000,00	2.279.365,65
OUTRAS FONTES	1.950.000,00	0,00
TOTAL	3.721.320,00	6.479.365,65
VALOR GLOBAL		R\$ 10.200.685,65

2240 Perspectiva Recursos

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	140.000,00	512.110,29
DESPESA CORRENTE	140.000,00	512.110,29
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	140.000,00	512.110,29
VALOR GLOBAL		R\$ 652.110,29

2241 Programa Gestão e Manutenção do MPE

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	45.766.558,10	167.410.893,57
DESPESA CORRENTE	45.167.362,34	165.000.000,00
DESPESA DE CAPITAL	599.195,76	2.410.893,57
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	45.766.558,10	167.410.893,57
VALOR GLOBAL		R\$ 213.177.451,67

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO

2242 Programa de Gestão e Manutenção da Casa Civil

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	5.000.000,00	19.966.875,00
DESPESA CORRENTE	4.500.000,00	17.970.187,50
DESPESA DE CAPITAL	500.000,00	1.996.687,50
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	5.000.000,00	19.966.875,00
VALOR GLOBAL		R\$ 24.966.875,00

2243 Programa de Gestão e Manutenção do Gabinete Militar

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	520.000,00	2.076.555,00
DESPESA CORRENTE	468.000,00	1.868.899,50
DESPESA DE CAPITAL	52.000,00	207.655,50
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	520.000,00	2.076.555,00
VALOR GLOBAL		R\$ 2.596.555,00

2244 Programa de Gestão e Manutenção da Controladoria Geral do Estado

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	600.000,00	2.396.025,00
DESPESA CORRENTE	540.000,00	2.156.422,50
DESPESA DE CAPITAL	60.000,00	239.602,50
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	600.000,00	2.396.025,00
VALOR GLOBAL		R\$ 2.996.025,00

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO

2245 Programa de Gestão e Manutenção da Ouvidoria do Estado

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.000,00	7.986,75
DESPESA CORRENTE	1.000,00	3.993,38
DESPESA DE CAPITAL	1.000,00	3.993,38
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	2.000,00	7.986,75
VALOR GLOBAL		R\$ 9.986,75

2246 Programa de Gestão e Manutenção do Gabinete do Vice-Governador

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.800.000,00	7.188.075,00
DESPESA CORRENTE	1.620.000,00	6.469.267,50
DESPESA DE CAPITAL	180.000,00	718.807,50
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	1.800.000,00	7.188.075,00
VALOR GLOBAL		R\$ 8.988.075,00

2247 Programa de Gestão e Manutenção da Procuradoria Geral do Estado

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.200.000,00	4.792.050,00
DESPESA CORRENTE	1.080.000,00	4.312.845,00
DESPESA DE CAPITAL	120.000,00	479.205,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	1.200.000,00	4.792.050,00
VALOR GLOBAL		R\$ 5.992.050,00

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO

2248 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública do Estado do Acre

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.800.000,00	7.188.075,00
DESPESA CORRENTE	1.620.000,00	6.469.267,50
DESPESA DE CAPITAL	180.000,00	718.807,50
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	1.800.000,00	7.188.075,00
VALOR GLOBAL		R\$ 8.988.075,00

2249 Programa de Gestão e Manutenção da Polícia Militar

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	7.680.000,00	30.669.120,00
DESPESA CORRENTE	6.912.000,00	27.602.208,00
DESPESA DE CAPITAL	768.000,00	3.066.912,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	7.680.000,00	30.669.120,00
VALOR GLOBAL		R\$ 38.349.120,00

2250 Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiro Militar

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	504.000,00	2.012.661,00
DESPESA CORRENTE	453.600,00	1.811.394,90
DESPESA DE CAPITAL	50.400,00	201.266,10
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	504.000,00	2.012.661,00
VALOR GLOBAL		R\$ 2.516.661,00

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO**2251 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Comunicação**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.400.000,00	9.584.100,00
DESPESA CORRENTE	2.160.000,00	8.625.690,00
DESPESA DE CAPITAL	240.000,00	958.410,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	2.400.000,00	9.584.100,00
VALOR GLOBAL		R\$ 11.984.100,00

2252 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Planejamento

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	3.000.000,00	11.980.125,00
DESPESA CORRENTE	2.700.000,00	10.782.112,50
DESPESA DE CAPITAL	300.000,00	1.198.012,50
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	3.000.000,00	11.980.125,00
VALOR GLOBAL		R\$ 14.980.125,00

2253 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado da Gestão Administrativa

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	6.318.000,00	25.230.143,25
DESPESA CORRENTE	5.686.200,00	22.707.128,93
DESPESA DE CAPITAL	631.800,00	2.523.014,33
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	6.318.000,00	25.230.143,25
VALOR GLOBAL		R\$ 31.548.143,25

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO

2254 Programa de Gestão e Manutenção da Folha de Pagamento do Executivo

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.495.000.000,00	5.970.095.625,00
DESPESA CORRENTE	1.495.000.000,00	5.970.095.625,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	1.495.000.000,00	5.970.095.625,00
VALOR GLOBAL		R\$ 7.465.095.625,00

2255 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado da Fazenda

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	46.717.950,48	186.562.295,50
DESPESA CORRENTE	42.046.155,43	167.906.065,95
DESPESA DE CAPITAL	4.671.795,05	18.656.229,55
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	46.717.950,48	186.562.295,50
VALOR GLOBAL		R\$ 233.280.245,98

2256 Programa de Gestão, Manutenção e Serviço da Dívida

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	356.411.000,00	1.423.282.777,13
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	356.411.000,00	1.423.282.777,13
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	356.411.000,00	1.423.282.777,13
VALOR GLOBAL		R\$ 1.779.693.777,13

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO**2257 Programa de Gestão e Manutenção do Fundo de Previdência**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	217.878.540,36	870.070.716,11
DESPESA CORRENTE	217.878.540,36	870.070.716,11
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	217.878.540,36	870.070.716,11
VALOR GLOBAL		R\$ 1.087.949.256,47

2258 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	68.023.513,32	271.643.397,50
DESPESA CORRENTE	61.221.161,99	244.479.057,75
DESPESA DE CAPITAL	6.802.351,33	27.164.339,75
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	68.023.513,32	271.643.397,50
VALOR GLOBAL		R\$ 339.666.910,82

2259 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Segurança Pública

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	6.480.000,00	25.877.070,00
DESPESA CORRENTE	5.832.000,00	23.289.363,00
DESPESA DE CAPITAL	648.000,00	2.587.707,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	6.480.000,00	25.877.070,00
VALOR GLOBAL		R\$ 32.357.070,00

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO

2260 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.498.174,88	9.976.149,11
DESPESA CORRENTE	2.248.357,39	8.978.534,20
DESPESA DE CAPITAL	249.817,49	997.614,91
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	2.498.174,88	9.976.149,11
VALOR GLOBAL		R\$ 12.474.323,99

2261 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Saúde

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	124.200.000,00	495.977.175,00
DESPESA CORRENTE	111.780.000,00	446.379.457,50
DESPESA DE CAPITAL	12.420.000,00	49.597.717,50
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	124.200.000,00	495.977.175,00
VALOR GLOBAL		R\$ 620.177.175,00

2262 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	4.548.000,00	18.161.869,50
DESPESA CORRENTE	4.093.200,00	16.345.682,55
DESPESA DE CAPITAL	454.800,00	1.816.186,95
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	4.548.000,00	18.161.869,50
VALOR GLOBAL		R\$ 22.709.869,50

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO**2263 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Floresta**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.620.000,00	6.469.267,50
DESPESA CORRENTE	1.458.000,00	5.822.340,75
DESPESA DE CAPITAL	162.000,00	646.926,75
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	1.620.000,00	6.469.267,50
VALOR GLOBAL		R\$ 8.089.267,50

2264 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Agropecuária

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	552.000,00	2.204.343,00
DESPESA CORRENTE	496.800,00	1.983.908,70
DESPESA DE CAPITAL	55.200,00	220.434,30
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	552.000,00	2.204.343,00
VALOR GLOBAL		R\$ 2.756.343,00

2265 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Articulação Institucional

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.208.000,00	8.817.372,00
DESPESA CORRENTE	1.987.200,00	7.935.634,80
DESPESA DE CAPITAL	220.800,00	881.737,20
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	2.208.000,00	8.817.372,00
VALOR GLOBAL		R\$ 11.025.372,00

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO**2266 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.462.000,00	9.831.689,25
DESPESA CORRENTE	2.215.800,00	8.848.520,33
DESPESA DE CAPITAL	246.200,00	983.168,93
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	2.462.000,00	9.831.689,25
VALOR GLOBAL		R\$ 12.293.689,25

2267 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Economia, Indústria, Comércio, Serviços e Ciência e Tecnologia

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	4.929.000,00	19.683.345,38
DESPESA CORRENTE	4.436.100,00	17.715.010,84
DESPESA DE CAPITAL	492.900,00	1.968.334,54
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	4.929.000,00	19.683.345,38
VALOR GLOBAL		R\$ 24.612.345,38

2268 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	4.835.999,84	19.311.960,86
DESPESA CORRENTE	4.352.399,86	17.380.764,77
DESPESA DE CAPITAL	483.599,98	1.931.196,09
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	4.835.999,84	19.311.960,86
VALOR GLOBAL		R\$ 24.147.960,70

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO**2269 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	10.080.000,00	40.253.220,00
DESPESA CORRENTE	9.072.000,00	36.227.898,00
DESPESA DE CAPITAL	1.008.000,00	4.025.322,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	10.080.000,00	40.253.220,00
VALOR GLOBAL		R\$ 50.333.220,00

2270 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	31.012.000,00	123.842.545,50
DESPESA CORRENTE	27.910.800,00	111.458.290,95
DESPESA DE CAPITAL	3.101.200,00	12.384.254,55
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	31.012.000,00	123.842.545,50
VALOR GLOBAL		R\$ 154.854.545,50

2271 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	5.576.000,00	22.267.059,00
DESPESA CORRENTE	5.018.400,00	20.040.353,10
DESPESA DE CAPITAL	557.600,00	2.226.705,90
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	5.576.000,00	22.267.059,00
VALOR GLOBAL		R\$ 27.843.059,00

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO**2272 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado da Polícia Civil do Estado do Acre**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	10.400.000,00	41.531.100,00
DESPESA CORRENTE	9.360.000,00	37.377.990,00
DESPESA DE CAPITAL	1.040.000,00	4.153.110,00
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	10.400.000,00	41.531.100,00
VALOR GLOBAL		R\$ 51.931.100,00

2273 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.500.000,00	5.990.062,50
DESPESA CORRENTE	1.350.000,00	5.391.056,25
DESPESA DE CAPITAL	150.000,00	599.006,25
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	1.500.000,00	5.990.062,50
VALOR GLOBAL		R\$ 7.490.062,50

2274 Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	600.000,00	2.396.025,00
DESPESA CORRENTE	540.000,00	2.156.422,50
DESPESA DE CAPITAL	60.000,00	239.602,50
OUTRAS FONTES	0,00	0,00
TOTAL	600.000,00	2.396.025,00
VALOR GLOBAL		R\$ 2.996.025,00

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO**TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO EXECUTIVO**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.477.531.021,58	9.877.215.017,96
DESPESA CORRENTE	2.084.157.361,97	8.305.850.013,16
DESPESA DE CAPITAL	393.373.659,61	1.571.365.004,80
OUTRAS FONTES	4.267.840,21	0,00
TOTAL	2.481.798.861,79	9.877.215.017,96
VALOR GLOBAL		R\$ 12.359.013.879,75

PROGRAMAS ESPECIAIS**1200 Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - PIDS Fase V (BNDES)**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	388.550.000,00	252.610.000,00
DESPESA DE CAPITAL	388.550.000,00	252.610.000,00
TOTAL	388.550.000,00	252.610.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 641.160.000,00

1210 Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - PIDS Fase VI / Saneamento e Gestão (BNDES)

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	80.000.000,00	311.861.943,20
DESPESA DE CAPITAL	80.000.000,00	311.861.943,20
TOTAL	80.000.000,00	311.861.943,20
VALOR GLOBAL		R\$ 391.861.943,20

PROGRAMAS ESPECIAIS

1220 Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre - PROACRE (BIRD)

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	76.096.200,00	50.730.800,00
DESPESA DE CAPITAL	76.096.200,00	50.730.800,00
TOTAL	76.096.200,00	50.730.800,00
VALOR GLOBAL		R\$ 126.827.000,00

1230 Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - PROSER (BIRD)

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	232.680.000,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	232.680.000,00
TOTAL	0,00	232.680.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 232.680.000,00

1240 Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre - PDSA Fase II (BID)

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	13.000.000,00	186.440.000,00
DESPESA DE CAPITAL	13.000.000,00	186.440.000,00
TOTAL	13.000.000,00	186.440.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 199.440.000,00

1250 Programa de Redução do Desmatamento e Conservação Ambiental - PROECO (KfW)

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	29.900.000,00
DESPESA CORRENTE	0,00	6.900.000,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	23.000.000,00
TOTAL	0,00	29.900.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 29.900.000,00

PROGRAMAS ESPECIAIS

1260 Programa Acre Sem Miséria

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	132.312.174,90	506.000.000,00
DESPESA CORRENTE	2.312.174,90	6.000.000,00
DESPESA DE CAPITAL	130.000.000,00	500.000.000,00
TOTAL	132.312.174,90	506.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 638.312.174,90

1270 Programa de Valorização do Ativo Ambiental Florestal Fase I (FUNDO AMAZÔNIA/BNDES)

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	6.670.000,00	60.030.000,00
DESPESA CORRENTE	5.000.000,00	45.000.000,00
DESPESA DE CAPITAL	1.670.000,00	15.030.000,00
TOTAL	6.670.000,00	60.030.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 66.700.000,00

1280 Programa de Incentivo aos Serviços Ambientais e Valorização de uma Economia de Baixo Carbono no Acre Fase II (FUNDO AMAZÔNIA/BNDES)

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	2.000.000,00	98.000.000,00
DESPESA CORRENTE	1.000.000,00	90.000.000,00
DESPESA DE CAPITAL	1.000.000,00	8.000.000,00
TOTAL	2.000.000,00	98.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 100.000.000,00

TOTAL DO PROGRAMAS ESPECIAIS

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	698.628.374,90	1.728.252.743,20
DESPESA CORRENTE	8.312.174,90	147.900.000,00
DESPESA DE CAPITAL	690.316.200,00	1.580.352.743,20
TOTAL	698.628.374,90	1.728.252.743,20
VALOR GLOBAL		R\$ 2.426.881.118,10

PROGRAMAS ESPECIAIS**TOTAL DOS PROGRAMAS ESPECIAIS**

PROGRAMAS	PARTICIPAÇÃO	VALOR (R\$)
Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre - PIDS (BNDES)	26,42%	641.160.000,00
Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - PIDS Fase VI / Saneamento e Gestão (BNDES)	16,15%	391.861.943,20
Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre - PROACRE (BIRD)	5,23%	126.827.000,00
Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - PROSER (BIRD)	9,59%	232.680.000,00
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre - PDSA Fase II (BID)	8,22%	199.440.000,00
Programa de Redução do Desmatamento e Conservação Ambiental - PROECO (KfW)	1,23%	29.900.000,00
Programa Acre Sem Miséria	26,30%	638.312.174,90
Programa de Valorização do Ativo Ambiental Florestal Fase I (FUNDO AMAZÔNIA/BNDES)	2,75%	66.700.000,00
Programa de Incentivo aos Serviços Ambientais e Valorização de uma Economia de Baixo Carbono no Acre Fase II (FUNDO AMAZÔNIA/BNDES)	4,12%	100.000.000,00
TOTAL	100,00%	2.426.881.118,10

Nota: Os valores dos Programas Especiais são representativos. São recursos de operações de crédito e convênios firmados com organismos nacionais e internacionais. Sua aplicação foi direcionada para os programas temáticos.

PROGRAMAS COMPLEMENTARES**1300 Programa Agricultura Familiar**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	3.000.000,00	15.000.000,00
TOTAL	3.000.000,00	15.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 18.000.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1301 Programa Autonomia e Emancipação da Juventude

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	500.000,00	2.000.000,00
TOTAL	500.000,00	2.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 2.500.000,00

1302 Programa Bolsa Família

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	1.000.000,00	15.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	15.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 16.000.000,00

1303 Programa Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	500.000,00	2.000.000,00
TOTAL	500.000,00	2.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 2.500.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1304 Programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	100.000,00	1.800.000,00
TOTAL	100.000,00	1.800.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 1.900.000,00

1305 Programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	500.000,00	1.100.000,00
TOTAL	500.000,00	1.100.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 1.600.000,00

1306 Programa Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	5.000.000,00	25.000.000,00
TOTAL	5.000.000,00	25.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 30.000.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1307 Programa Planejamento Urbano

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	500.000,00	5.000.000,00
TOTAL	500.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 5.500.000,00

1308 Programa Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	500.000,00	1.800.000,00
TOTAL	500.000,00	1.800.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 2.300.000,00

1309 Programa Previdência Social

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	10.000,00	520.000,00
TOTAL	10.000,00	520.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 530.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1310 Programa Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	300.000,00	5.800.000,00
TOTAL	300.000,00	5.800.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.100.000,00

1311 Programa Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	10.000,00	1.550.000,00
TOTAL	10.000,00	1.550.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 1.560.000,00

1312 Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	50.000,00	2.200.000,00
TOTAL	50.000,00	2.200.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 2.250.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1313 Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	30.000,00	3.150.000,00
TOTAL	30.000,00	3.150.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 3.180.000,00

1314 Programa Resíduos Sólidos

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	8.600.000,00	25.000.000,00
TOTAL	8.600.000,00	25.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 33.600.000,00

1315 Programa Segurança Alimentar e Nutricional

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	5.010.000,00	10.050.000,00
TOTAL	5.010.000,00	10.050.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 15.060.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES**1316 Programa Trabalho, Emprego e Renda**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	8.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	8.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 9.000.000,00

1317 Programa Energia Elétrica

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	510.000,00	3.050.000,00
TOTAL	510.000,00	3.050.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 3.560.000,00

1318 Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	510.000,00	1.050.000,00
TOTAL	510.000,00	1.050.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 1.560.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES**1319 Programa Mobilidade Urbana e Trânsito**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	3.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	3.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 8.000.000,00

1320 Programa Moradia Digna

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	5.000.000,00	10.000.000,00
TOTAL	5.000.000,00	10.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 15.000.000,00

1321 Programa Oferta de Água

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES**1322 Programa Petróleo e Gás**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

1323 Programa Transporte Ferroviário

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

1324 Programa Transporte Hidroviário

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES**1325 Programa Transporte Rodoviário**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

1326 Programa Saneamento Básico

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

1327 Programa Biodiversidade

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES**1328 Programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

1329 Programa Ciência, Tecnologia e Inovação

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

1330 Programa Comércio e Serviços

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1331 Programa Comércio Exterior

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	10.000,00	50.000,00
TOTAL	10.000,00	50.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 60.000,00

1332 Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.040.000,00	3.000.000,00
TOTAL	1.040.000,00	3.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 4.040.000,00

1333 Programa Defesa Agropecuária

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: BNDES/OGU	1.600.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.600.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.600.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES**1334 Programa Desenvolvimento Produtivo**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	4.000.000,00	10.000.000,00
TOTAL	4.000.000,00	10.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 14.000.000,00

1335 Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

1336 Programa Inovações para a Agropecuária

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1337 Programa Licenciamento e Qualidade Ambiental

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

1338 Programa Micro e Pequenas Empresas

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

1339 Programa Pesca e Aquicultura

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 6.000.000,00

PROGRAMAS COMPLEMENTARES**1340 Programa de Turismo**

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES: OGU	1.100.000,00	1.500.000,00
TOTAL	1.100.000,00	1.500.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 2.600.000,00

TOTAL PROGRAMAS COMPLEMENTARES

ORÇAMENTO	VALOR 2012 (R\$)	VALOR 2013-2015 (R\$)
FISCAL	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS FONTES	58.380.000,00	238.620.000,00
TOTAL	58.380.000,00	238.620.000,00
VALOR GLOBAL		R\$ 297.000.000,00

APÊNDICE VII

**Projeção das receitas
para o período de 2012-2015**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)				VALOR TOTAL 2012 - 2015 (R\$)
	2012	2013	2014	2015	
RECEITAS CORRENTES	3.976.907.007,18	4.384.440.552,74	4.833.736.098,38	5.329.073.205,06	18.524.156.863,37
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	836.215.225,00	921.906.380,18	1.016.378.736,49	1.120.532.147,51	3.895.032.489,19
IRRF - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	122.220.000,00	134.744.494,50	148.552.436,57	163.775.347,51	569.292.278,59
IPVA - IMPOSTO S/PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	36.036.825,00	39.729.698,64	43.800.999,51	48.289.506,94	167.857.030,09
ITCD - IMPOSTO S/ TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS	760.000,00	837.881,00	923.742,86	1.018.403,40	3.540.027,26
ICMS - IMPOSTO S/ CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS	675.298.400,00	744.499.603,54	820.792.200,41	904.902.881,15	3.145.493.085,10
TAXAS	1.900.000,00	2.094.702,50	2.309.357,14	2.546.008,51	8.850.068,15
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	82.017.344,48	90.422.071,86	99.688.073,67	109.903.609,02	382.031.099,02
RECEITA PATRIMONIAL	68.155.055,67	75.139.245,00	82.839.139,13	91.328.079,91	317.461.519,71
RECEITA AGROPECUÁRIA	400.000,00	440.990,00	486.180,45	536.001,79	1.863.172,24
RECEITA INDUSTRIAL	200.000,00	220.495,00	243.090,23	268.000,90	931.586,12
RECEITA DE SERVIÇOS	35.620.164,35	39.270.340,69	43.294.568,85	47.731.179,80	165.916.253,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.889.244.694,88	3.185.320.044,99	3.511.735.716,60	3.871.600.834,16	13.457.901.290,62
FPE - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	2.150.672.500,00	2.371.062.664,44	2.614.037.310,98	2.881.910.784,42	10.017.683.259,83
IPI - EXP-COTA-PARTE DO IPI - ESTADOS EXPORTADORES	470.751,25	518.991,48	572.175,14	630.808,78	2.192.726,65
COTA-PARTE DA CONT. DE INTERV. DE DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	18.040.443,00	19.889.137,40	21.927.276,75	24.174.274,44	84.031.131,58
COTA-PARTE ROYALTIES - LEIN 9.478/97, ART. 50	7.000.000,00	7.717.325,00	8.508.157,88	9.380.031,36	32.605.514,24
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	135.000.000,00	148.834.125,00	164.085.901,96	180.900.604,76	628.820.631,72
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	413.738.701,06	456.136.574,45	502.879.169,92	554.411.712,86	1.927.166.158,28
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	164.322.299,57	181.161.227,22	199.725.723,98	220.192.617,54	765.401.868,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	65.054.522,80	71.720.985,02	79.070.592,96	87.173.351,98	303.019.452,77
RECEITAS DE CAPITAL	900.730.000,00	1.129.637.861,16	1.075.596.899,43	1.148.794.115,53	4.254.758.876,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO *	424.230.000,00	481.738.000,00	361.303.500,00	361.303.500,00	1.628.575.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.500.000,00	1.653.712,50	1.823.176,69	2.010.006,72	6.986.895,91
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	475.000.000,00	523.675.625,00	577.339.284,67	636.502.127,87	2.212.517.037,54
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	475.000.000,00	523.675.625,00	577.339.284,67	636.502.127,87	2.212.517.037,54

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)				VALOR TOTAL 2012 - 2015 (R\$)
	2012	2013	2014	2015	
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	111.177.599,18	122.570.523,66	135.130.938,07	148.978.480,95	517.857.541,85
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA **	50.000.000,00	75.000.000,00	70.000.000,00	64.000.000,00	259.000.000,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (-)	537.337.988,39	592.401.698,75	653.108.062,83	720.035.311,57	2.502.883.061,54
TOTAL DAS RECEITAS	4.451.476.617,97	4.921.676.715,15	5.256.224.934,98	5.757.832.009,03	20.535.032.677,95

Notas:

* Instituições de Financiamento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial – BIRD e Caixa Econômica Federal - CAIXA.

**Receita Extraorçamentária: Parceria com o Setor Privado

Aplicada a mesma metodologia e parâmetros definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN para o Programa de Ajuste Fiscal - PAF dos Estados.

// EQUIPE RESPONSÁVEL

Coordenação Geral

Márcio Veríssimo Carvalho Dantas

Secretário de Estado de Planejamento
SEPLAN

Coordenação da Participação Popular

José Fernandes do Rêgo

Secretário de Estado de Articulação Institucional
SAI

Coordenação Técnica

Lonmário Moraes do Valle

Diretor Executivo
SEPLAN

Roney Wellington da Silva Caldera

Assessor Especial de Planejamento
SEPLAN

Revisão

Ruama Araújo dos Santos

Assessora Técnica
SEPLAN

Equipe Técnica

Eufra n Ferreira do Amaral

Diretor Presidente
IMC

Aloísio Mestriner Detomini

Diretor Executivo
SEPLAN

Suzana de Farias Silva

Assessora Técnica
SEPLAN

Thalita Figueiredo de Oliveira

Assessora Técnica
SEPLAN

Elisson Nogueira Magalhães

Assessor Técnico
SEPLAN

Murielly Souza Nóbrega

Assessora Técnica
SEPLAN

Raimundo Aloísio B. de Souza

Assessor Técnico
SEPLAN

Abib Alexandre de Araújo

Assessor Técnico
SEPLAN

Alexandre de Souza Tostes

Diretor Executivo
SEPLAN

Quesnay Souza de Lima

Assessor Especial de Planejamento
SEPLAN

Claudia Lima Saldanha

Assessora Especial de Planejamento
SAI

Ruama Araújo dos Santos

Assessora Técnica
SEPLAN

Rennan Biths de Lima Lima

Assessor Técnico
SAI

Rafael Kellermann Barbosa

Assessor Técnico
SEPLAN

Oscar Varêda Moreira Neto

Assessor Técnico
SEPLAN

Viviane Teixeira

Gestora de Políticas Públicas
SECOM

Fotografias

Diego Gurgel

SETUL

Sérgio Vale

SECOM

Gleilson Miranda

SECOM

Angela Peres

SECOM

Val Fernandes

FEM

Eunice Caetano

SEE

Elisson Nogueira

SEPLAN

Projeto Gráfico

Luiz Brasil

SEPLAN

Participação Popular e Colaboração

Alexandre de Souza Tostes
Aluildo Conceição de Souza
Andréa Laiana Coelho Zilio
Antonia Francisca de Oliveira
Antonio Willian Flores de Melo
Betana Pazzanese
Claudia Lima Saldanha
Cleiver da Silva Lima
Daniele Ferreira
Davilson Marques Cunha
Djallene Araújo
Edna Valente da Costa
Elizete da Silva Campos
Eugênio Pantoja
Golbyleni Cristina Pullig
Iara Marques
Jacob Gomes de Almeida Junior
José Fernandes do Regô
José Idalécio de Souza Galvão
Lonmário Moraes do Valle
Luziandra Avelino Bezerra
Marcell Menezes Galvão
Márcio Veríssimo Carvalho Dantas
Marcos Lopes
Marfisa Mesquita Moreira
Maria de Nazaré Rocha Fleming
Maria José Aquino de Moura

Mariana de Oliveira Macêdo
Marina Jardim
Mayara de Souza Galdino
Nascilene Araújo Nascimento
Nilo Alves Ferraz Júnior
Nucineide Celestino de Lima
Orozino Vilas Boas Benevides
Paulo Roberto Farias Alves
Priscila Peres de Oliveira
Raphael Luiz Bastos Júnior
Raquel Passífico da Rocha
Rennan Biths de Lima Lima
Richard Silva de Oliveira
Ridis Albuquerque Mariano
Rodrigo Forneck
Roney Wellington da Silva Caldera
Ronney Silva Araújo
Rosana Pereira da Silva
Roseneide Mendonça de Sena
Ruama Araújo dos Santos
Sóstenes Alves de Melo
Surama Celeste Rocha Chaul
Talita Mortari Montysuma
Tamila Sales dos Santos Sampaio
Thalita Figueiredo de Oliveira
Vanessa Oliveira
Vera Alves Bandeira



